

ICP Brasil

JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA:33270067000103

Fundado em 3 de novembro de 1955

ANO LXIX - Edição nº 17.431

Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br

TERÇA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2024

Diretor diz que jamais sofreu pressão de Lula para tomar uma direção

Galípolo reforça a possível alta dos juros

O diretor do BC lembrou que ocorreram mudanças de cenário muito abruptas e os membros do Copom vão observar IPCA, IPCA-15, Caged e Pnad

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, reforçou na segunda-feira, 19, que a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) deixou claro que a cúpula da instituição está dependente de novas informações econômica para tomar sua decisão sobre o rumo da Selic. O próximo encontro é em setembro. "Eu acho que hoje está colocada a possibilidade, mas eu acho que é bastante importante a gente reafirmar: Nós estamos com quatro semanas para a próxima reunião do Copom. Existem uma série de variáveis para serem feitas, para serem observadas. E eu não quero passar ideia aqui que, de alguma maneira, a minha comunicação destoa do que foi escrito na ata do Copom", enfatizou o diretor do BC. Ainda, ele comentou que alterações recentes nos cenários econômicos global e nacional levaram a uma mudança de perspectiva para a taxa de juros nos próximos meses. Citou a postergação do início do ciclo de baixa dos juros nos Estados Unidos, a perspectiva de piora para a inflação no Brasil e a melhora dos indicadores de crescimento do PIB. "Essa piora por si só já gera um incômodo bastante significativo para o Banco Central", disse. O diretor de Política Monetária do Banco Central enfatizou ainda que jamais sofreu pressão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para tomar uma atitude em determinada direção. PÁGINA 2

WASHINGTON COSTA - MINISTÉRIO DA FAZENDA

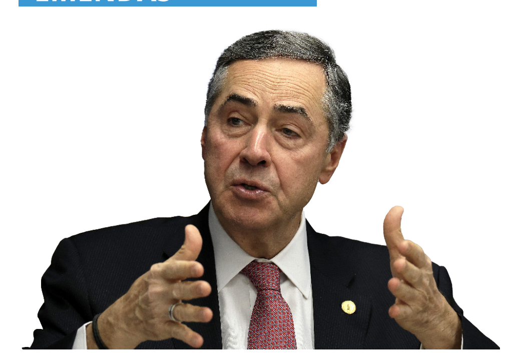


CRÍTICAS

Ausências de candidatos marcam debate em SP

A ausência do prefeito Ricardo Nunes (MDB), do deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) e do apresentador de TV José Luiz Datena (PSDB) foi o principal assunto do debate dos candidatos à Prefeitura de São Paulo promovido pela revista Veja na segunda-feira, dia 19. Tabata Amaral (PSB), Pablo Marçal (PRTB) e Marina Helena (Novo), os únicos presentes, criticaram de forma incisiva a ausência dos adversários. PÁGINA 6

EMENDAS



Barroso se reunirá com Lira para discutir regras

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve promover na terça-feira uma reunião com lideranças do Congresso para discutir regras, limites e exigências no uso de emendas parlamentares. O encontro será conduzido pelo presidente da Corte, Luís Roberto Barroso. PÁGINA 7

ARCABOUÇO



Governo mantém objetivo de atingir meta fiscal do ano

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, afirmou na segunda-feira, 19, que o governo federal mantém o objetivo de atingir a meta fiscal deste ano, dentro do intervalo permitido pelo arcabouço fiscal. Segundo ele, a contenção de gastos em R$ 15 bilhões, anunciada pela equipe econômica no último relatório de avaliação bimestral de despesas e receitas. PÁGINA 3

FALHA

Nova variante do HIV é detectada no Rio e Bahia

Uma nova variante do vírus da imunodeficiência humana (HIV) está circulando no Brasil. Os pesquisadores encontraram quatro registros do vírus recombinante no País, nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Até o momento, não foram registradas infecções por essa variante em outros países. De acordo com o estudo, a nova variante combina genes dos subtipos B e C do HIV, predominantes no Brasil. PÁGINA B1

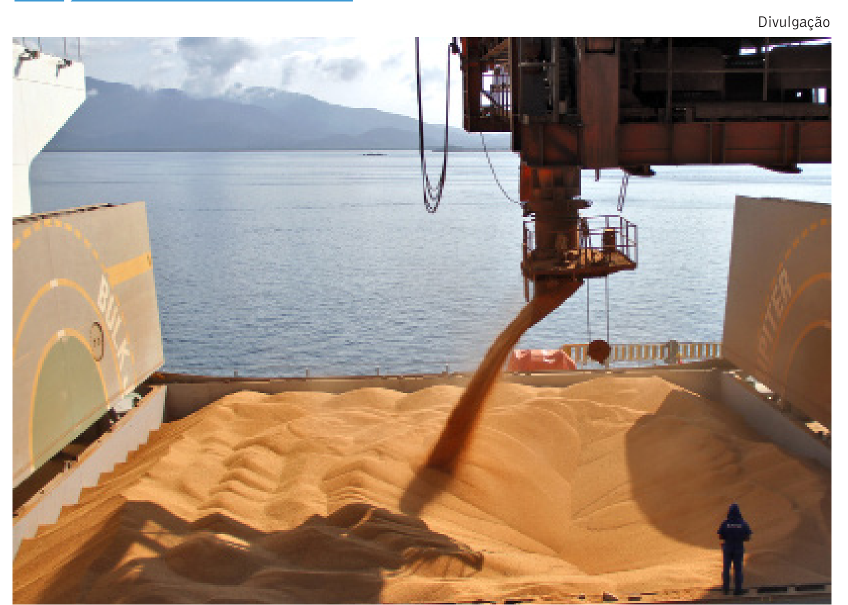
ENCONTRO

Democratas vão aprovar nova plataforma partidária

Os holofotes da política americana se voltam para a Convenção Nacional do Partido Democrata de 2024, que começou na segunda-feira, 19, em Chicago, onde 5 mil delegados do partido irão se reunir para aprovar uma nova plataforma partidária e formalizar as candidaturas da vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris, e do governador de Minnesota, Tim Walz, como a chapa democrata. PÁGINA 5

SOJA

Divulgação



A CHINA, PRINCIPAL DESTINO DE PRODUTOS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, aumentou a sua participação sobre as exportações de produtos agropecuários do Brasil em um ano. Nos últimos 12 meses, de agosto de 2023 a julho de 2024, a China representou 35% de tudo o que foi enviado pelo agronegócio ao exterior. PÁGINA 3

JOVENS

Salvador e Rio terão programa de proteção

O Pronasci Juventude busca reduzir os índices de violência letal contra adolescentes e jovens negros de 15 a 24 anos de idade; prevenir o uso prejudicial de álcool e outras drogas pelo segmento, bem como seu envolvimento com o crime organizado. As ações envolvem proteção social por meio do estímulo à elevação da escolaridade. PÁGINA 8

IBOVESPA 135.777,98 ↑ 1,36%

Mais Negociados

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
AMERICANAS ON NM	0,10	−28,57%	−0,04
COGNA ON ON NM	1,47	+10,53%	+0,14
BRADESCO PN N1	15,64	+4,48%	+0,67
PETZ ON NM	4,67	+23,87%	+0,90
HAPVIDA ON NM	4,45	+4,22%	+0,18

Maiores Altas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
SPTURIS PNA	35,00	+82,29%	+15,80
PETZ ON NM	4,67	+23,87%	+0,90
LIGHT S/A ON NM	5,90	+16,14%	+0,82
PANATLANTICAON	31,80	+15,64%	+4,30
CASAS BAHIA ON NM	5,850	+15,61%	+0,790

Maiores Baixas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
AMERICANAS ON NM	0,10	−28,57%	−0,04
ACO ALTONA PN	13,31	−11,27%	−1,69
INEPAR PN	1,99	−8,72%	−0,19
FICA ON	11,00	−7,17%	−0,85
INEPAR ON	1,98	−7,04%	−0,15

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	40.896,53	+0,58%
S&P 500	5.608,25	+0,97%
NASDAQ	17.876,77	+1,39%
DAX 30	18.421,69	+0,54%
FTSE 100	8.356,94	+0,55%
IBEX 35	11.102,50	+1,40%

	COMPRA	VENDA	Variação
DÓLAR COMERCIAL	5,411	5,411	↓ -1,03%
PESO	0,006	0,006	↓ -1,55%
EURO	5,997	5,997	↓ -0,51%
LIBRA	7,031	7,035	↓ -0,58%

OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R$ 435,18	2.503,3

DADOS

Galípolo reforça a possibilidade de aumento das taxas de juros

O diretor do Banco Central afirmou que que seria um equívoco tentar antecipar o que Copom vai fazer a partir de uma variável e disse que a instituição sempre está em posição de não tomar risco, de não ser pega de surpresa

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, reforçou na segunda-feira, 19, que a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) deixou claro que a cúpula da instituição está dependente de novas informações econômica para tomar sua decisão sobre o rumo da Selic. O próximo encontro é em setembro.

"A ata do Copom deixa bem claro que nós estamos dependentes de dados. Existe um rol de dados que vão ser publicados daqui até lá. E nós estamos indo para a próxima reunião com as alternativas abertas", afirmou o diretor, em participação em evento em Belo Horizonte.

Galípolo voltou a dizer que o grupo passa por um cenário nos últimos 120 dias de mudança de um ciclo de corte para outras alternativas, sobre as quais comentou anteriormente e que inclui até mesmo a possibilidade de alta dos juros.

"Eu acho que hoje está colocada a possibilidade, mas eu acho que é bastante importante a gente reafirmar: Nós estamos com quatro semanas para a próxima reunião do Copom. Existem uma série de variáveis para serem feitas, para serem observadas. E eu não quero passar ideia aqui que, de alguma maneira, a minha comunicação destoa do que foi escrito na ata do Copom", enfatizou o diretor do BC.

Ele disse que seria um equívoco tentar antecipar o que Copom vai fazer a partir de uma variável. E que o BC sempre está em posição de não tomar risco, de não ser pego de surpresa. "Tivemos mudanças de cenário muito abruptas. O cenário está aberto para a próxima reunião. Vamos observar IPCA, IPCA-15, Caged, Pnad, PIB, lá fora, a própria fala do presidente do Federal Reserve."

Ainda, ele comentou que alterações recentes nos cenários econômicos global e nacional levaram a uma mudança de perspectiva para a taxa de juros nos próximos meses. Citou a postergação do início do ciclo de baixa dos juros nos Estados Unidos, a perspectiva de piora para a inflação no Brasil e a melhora dos indicadores de crescimento do PIB. "Essa piora por si só já gera um incômodo bastante significativo para o Banco Central", disse.

Mencionou também a "redução marginal" nas projeções do mercado para o IPCA 2025, na segunda-feira na pesquisa Focus do Banco Central.

O diretor de Política Monetária do Banco Central enfatizou ainda que jamais sofreu pressão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para tomar uma atitude em determinada direção. O chefe do Executivo é um dos mais contumazes críticos dos juros altos e Galípolo, o mais citado nas bolsas de apostas como sucessor de Roberto Campos Neto no comando da instituição em 2025.

A partir do ano que vem, o colegiado será composto majoritariamente, pela primeira vez neste mandato, de integrantes indicados por Lula.

Galípolo falou sobre o tema durante evento em Belo Horizonte quando foi questionado por um participante sobre a possibilidade de interferência política sobre o comitê, alegando estar preocupado com o "voluntarismo do presidente". "Não, o que eu posso fazer é dar um testemunho no sentido contrário. Eu jamais me senti pressionado a fazer qualquer tipo de atitude, a partir da minha indicação no Banco Central", garantiu.

Para Galípolo, o presidente da República tem tido uma atitude "absolutamente republicana", argumentando que tem ido a público fazer um debate sobre os juros.

"O presidente fala o que ele pensa publicamente. Acho que isso tem sido claro nas últimas entrevistas dele. Eu jamais me senti pressionado pelo presidente a fazer qualquer tipo de atitude", afirmou o diretor do BC.

Ele avaliou ainda que todas as vezes em que são renovadas a liberdade e a autonomia do Banco Central, é permitido que elas ajam com mais atuação técnica.

O BC recebeu autonomia operacional há dois anos e, neste momento, há uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para conceder autonomia operacional e financeira à instituição. Toda a diretoria do BC já se declarou favorável à PEC 65, mas o governo não tem pressa na sua votação.

O diretor de Política Monetária do Banco Central afirmou que a entrevista do presidente, com a indicação de que os diretores do BC vão trabalhar na normalidade "foi importante". À Rádio Gaúcha, na última sexta-feira, 16, Lula disse que a pessoa que vai indicar como novo presidente do Banco Central vai precisar ter "compromisso com o povo brasileiro" e "coragem" para alterar a Selic sempre que for necessário.

"Na hora que precisar reduzir a taxa de juros, ele vai ter de ter coragem de dizer que vai reduzir. Na hora que vai aumentar, ele vai ter de ter a mesma coragem de dizer que vai aumentar", afirmou o presidente na ocasião.

O BC tem as ferramentas necessárias para perseguir a meta de inflação, destacou o diretor, acrescentando que cabe à autoridade monetária colocar os juros em nível restritivo o suficiente para atingir o alvo, de 3%.

Segundo ele, tem sido bastante interessante a experiência com um BC independente. "A discussão sobre autonomia do BC vem de posições antagônicas. Há ideia de que autonomia do BC significa se contrapor ao poder democraticamente eleito. Há outra posição de que, com autonomia, BC não precisa prestar contas à sociedade."

Reprodução-You-Tube



Galípolo afirmou que o presidente da República tem tido uma atitude absolutamente republicana e tem ido a público fazer um debate sobre os juros

INFLAÇÃO

Diretor do BC afirma que a instituição tem que perseguir a meta de 3%

Em meio à postergação do ciclo de baixa da taxa de juros dos Estados Unidos, à piora das expectativas de inflação no Brasil e à retomada da atividade econômica brasileira, o diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galipolo, afirmou que o BC seguirá firme no objetivo de perseguir a meta de 3% da inflação. Para alcançá-la, toda a diretoria hoje nomeada se põe à disposição de elevar juro sempre que necessário, disse.

"Não há centro da meta. O BC tem de perseguir a meta de 3%, e as expectativas estão acima disso. A ata do Copom deixou bem claro que nós estamos dependentes de dados, e como eu falei, existe um rol de dados que vão ser publicados (até a próxima reunião), e as alternativas estão abertas", disse Galípolo. "A inflação projetada para os próximos 18 meses está acima da meta, dissemos na ata. Eu disse que inflação acima da meta significava que variáveis estão desconfortáveis", afirmou em evento em Belo Horizonte, mencionando que a inflação no setor de serviços também roda em patamar acima da meta e igualmente desconfortável.

Segundo o diretor, os limites de tolerância do intervalo do alvo do regime em vigor no País não existem para reduzir o esforço da política monetária. Cabe ao BC perseguir a meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). "Melhor fica o arcabouço do BC quanto mais respeitarmos esse conceito."

Ainda de acordo com ele, foi muito importante ter conseguido afastar ceticismo sobre eventual alta de juros. "Havia leitura do mercado de que o BC jogava com uma das mãos amarradas. Havia ceticismo quanto à disposição do BC de aumentar a taxa de juros. A leitura era que o BC estava impossibilitado de usar ferramentas da política monetária."

O diretor de Política Monetária do Banco Central disse ainda que a melhora das perspectivas para a atividade econômica é um dos pontos de atenção. E que o BC tem por função "tomar os cuidados para que esses indicadores não se transformem em um desarranjo que sinalize o crescimento da demanda numa velocidade muito descompassada do crescimento da oferta".

Segundo ele, uma série de dados que vem demonstrando uma surpresa do ponto de vista da atividade econômica, como um desemprego que está em níveis bastante baixos, com o menor nível de desemprego desde 2014, um crescimento da renda que vem batendo recorde, que vem crescendo muito a renda, um mercado de trabalho que vem se mostrando apertado por diversas métricas. Ele citou ainda um PIB que vem sendo revisado sistematicamente para cima das expectativas de crescimento.

"Obviamente que todos nós, inclusive que estamos lá no Banco Central, entendemos como um êxito a possibilidade que as pessoas possam ganhar mais dinheiro, possam ter mais oportunidades, encontrar mais emprego. Ninguém tem nenhum tipo de sentimento perverso para torcer pelo contrário", comentou.

"Mas a função do Banco Central, o Banco que deve zelar pela inflação, é tomar cuidado para que esses indicadores não se transformem em um tipo de desarranjo que sinalize o crescimento da demanda numa velocidade muito descompassada do crescimento da oferta", disse o diretor do BC. "O BC tenta dissecar quanto economia aquecida está sendo repassada para preços."

O diretor de Política Monetária do Banco Central reforçou ainda que o câmbio é apenas um entre diversos dados relevantes para as decisões do Copom.

"O mercado tentou estabelecer relação quase mecânica entre câmbio e Selic", disse Galípolo. "Afirmei que seria equívoco estabelecer relação mecânica entre câmbio e política monetária "

Afirmou também que a mudança no cenário externo desde o final do ano passado, com a postergação do ciclo de cortes de juros nos Estados Unidos, é um dos principais fatores que levaram a uma mudança de perspectiva para a Selic, causando uma "oscilação grande de expectativas sobre o que poderia acontecer com a atividade econômica nos Estados Unidos". Essas oscilações abruptas, segundo ele, trazem volatilidade para os preços.

No entanto, Galípolo ponderou que "hoje se está caminhando, migrando, para uma leitura mais consensual de que o cenário-base, vamos dizer assim, na cabeça do mercado seria um soft landing, seria uma aterrissagem mais suave da economia norte-americana".

Isso significa, na sua avaliação, uma melhora no cenário internacional. "Não ter uma aterrissagem, ou seja, uma atividade mais aquecida, levantaria dúvidas se os EUA teriam que conviver com taxa de juros mais alta por mais tempo, - o que costuma ser adverso, vamos dizer assim, para economias emergentes. Mas também uma redução muito abrupta da atividade da economia norte-americana poderia provocar uma aversão a risco, o que costuma ser ruim especialmente para economias emergentes."

Diário Comercial

Propriedade da Editora **Diário Comercial** Ltda.

FILIADO À: ANJ Associação Nacional de Jornais

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo • vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Junior • comercial@diariocomercial.com.br – **SP - José Castelo** • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:



ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

Rio de Janeiro
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

São Paulo
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

Brasília
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (21) 33806038

Belo Horizonte
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 | Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770
Telefone: (61) 999858648 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

RESTRIÇÃO FISCAL

Guimarães: governo mantém o objetivo de atingir a meta fiscal

O secretário afirmou que ainda não é possível antecipar se haverá uma restrição fiscal maior, de contenção de gastos, no próximo relatório de avaliação de despesas e receitas do governo, que será divulgado em setembro

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, afirmou na segunda-feira, 19, que o governo federal mantém o objetivo de atingir a meta fiscal deste ano, dentro do intervalo permitido pelo arcabouço fiscal. Segundo ele, a contenção de gastos em R$ 15 bilhões, anunciada pela equipe econômica no último relatório de avaliação bimestral de despesas e receitas, exemplifica o compromisso do Executivo com a meta de resultado primário.

"A gente acredita que tem conseguido, tanto pelo lado da receita, que tem surpreendido cada vez mais positivamente, mas também no desafio de revisão de gastos e maior eficiência dos gastos públicos, para que esse desafio (cumprir a meta), apesar de ser bastante forte, seja cumprível", disse Guimarães durante uma live promovida pela Bradesco Asset.

O secretário reforçou ainda que a equipe econômica vem trabalhando ao longo do tempo na agenda que trata da rigidez do orçamento público. "A gente sabe da questão orçamentária, alguma rigidez que a gente tem no orçamento público, que a gente vem trabalhando ao longo do tempo, é um ajuste gradual, mas é importante", disse.

Guimarães também afirmou na segunda-feira que ainda não é possível antecipar se haverá uma restrição fiscal maior, de contenção de gastos, no próximo relatório bimestral de avaliação de despesas e receitas do governo federal, que será divulgado em setembro. "Só o tempo vai nos dizer (se poderá ter uma restrição maior)", disse.

Ele explicou que os dados são conhecidos mais próximos da divulgação do próximo relatório, após as estimativas enviadas por cada ministério. Ele citou, por exemplo, que



Divulgação
Guimarães lembrou que, de forma prudente, a equipe econômica promoveu uma alteração no último relatório bimestral para dosar a velocidade dos gastos

pode haver uma acomodação e redução do crescimento de despesas obrigatórias, o que reduziria a contenção de gastos no próximo relatório, ou uma aceleração.

O secretário reiterou que a equipe econômica vai usar todos os instrumentos para garantir o cumprimento da meta de resultado primário. "O desafio de 2024 e de 2025 é um desafio forte no sentido de consolidação fiscal, mas obviamente, legalmente, vamos lançar mão de todos os instrumentos", disse, em referência à possibilidade de contenção de despesas.

Guimarães citou ainda que, de forma prudente, a equipe econômica promoveu uma alteração no último relatório bimestral para dosar a velocidade dos gastos. A proposta incluída no decreto determina que os limites de empenho serão divididos em três períodos: até setembro, novembro e dezembro.

Pelo texto, após a contenção de R$ 15 bilhões, os ministérios e órgãos poderão empenhar, até setembro, 35% do saldo remanescente; de setembro a novembro, mais 35%; e até dezembro, 100% do restante dos recursos livres serão liberados para empenho. "A gente está com todos os instrumentos para cumprir a meta, obviamente dentro de um cenário que não tenha risco muito fora da curva ou inesperado", disse.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento afirmou ainda que a equipe econômica vai trabalhar de uma forma mais estrutural para garantir o cumprimento da meta de resultado primário em 2025.

Ele explicou que no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, que será divulgado no próximo dia 30, haverá um equilíbrio entre receitas e despesas para cumprimento da meta de déficit zero.

Esclareceu que, se houver medidas novas para incremento de receitas, as propostas precisam estar em tramitação no Congresso para serem consideradas no PLOA, assim como ocorreu no ano passado. Na divulgação da proposta, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, deverá explicar todas as medidas arrecadatórias esperadas para o ano que vem.

Em relação às despesas, o PLOA deverá trazer ainda uma agenda de revisão de gastos que, segundo o secretário, tem avançado inclusive para garantir eficiência na execução de políticas públicas. "Revisão de gastos é importante para reduzir pressão das despesas obrigatórias sobre discricionárias", afirmou.

Guimarães reforçou ainda que a decisão final sobre o desenho orçamentário é feita na Junta de Execução Orçamentária (JEO). O Ministério do Planejamento fica encarregado de enviar referenciais monetários sobre o orçamento de 2025 para todos os órgãos do governo federal.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento afirmou que as medidas de revisão de cadastro e renda do Benefício de Prestação Continuada (BPC) já devem ter efeitos nas contas públicas este ano. Ele reconheceu que os gastos com o benefício e com a Previdência aceleraram, mas ponderou que as causas estão sendo estudadas.

Disse que o gasto obrigatório não é um cheque em branco para os ministérios e reiterou a importância de fazer uma revisão de despesas obrigatórias para abrir espaço orçamentário para outras despesas discricionárias. A tendência, segundo ele, é que essa agenda fique cada vez mais perene no Orçamento dos próximos anos

Guimarães citou três diferentes eixos da agenda de revisão de gastos: um eixo vertical, que avalia as fraudes e usos indevidos de benefícios e propõe redução nas distorções; um eixo mais estrutural, que busca modernizar as vinculações no Orçamento; e outro com foco na avaliação dos subsídios financeiros, creditícios e, principalmente, tributários - este último, segundo ele, cresceu de forma acentuada desde 2023 e precisa ser revisado.

O secretário acrescentou ainda que uma outra vertente da agenda busca olhar as políticas públicas de forma agregada e integrada. "Tem políticas públicas que poderiam ser integradas, o Bolsa Família é um exemplo disso, que quando você observa tem 'N' políticas públicas no mesmo cidadão, e às vezes ele não tem a percepção de todas aquelas políticas públicas que ele recebe de forma direta ou indireta. Tem algum tipo de integração de política pública que pode melhorar o bem estar do cidadão e ao mesmo tempo ter economia fiscal", disse.

SOJA

China compra mais itens do agronegócio brasileiro

A China, principal destino de produtos do agronegócio brasileiro, aumentou a sua participação sobre as exportações de produtos agropecuários do Brasil em um ano. Nos últimos 12 meses, de agosto de 2023 a julho de 2024, a China representou 35% de tudo o que foi enviado pelo agronegócio brasileiro ao exterior, segundo levantamento divulgado pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura.

Em igual período do ano anterior, o país asiático representava uma fatia de 32,8% das vendas externas do agronegócio brasileiro A receita dos embarques agropecuários brasileiros à China somou US$ 58,60 bilhões em um ano, de um total de US$ 167,41 bilhões reportados pelo setor no período.

Em valor nominal, as exportações de produtos agropecuários à China cresceram 10% em um ano, de US$ 53,29 bilhões para US$ 58,60 bilhões no período do acumulado de agosto de 2023 a julho de 2024. Esse incremento foi um dos principais fatores que impulsionaram a alta de 3,2% nas exportações totais do agronegócio brasileiro em um ano.

O principal produto exportado para o mercado chinês no último ano foi a soja em grãos, somando US$ 36,55 bilhões, o equivalente a 62,4% das vendas do agronegócio brasileiro para o país asiático. Em volume, foram 79,35 milhões de toneladas de soja exportadas para a China em 12 meses, aumento de 24,8% em um ano e correspondente a 75,7% do total da oleaginosa brasileira comercializada ao exterior no período.

Atrás da China, os Estados Unidos ocupam o posto de segundo principal destino dos produtos do agronegócio brasileiro nos últimos 12 meses, com exportações de US$ 10,73 bilhões de agosto de 2023 a julho de 2024 (aumento de 6,8% em um ano), equivalente a 6,4% de tudo que foi exportado pelo setor. Na sequência, aparecem os Países Baixos, com 3,1% das exportações do agronegócio brasileiro e US$ 5,23 bilhões em vendas externas no último ano (queda de 7,3%).

Já no acumulado deste ano, de janeiro a julho, a China perdeu participação nas vendas externas de produtos agropecuários do Brasil, representando 34,9% do total ante 36,9% de igual intervalo do ano anterior. A comercialização de produtos do agronegócio para o país asiático recuou 4,5%, para US$ 34,10 bilhões, pressionada sobretudo pela queda de 9% no valor nominal das vendas de soja. Mesmo com a retração, a China manteve a liderança entre os destinos de produtos da agropecuária do País.

Os principais produtos exportados para a China neste ano foram soja em grãos (US$ 24,10 bilhões e 70,7% de participação), carne bovina in natura (US$ 3,05 bilhões e 8,9% de participação), celulose (US$ 2,45 bilhões e 7,2% do total), algodão não cardado nem penteado (US$ 1,17 bilhão e 3,4% do total), carne de frango in natura (US$ 745,44 milhões e 2,2% do total) e açúcar de cana em bruto (US$ 640,39 milhões e 1,9% de participação).

O levantamento foi divulgado em meio às comemorações de 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China. "Nestes 50 anos, tivemos muitas oportunidades comerciais com a China, tanto que ela se tornou nosso maior parceiro. Aqui no Mapa trabalhamos para que tenhamos mais progressos bilaterais econômicos", disse o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, em nota.

AJUSTES

Mercado imobiliário eleva o volume de lançamentos

O mercado imobiliário teve ampliação dos lançamentos e das vendas nos últimos meses, como mostra a pesquisa divulgada na segunda-feira, 19, pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). O levantamento traz dados de comercialização de imóveis residenciais novos em 221 cidades, incluindo aí todas as capitais e regiões metropolitanas do País.

No segundo trimestre de 2024, os lançamentos foram de 83.930 unidades, o que representa uma expansão de 7% em relação ao mesmo período de 2023. As vendas chegaram a 93.743 unidades, expansão de 17,9%.

Com isso, o mercado imobiliário confirmou a trajetória de crescimento na primeira metade do ano. No primeiro semestre, os lançamentos chegaram a 149.487 unidades, subida de 5,7% em relação ao mesmo período do ano passado. As vendas no totalizaram 180.162 unidades, um crescimento de 15,2%.

Com mais vendas que lançamentos, os estoques de imóveis disponíveis para venda (na planta, em obras e recém-construídos) caíram 11,5% em um ano, indo a 274.303 unidades. Nesse ritmo de vendas, esse estoque seria totalmente consumido em nove meses, caso não houve novos lançamentos.

O levantamento da CBIC mostrou que o Minha Casa Minha Vida (MCMV) teve um papel determinante para embalar o crescimento do mercado imobiliário nacional, tendo respondido pela maioria dos novos projetos.

Desde o ano passado, o programa passou por uma série de ajustes, com redução de juros, aumento dos subsídios, ampliação do prazo de financiamento, corte de impostos para os empresários, entre outras medidas que trouxeram apelo aos negócios.

Os lançamentos dentro do MCMV no segundo trimestre de 2024 somaram 44.764 unidades, quase dobrando (alta de 86,7%) em relação ao mesmo período de 2023. Dessa forma, responderam por 53% dos lançamentos totais do mercado, um ganho de participação relevante, considerando que estava em 31% um ano atrás.

Já as vendas do MCMV atingiram 39.332 unidades, um salto de 46,0% na mesma base de comparação anual. Elas responderam por 42% do total de vendas, ante 34% um ano antes.

A CBIC apontou que as expectativas dos empresários estão mais positivas para os lançamentos imobiliários, especialmente por conta dos ajustes no MCMV.

No começo do mês, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinou mais R$ 22 bilhões do orçamento anual do fundo para abastecer os financiamentos ao Minha Casa Minha Vida, o que dá mais tranquilidade para o desenvolvimento de novos projetos o setor, apontou a CBIC.

Além disso, a concessão de financiamento imobiliário em geral tem se mostrado forte, apesar do cenário de juros ainda altos. Por fim, há um crescimento acima do esperado para a economia brasileira, com geração de emprego e renda para a população, o que estimula os negócios no setor.

JUROS DE 9%

Mercado aumenta a estimativa de inflação para 4,22% neste ano

A mediana do relatório Focus para a alta do PIB de 2025 caiu para 1,89%, considerando uma trajetória de juros mais alta, já que a estimativa intermediária para a taxa Selic no fim do ano que vem avançou

Divulgação



Supermercado: considerando apenas as 54 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana do mercado para o IPCA de 2024 caiu de 4,22% para 4,21%. A projeção para a inflação de 2025 cedeu de 3,90% para 3,87%

A mediana do relatório Focus para o IPCA de 2024 subiu pela quinta semana consecutiva, de 4,20% para 4,22%, distanciando-se ainda mais do centro da meta, de 3%. Um mês antes, era de 4,05%. A estimativa intermediária para a inflação de 2025 cedeu de 3,97% para 3,91%, a segunda baixa seguida. Um mês antes, ela estava em 3,90%.

Considerando apenas as 54 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana do mercado para o IPCA de 2024 caiu de 4,22% para 4,21%. A projeção para a inflação de 2025 cedeu de 3,90% para 3,87%, levando em conta apenas as 54 atualizações no período.

No último ciclo de comunicações, o Comitê de Política Monetária (Copom) informou que considera o primeiro trimestre de 2026 como o seu horizonte relevante. O colegiado espera que a inflação acumulada em 12 meses atinja 3,4% no período, no cenário de referência, ou 3,2%, no cenário com a Selic estável em 10,5%.

O BC espera inflação de 4,2% este ano e de 3,6% no ano que vem, no cenário de referência. No cenário alternativo, projeta IPCA de 4,2% em 2024 e 3,4% em 2025.

As medianas para os horizontes mais longos também se mantiveram descoladas do centro da meta, em 3,60% no caso de 2026 e 3,50% em 2027, pela 11ª e 59ª semana consecutiva, respectivamente.

Na semana passada, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse em um evento organizado pelo banco Barclays, em São Paulo, que a autoridade monetária está "muito incomodada" com a desancoragem das expectativas em relação ao alvo e prometeu fazer o necessário para corrigir esse desvio.

"Não estamos dando um guidance, mas faremos o que for necessário para levar a inflação à meta - e, se aumentar os juros for necessário, nós aumentaremos", ele afirmou, reforçando que o BC vai perseguir a meta independentemente de quem seja seu próximo presidente. O mandato de Campos Neto termina em 31 de dezembro.

O mercado manteve praticamente estáveis as projeções para a inflação nos próximos meses. A mediana do relatório Focus para o IPCA de agosto se manteve em 0,10%, contra 0,15% um mês antes. A estimativa intermediária para setembro foi ajustada de 0,22% para 0,23%, ante 0,20% quatro semanas atrás, enquanto a projeção para outubro ficou em 0,30%, mesmo nível de um mês antes.

A mediana do relatório Focus para a inflação suavizada dos próximos 12 meses se manteve em 3,73%. Um mês atrás, ela era de 3,74%. Essa medida deve ganhar importância nas análises do mercado após a regulamentação da meta de inflação contínua, que valerá a partir de 2025.

O novo regime prevê que o cumprimento da meta seja apurado com base na inflação acumulada em 12 meses. Se a taxa ficar acima ou abaixo do intervalo de tolerância por seis meses consecutivos, será considerado que o Banco Central descumpriu o alvo.

A meta continua tendo como centro 3%, com tolerância de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos. Ela pode ser alterada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por iniciativa do ministro da Fazenda, mas é necessário aguardar um prazo de 36 meses para que uma mudança tenha efeito.

A mediana do relatório Focus para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2024 subiu de 2,20% para 2,23%, após o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado na sexta-feira, 16, ter mostrado uma forte expansão da economia brasileira em junho e no segundo trimestre.

Considerando apenas as 47 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa intermediária para o crescimento do PIB de 2024 subiu de 2,24% para 2,30%.

Na última sexta-feira, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse em um evento organizado pelo banco Barclays, em São Paulo, que o mercado provavelmente aumentaria as projeções de crescimento da economia brasileira este ano para mais do que 2,5%, devido às surpresas com a atividade.

Também na sexta, economistas do mercado que se reuniram com diretores do BC reforçaram que o hiato do produto continua apertado e o mercado de trabalho, aquecido.

A mediana do relatório Focus para a alta do PIB de 2025 caiu de 1,92% para 1,89%, provavelmente considerando uma trajetória de juros mais alta, já que a estimativa intermediária para a taxa Selic no fim do ano que vem avançou. Levando em conta só as 45 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, cedeu de 1,92% para 1,85%.

Os economistas do mercado não alteraram as projeções de crescimento da economia em 2026 e 2027. Ambas permaneceram em 2%, como já estão há 54 semanas e 56 semanas, respectivamente.

A última estimativa divulgada pelo BC, no Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de junho, indicava crescimento de 2,3% para o PIB brasileiro este ano. O Ministério da Fazenda espera que o PIB brasileiro cresça 2,5% em 2024.

A mediana do relatório Focus para a Selic no fim de 2025 subiu pela segunda semana consecutiva, de 9,75% para 10%, indicando um orçamento total de cortes de apenas 0,5 ponto porcentual no ano que vem. A projeção para a taxa básica de juros no fim de 2024 se manteve em 10,5% pela nona semana consecutiva.

Na semana passada, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, reforçou em duas ocasiões que a autoridade monetária fará o que for preciso para garantir a convergência das expectativas de inflação para o centro da meta, de 3%.

Em uma audiência pública na Câmara dos Deputados, na terça-feira, ele reforçou que o Comitê de Política Monetária (Copom) tem votado de forma unânime para garantir a convergência do IPCA. Na sexta, em um evento organizado pelo Barclays, em São Paulo, reforçou que uma alta de juros está na mesa, se necessária.

"Não estamos dando um guidance, mas faremos o que for necessário para levar a inflação à meta - e, se aumentar os juros for necessário, nós aumentaremos", ele afirmou, reforçando que o BC vai perseguir a meta independentemente de quem seja seu próximo presidente.

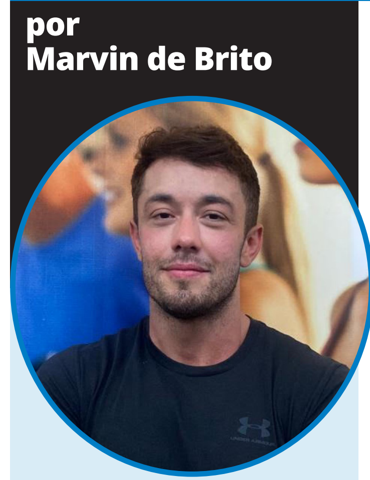
Considerando apenas as 53 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana para a taxa Selic no fim de 2024 se manteve em 10,5%. A estimativa intermediária para os juros no fim de 2025 subiu de 9,75% para 10%, também incorporando apenas as 52 atualizações da semana passada.

O mercado manteve o consenso de que os juros encerrarão 2026 e 2027 em 9%.

SAÚDE E BEM ESTAR

CREATINA: BENEFÍCIOS REAIS E MITOS DESVENDADOS

por
Marvin de Brito



Marvin de Brito é bacharel em educação física, especialista em natação adaptada e ministra aulas particulares, atuando como personal trainer. Faz parte do time de professores da rede de academias da Companhia Athletica.

Se você usa algum tipo de suplemento ou já usou, em algum momento você provavelmente já ouviu falar sobre creatina, ou conhece alguém que já fez uso desse suplemento. A creatina é um dos suplementos mais populares entre atletas e frequentadores do mundo fitness. Ela é reconhecida por sua capacidade de melhorar o desempenho físico. Estudos mostram que aproximadamente por volta de 40% dos atletas de alta performance usam a creatina para aumentar a força resistência e ganho de massa muscular.

Esse número não se volta apenas para esse tipo de público. Cada vez mais pessoas os praticantes de atividades físicas regulares têm a creatina no seu dia a dia. Com o crescente número de estudos, comprovando o seu resultado, a creatina se destaca como um dos suplementos mais utilizados em academias em todo o mundo.

A creatina é uma substância naturalmente encontrada no corpo humano em sua maior quantidade nos músculos, estima-se que 95% do armazenamento está lá. Nosso corpo produz creatina a partir de aminoácidos como a arginina, glicina e metionina principalmente no fígado, rins e pâncreas. Porém essa produção interna é baixa, comparado a demanda do nosso corpo por energia, gerando de 1 a 2 gramas por dia o que pode não ser suficiente para atender a demanda de energia para atividades física intensa.

A sua suplementação entra em ação nesse momento. Ao colocar creatina na dieta podemos aumentar de forma significativa os estoques no musculo, melhorando o desempenho em exercícios de alta intensidade e promovendo ganho de força e massa muscular ao longo do tempo.

A creatina traz benefícios comprovados tanto para homens quanto para mulheres principalmente quando o assunto é o aumento da força muscular, resistência e recuperação pós-treino. Estudos científicos mostram que suplementar creatina pode aumentar a força em até 20% e a performance em exercícios de alta intensidade em cerca de 10% a 15%.

A nível de recuperação muscular pesquisas mostram que a creatina pode auxiliar na recuperação muscular diminuindo a fadiga e melhorando a capacidade de realizar séries de exercícios repetidas. Esses benefícios são observados tanto em homens quanto em mulheres sem grande distinção nos resultados. Embora alguns mitos que rondam o uso da creatina como a de que ela causa retenção de líquidos ou até mesmo engorda. Estudos a longo prazo mostram que a creatina é segura para o uso contínuo e esses efeitos adversos são em sua maioria achismos.

A creatina embora segura para a maioria das pessoas pode ser contraindicada para alguns casos. Pessoas com problemas renais preexistentes como insuficiência renal ou doenças crônicas nos rins devem evitar o uso de creatina. O suplemento pode aumentar a carga renal e piorar essas condições. Pessoas com histórico de problemas hepáticos ou aqueles que tem dificuldade em metabolizar algumas substâncias podem precisar evitar a creatina ou usar sob supervisão médica.

Gestantes e lactantes também são aconselhados a não utilizar creatina devido a falta de estudos em grande quantidade sobre sua segurança para esse público. É sempre importante consultar um profissional de saúde antes de iniciar qualquer suplementação especialmente para aqueles com condições médicas preexistentes.

A creatina é um dos suplementos mais seguros e eficazes que estão disponíveis no mercado para melhorar o desempenho e promover o ganho de massa muscular. Quando ela é utilizada de forma adequada e segue o padrão das doses recomendadas pode trazer benefícios significativos sem apresentar riscos à saúde para a maioria das pessoas. Porém, é de grande importância que a suplementação seja prescrita por um profissional de saúde que irá avaliar as necessidades de cada pessoa e ajustar a dosagem se necessário. Assim a creatina pode ser utilizada de maneira responsável contribuindo para melhorar os resultados dos treinos e fortalecer um estilo de vida saudável e ativo.

ELEIÇÕES

Democratas se reúnem para aprovar plataforma partidária

A convenção deve ressaltar o otimismo injetado pela campanha da vice-presidente desde que Biden desistiu da corrida presidencial, além de tentar mostrar as realizações do governo

Reuters



Kamala Harris e o governador de Minnesota, Tim Walz, que fazem parte da chapa que irá enfrentar Donald Trump, durante a Convenção Nacional Democrata

Os holofotes da política americana se voltam para a Convenção Nacional do Partido Democrata de 2024, que começou na segunda-feira, 19, em Chicago, onde 5 mil delegados do partido irão se reunir para aprovar uma nova plataforma partidária e formalizar as candidaturas da vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris, e do governador de Minnesota, Tim Walz, como a chapa democrata que irá enfrentar Donald Trump e J.D. Vance em novembro.

No início de agosto, Kamala garantiu a quantidade necessária de delegados para se tornar a candidata democrata à Casa Branca. A vice-presidente americana não enfrentou nenhum candidato nas primárias, principalmente por conta do apoio que recebeu do presidente americano Joe Biden após a sua desistência da corrida presidencial no dia 21 de julho. No dia 6 de agosto, Kamala escolheu Tim Walz como seu companheiro de chapa e eles foram certificados como os candidatos do partido no dia seguinte.

A convenção deve ressaltar o otimismo injetado pela campanha da vice-presidente desde que Biden desistiu da corrida presidencial, além de tentar mostrar as realizações do governo democrata. Apesar disso, grandes protestos são esperados do lado de fora da convenção por manifestantes contrários ao apoio de Biden a Israel durante a guerra contra o grupo terrorista Hamas na Faixa de Gaza.

A Convenção Nacional do Partido Democrata está programado para terminar na quinta-feira, 22, quando a vice-presidente Kamala Harris deve realizar um discurso para aceitar formalmente a nomeação do Partido Democrata à presidência.

A convenção será realizada no United Center, que tem capacidade para mais de 20 mil pessoas e é a casa do Chicago Bulls, time de basquete da NBA. Somente delegados e suplentes credenciados, bem como convidados e membros da mídia, poderão comparecer pessoalmente.

Cerca de 50 mil pessoas são esperadas na convenção em Chicago, incluindo milhares de delegados escolhidos pelos comitês estaduais do partido, bem como superdelegados, que são políticos eleitos pela legenda no Senado ou na Câmara dos Deputados, membros notáveis do Partido Democrata, como presidentes e ex-presidentes, e membros do Comitê Nacional Democrata.

Milhares de profissionais da imprensa também estarão presentes, assim como celebridades. Kerry Washington, Tony Goldwyn, Mindy Kaling e Ana Navarro serão os apresentadores da convenção.

O presidente americano Joe Biden discursou na segunda-feira, assim como a primeira-dama Jill Biden. A ex-secretária de Estado e candidata presidencial democrata de 2016, Hillary Clinton, também discursou. O prefeito de Chicago, Brandon Johnson, deve realizar um discurso de boas vindas aos democratas na cidade.

Na terça-feira, 20, o ex-presidente Barack Obama deve discursar, assim como o governador de Illinois, JB Pritzker, e o segundo-cavalheiro, Douglas Emhoff. Também na terça-feira, os democratas realizarão o que chamam de "celebração nominal" para formalizar a candidatura de Kamala Harris e Tim Walz. A medida será cerimonial porque a votação oficial foi realizada de forma online no início de agosto para garantir que a chapa apareceria em todas as cédulas estaduais. Na convenção, membros de todas as 57 delegações votarão de forma simbólica em Kamala e Walz como os candidatos à presidência e à vice-presidência do partido.

Na quarta-feira, 21, Walz deve discursar e aceitar a nomeação democrata, assim como o ex-presidente Bill Clinton, a ex-presidente da Câmara dos Deputados, Nancy Pelosi, e o secretário de Transportes, Pete Buttigieg. O líder da maioria no Senado, Chuck Schumer, e o líder democrata na Câmara, Hakeem Jeffries, também vão discursar.

Na quinta-feira, 22, Kamala Harris vai aceitar formalmente a candidatura do Partido Democrata e fechar a convenção com um discurso.

A transmissão ao vivo oficial da convenção será no site DemConvention.com, bem como no YouTube, X, TikTok, Instagram e Facebook. A programação da convenção será transmitida ao vivo a partir das 19h15 até 00h (horário de Brasília) na segunda-feira e das 20h até 00h (horário de Brasília) nos outros dias da convenção.

NEGOCIAÇÃO

Hamas assume a responsabilidade pela explosão de bomba em Tel Aviv

O Hamas assumiu responsabilidade na segunda-feira (19) pela explosão de uma bomba na capital de Israel, Tel Aviv, no domingo, 18, que matou o suposto agressor e feriu uma pessoa presente no local. Segundo a mídia israelense, a bomba parece ter disparado antes do previsto e policiais afirmam que o alvo era uma sinagoga próxima.

Em comunicado divulgado na segunda, a ala militante do Hamas disse que era responsável pela explosão, em conjunto com a ala militante da Jihad Islâmica Palestina, e ameaçou continuar atacando "enquanto os massacres da ocupação, o deslocamento de civis e a continuação da política de assassinatos continuarem".

No domingo, um ataque de Israel na Faixa de Gaza deixou 29 mortos, segundo autoridades de saúde locais. A guerra já matou mais de 40 mil palestinos e deslocou a grande maioria dos 2,3 milhões de moradores do território, levando a disseminação da fome e de doenças como a poliomielite.

Os ataques ocorrem em meio a negociações para tentar alcançar um cessar-fogo na região e evitar uma escalada das tensões no Oriente Médio. Apesar da crescente pressão internacional para o término do conflito, Israel e Hamas ainda expressam insatisfação com os termos do acordo.

O secretário de Estado dos EUA, Anthony Blinken desembarcou no domingo em Tel Aviv para tentar acelerar as negociações e se reuniu nesta segunda com o presidente israelense Isaac Herzog. Na abertura do encontro, Blinken disse que esta é "talvez a última" oportunidade de alcançar um cessar-fogo em Gaza. "Este é um momento decisivo, provavelmente a melhor, talvez a última, oportunidade de levar os reféns para casa, obter um cessar-fogo e colocar todos em um caminho melhor para uma paz e segurança duradouras", afirmou.

O Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, disse na segunda-feira, 19, que agora é a hora de concluir um acordo de cessar-fogo em Gaza, que devolveria os reféns mantidos pelo Hamas e traria alívio ao sofrimento palestino após mais de 10 meses de combates na região. A nona missão urgente de Blinken ao Oriente Médio desde o início do conflito ocorreu dias após mediadores, incluindo os Estados Unidos, expressarem otimismo renovado de que um acordo estava próximo.

Reuters



Antony Blinken disse que é hora de concluir um acordo de cessar-fogo em Gaza

Mas o Hamas expressou profunda insatisfação com a última proposta, e Israel disse que havia pontos nos quais não estava disposto a se comprometer.

A viagem, dias antes de novas negociações esperadas para esta semana no Egito, ocorreu em meio a temores de que o conflito pudesse se ampliar para uma guerra regional mais profunda após o assassinato de dois dos principais militantes no Líbano e no Irã, que foram atribuídos a Israel.

"Este é um momento decisivo, provavelmente a melhor, talvez a última, oportunidade de levar os reféns para casa, obter um cessar-fogo e colocar todos em um caminho melhor para uma paz e segurança duradouras", disse Blinken, ao abrir as negociações com o presidente israelense Isaac Herzog, em Tel-Aviv. "Também é hora de garantir que ninguém tome medidas que possam atrapalhar esse processo", disse ele em uma referência velada ao Irã.

E afirmou: "E então estamos trabalhando para garantir que não haja escalada, que não haja provocações, que não haja ações que de alguma forma nos afastem de fechar esse acordo ou, nesse caso, escalando o conflito para outros lugares e com maior intensidade."

Os mediadores se encontrarão novamente esta semana no Cairo para tentar consolidar um cessar-fogo.

Blinken viajará para o Egito na terça-feira para reuniões na cidade mediterrânea de el-Alamein depois de encerrar sua parada em Israel.

Ele também se encontrou pessoalmente com o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e com o ministro da Defesa Yoav Gallant.

MPOX

OMS faz recomendação para surto

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou na segunda-feira (19) uma lista de recomendações, temporárias, direcionadas a países que enfrentam surtos de mpox, incluindo, mas não de forma restrita, as seguintes nações: República Democrática do Congo, Burundi, Quênia, Ruanda e Uganda.

Dentre as recomendações, a OMS pede melhor coordenação da resposta à emergência por mpox, tanto em nível local quanto nacional, além do envolvimento de organizações humanitárias que possam prestar apoio em áreas de refugiados e de insegurança.

Outro item da lista envolve melhorar a vigilância à doença, por meio da expansão do acesso a diagnósticos precisos e acessíveis, capazes de diferenciar as variantes de mpox em circulação na região. A OMS pede ainda reforço no transporte de amostras e descentralização de centros de diagnóstico para a doença.

"Identificar, monitorar e apoiar os contatos de pessoas com mpox para prevenir a transmissão; intensificar os esforços para investigar minuciosamente casos e surtos da doença, de forma a elucidar os modos de transmissão e prevenir a transmissão a familiares e comunidades; notificar à OMS casos suspeitos, prováveis e confirmados em tempo hábil e semanalmente", recomenda a OMS.

A organização também recomenda que os países forneçam apoio clínico, nutricional e psicossocial para pacientes com mpox, incluindo, quando justificado e possível, isolamento em unidades de saúde e orientação para cuidados domiciliares. Dentre os grupos citados estão pessoas que vivem com HIV, crianças e gestantes.

Outro pedido inclui estabelecer ou reforçar acordos de colaboração para vigilância e gestão de casos de mpox em regiões de fronteira, com destaque para o fornecimento de orientações a viajantes, mas sem recorrer "de forma desnecessária" a restrições gerais envolvendo fluxos de viagem e de comércio.

A OMS pede ainda que os países se preparem para introduzir a vacina contra a mpox como resposta de emergência a surtos. As campanhas, de acordo com a entidade, devem incluir grupos de risco para a infecção, como parceiros sexuais de pacientes com a doença, crianças e profissionais de saúde.

"Isso requer a adaptação ágil de estratégias e planos de imunização em áreas específicas; a disponibilização de vacinas e suprimentos; o envolvimento proativo da comunidade para manter a procura e a confiança na vacinação; e a coleta de dados durante a imunização, conforme protocolos em andamento", diz a OMS.

Outra recomendação é que países reforcem a comunicação, envolvendo comunidades e profissionais de saúde, para a prevenção de surtos e como estratégia de vacinação, sobretudo por meio do mapeamento de grupos vulneráveis e de alto risco, da escuta social e do feedback das comunidades, mantendo sob controle o que a OMS chama de "desinformação" acerca do tema.

"Abordar o estigma e a discriminação, de qualquer tipo, por meio do envolvimento significativo da comunidade, especialmente nos serviços de saúde", reforçou a entidade.

Por fim, a OMS pede que os países apresentem relatórios trimestrais sobre o cenário local de mpox e os desafios relacionados à implementação da lista de recomendações temporárias, utilizando ferramentas e canais padronizados.

CONFRONTO

Ausências dos principais candidatos marcam debate

O ex-coach e empresário se recusou a responder a várias perguntas sobre a cidade, afirmando que o faria em sua página no Instagram. A estratégia foi criticada por Tabata Amaral

Divulgação-Veja



Tabata Amaral. "Marçal é tipo aquele aluno que só topa fazer prova com consulta. Ele só responde depois que o assessor vem falar no ouvido dele. Ou só topa responder na rede social porque tem o Google"

A ausência do prefeito Ricardo Nunes (MDB), do deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) e do apresentador de TV José Luiz Datena (PSDB) foi o principal assunto do debate dos candidatos à Prefeitura de São Paulo promovido pela revista Veja na segunda-feira, dia 19. Tabata Amaral (PSB), Pablo Marçal (PRTB) e Marina Helena (Novo), os únicos presentes, criticaram de forma incisiva a ausência dos adversários, em debate que também foi marcado pela falta de propostas concretas para a cidade e de respostas às perguntas colocadas.

Em sua primeira fala, Marçal justificou a ausência dos adversários alegando que um problema de "masculinidade e virilidade" atinge a "nação". Marina Helena, por sua vez, chamou os ausentes de "fujões" e questionou como alguém que teme o confronto pode comandar a cidade. Tabata acusou os adversários de agirem com "covardia" e afirmou que Nunes, Boulos e Datena querem que a eleição seja decidida pelas partidos políticos, a portas fechadas, e não pelos eleitores.

O ex-coach e empresário se recusou a responder a várias perguntas sobre a cidade, afirmando que o faria em sua página no Instagram. A estratégia foi criticada por Tabata Amaral. "Marçal é tipo aquele aluno que só topa fazer prova com consulta. Ele só responde depois que o assessor vem falar no ouvido dele. Ou só topa responder na rede social porque, com certeza, tem uma equipe dando um Google. Queria deixar a reflexão: será que queremos um prefeito que vai governar dando Google, porque não conhece a cidade, não tem experiência ou preparo?", disse ela.

Além de não responder a várias perguntas, Marçal, logo no início do debate, optou por não fazer uma pergunta a Marina Helena, pedindo que ela falasse sobre o que quisesse durante seu tempo de fala.

Em vez de discutir os problemas da cidade, Marçal dedicou boa parte de seu tempo a criticar a ausência dos adversários. No segundo bloco, o ex-coach retirou seu anel de noivado e afirmou que o eleitor terá que "dar o anel" a alguém que governará a cidade por quatro anos. "Vai colocar o dedo no anel de quem? De quem é fujão e te abandona? Ou de alguém que está aqui para tomar pancada de todo lado", questionou Marçal, que tem recorrido a falas de efeito durante os debates para gerar conteúdo em suas redes sociais.

O ex-coach disparou uma série de ataques a Ricardo Nunes, com quem disputa o eleitorado de direita, chamando-o de "bananinha" e "Smeagol". "Você é um cara do centrão, maquinista. Odeia o Bolsonaro, mas teve que engolir ele porque eu entrei no jogo e forcei você a aceitar um vice que não queria", afirmou Marçal, se referindo ao coronel Ricardo Mello Araújo.

Temas alheios à eleição municipal também marcaram os primeiros blocos do debate. Marina Helena, por exemplo, questionou Tabata sobre a "ditadura da censura" do Judiciário no Brasil.

Em um debate esvaziado, Tabata direcionou suas críticas principalmente a Marçal, classificando o plano de governo dele como um "caos na terra", com propostas como "bondinho voador" e "prédio de um quilômetro de altura". Ela também acusou o adversário de ter um histórico de "ideias irresponsáveis com consequências graves", citando como exemplo a expedição liderada por Marçal ao Pico dos Marins em 2022, quando o Corpo de Bombeiros precisou resgatar cerca de 30 pessoas, e o caso de um funcionário de uma empresa do ex-coach que morreu durante uma corrida organizada pelo grupo do empresário.

Outra estratégia da deputada federal do PSB foi associar Marçal ao ex-governador e ex-prefeito João Doria, além de explorar a falta de apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro à sua candidatura "Quando a gente olha para o seu redor o que a gente vê é a equipe do João Doria. Pesquisem quem é Wilsinho (Pedroso) que está com ele, pesquisem quem é Filipe Sabará. Até a calça está mais apertadinha. Você acha que o Bolsonaro lhe rejeita por que você é o Doria 2.0?", perguntou Tabata, em referência aos coordenadores da campanha do ex-coach.

Bolsonaro elogiou Marçal na quinta-feira, dia 15, mas mudou de postura no sábado, dia 17, após assistir a um vídeo em que o influenciador afirma que não procurou seu apoio. De acordo com a CNN Brasil, o ex-presidente chamou o candidato do PRTB de "mentiroso" e afirmou que Marçal conversou com ele por uma hora. Bolsonaro reforçou seu apoio a Ricardo Nunes.

CRÍTICAS

Boulos, Nunes e Datena não participam do debate

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) e o apresentador José Luiz Datena (PSDB) faltaram na manhã de segunda-feira, 19, ao debate realizado pela revista Veja entre os candidatos à Prefeitura. Os três foram criticados pelos adversários que participarão do encontro: Pablo Marçal (PRTB), Tabata Amaral (PSB) e Marina Helena (Novo).

"O cara é prefeito e não veio. É um banana, não suporta a hora do arrocho. O outro se diz o justiceiro, foi fazer graça comigo e agora não aguenta, teve que descer do play, apertou e agora está correndo. E o Datena não sei nem o que ele está fazendo nessa campanha", declarou Marçal, ao chegar para o debate.

"É lamentável a postura tanto do Nunes quanto do Boulos de fugirem do debate. O debate não é feito para ser bom para o candidato, ser agradável, o debate é um direito da população", afirmou Tabata.

Marina Helena, por sua vez, chegou para o debate com uma folha de papel com a frase "fujões".

O terceiro debate entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo, promovido pela revista Veja em parceria com a ESPM na segunda-feira, 19, foi marcado por ser o primeiro a ter ausências de políticos convidados a participar. O atual prefeito Ricardo Nunes (MDB), o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) e o apresentador de TV José Luiz Datena (PSDB) esvaziaram o evento e foram criticados pelos oponentes.

Os três, que haviam confirmado presença por escrito aos organizadores, cumpriram agendas de campanha no horário do evento. Datena esteve na região da Jacu Pêssego, na zona leste da capital, apresentando sua proposta para incentivar a criação de empregos e investimentos. As fotos e vídeos do compromisso foram publicadas no perfil do apresentador no Instagram. Ele foi o primeiro que afirmou que não compareceria ao debate.

Já o prefeito participou da cerimônia de abertura do "JP Conecta Segurança Alimentar", acompanhado de secretários da Prefeitura. Em seu perfil do Instagram, fotos e vídeos da agenda, no mesmo horário do debate, foram publicadas. O prefeito também tinha na agenda uma reunião com o secretário de Governo, Edson Aparecido, no gabinete de Nunes.

Guilherme Boulos não postou nas redes sociais atualizações durante o debate. O candidato havia informado, por meio de sua equipe, que estaria em "gravações" de material de campanha.

DEBATE

Tabata diz que nem Bolsonaro confia em Marçal

A deputada federal Tabata Amaral (PSB) criticou a estratégia do oponente Pablo Marçal (PRTB), que não respondeu às perguntas dela no debate promovido pela revista Veja na segunda-feira, 19, e afirmou que nem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) confia no empresário. Marçal usou o tempo durante o confronto para ler seu programa de governo e sugerir que os eleitores acompanhassem seus perfis nas redes sociais.

"Nem o Bolsonaro confia em você. Falou nessa semana que você é igual produto estragado", disse a deputada. Apesar de não ser o candidato apoiado pelo ex-presidente, Marçal buscou se aproximar de Bolsonaro - que apoia a reeleição de Ricardo Nunes (MDB) - já durante à pré-campanha.

A deputada se referiu a uma reportagem do site UOL, publicada neste sábado, 17, que afirma que o ex-presidente enviou uma mensagem à lista de transmissão dele no WhatsApp, reafirmando o apoio ao atual prefeito e criticando Marçal.

"Certas coisas você não precisa experimentar para saber que é um produto estragado. Meu candidato em São Paulo é Ricardo Nunes. Jair Bolsonaro", diz o texto encaminhada com um vídeo de 2022, em que o ex-coach compara Bolsonaro ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A menção ao ex-presidente foi feita em meio ao questionamento de Tabata sobre os motivos que a população teria para confiar em Marçal, citando situações em que ele colocou em risco a vida de funcionários. Em janeiro de 2022, o então coach promoveu uma expedição em que ele guiou um grupo até o Pico dos Marins, na Serra da Mantiqueira, e o evento terminou com o resgate das 33 pessoas pelos Bombeiros.

O empresário fugiu do questionamento, usando o tempo de resposta para falar de propostas de seu governo, sem apresentar detalhes. "Depois eu respondo aí, e pede o direito de resposta para a gente falar de mais propostas", disse o candidato, que usou isso como estratégia durante todo o debate chamar os espectadores para suas redes sociais, onde, segundo ele, responderia a todas as perguntas.

Tabata Amaralcontinuou: "Quando a gente olha para o seu redor, o que a gente vê é a equipe do Doria. Pesquisem quem é Wilsinho, que está com ele, Filipe Sabará. Até a calça está mais apertadinha. Você acha que o Bolsonaro lhe rejeita porque você é o Doria 2.0?", disse se referindo a Wilson Pedroso, ex-secretário de João Doria, que deixou a campanha de Nunes para assumir a coordenação da campanha de Pablo Marçal.

O empresário rebateu afirmando que o governo do ex-governador de São Paulo e ex-prefeito da capital está "acabando agora". "Ele apoia as mesmas coisas que vocês, porque vocês são de esquerda. Nós vamos ser o governo que é voltado para o povo. Você, seu filho, vão ter oportunidade, ter educação financeira, inteligência emocional", respondeu, se dirigindo aos telespectadores.

PERSEGUIÇÃO POLÍTICA

Barroso terá audiência que pode destravar ação de R$ 268 milhões

O Supremo vai fixar uma tese sobre a possibilidade, ou não, de demissão sem justa causa de professor sem prévia instauração de inquérito administrativo, não obstante a previsão no regimento interno da instituição

A defesa de um grupo de seis professores, todos idosos, um com 77 anos, quer marcar uma audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, para buscar o desfecho de uma ação trabalhista, subscrita por eles, que já percorre uma longa viagem, desde os anos 1990 - na próxima sexta, 23, o processo completa 33 anos. Os velhos professores pleiteiam R$ 268,1 milhões sob alegação de que após movimento grevista foram demitidos do Centro Universitário de Brasília (CEUB). Afirmam ter sido alvo de "perseguição política". A soma a que aspiram está calculada em laudo acostado aos autos, assinado e rubricado por peritos contadores.

No processo, o Ceub sustenta que os docentes "receberam todos os direitos concernentes à demissão sem justa causa".

No início da lide o grupo era mais encorpado, mas dois morreram nesse tempo e deixaram sucessores, um de 74 anos, outro de 89. O processo foi ajuizado em agosto de 1991 na 6ª Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho de Brasília. Os professores pediam que suas demissões fossem anuladas e, automaticamente, reintegrados ao quadro docente da instituição.

Por seus advogados, os professores já arriscaram diversos pedidos de prioridade na tramitação do processo, que aportou no STF há 13 anos. Os causídicos dão ênfase à idade dos docentes - o mais novo com 69 anos, o mais velho com 77.

São autores do processo: Maria Izabel Brunacci (69 anos), Antonio Souza Ibiapina Parente (74 anos), Gláucia Melasso de Carvalho (59 anos), François René Silva Lima (69 anos), Márcio de Almeida Padilha (63 anos), Maria Carmen Magalhães (77 anos), Vânia Maria Maciel (já falecida) e Celso Mendes (já falecido).

Antonio Souza Ibiapina Parente, foi diagnosticado com câncer avançado no ano passado. Ele explicou que está em um processo de tratamento e que não deve ir à audiência com Barroso em razão da saúde. "É difícil falar da expectativa para essa reunião. Eu não tenho mais esperança. São 33 anos já", afirmou.

Parente diz esperar que, após o encontro, "pelo menos" o processo seja colocado em pauta. Ele parou de dar aulas depois que saiu do CEUB. Diz que quer usar o dinheiro da ação para investir na educação de seus netos e ajudar a família.

Maria Carmen Magalhães afirmou que, se os advogados do grupo assim orientarem, ela quer participar da audiência a ser marcada com Barroso. Acredita que seja importante um momento em que os professores fiquem frente a frente com o presidente da Corte máxima. Ela, que dava aula de história no CEUB diz que o ponto central do processo não é o dinheiro, mas "Justiça".

Na Corte máxima, a ação recebeu o selo de repercussão geral, ou seja, a decisão do STF sobre o grupo de oito professores servirá de norte para casos similares no resto do País - o Supremo vai fixar uma tese sobre a possibilidade, ou não, de "demissão sem justa causa de professor sem prévia instauração de inquérito administrativo, não obstante a previsão no regimento interno da instituição privada de ensino".

Os professores são representados pelo escritório Roberto Caldas & Advogados. A banca insiste na tese de que seus clientes "foram demitidos por perseguição política e com violação à estabilidade provisória garantida a eles, que eram dirigentes sindicais, e também em desacordo com previsão do regimento interno do Ceub, que impedia demissão imotivada".

No processo, o Centro Universitário de Brasília sustenta que "está dentro de seu poder de mando, de acordo com a Constituição da República, demitir empregados, desde que pagos seus direitos".

O litígio visitou todas as instâncias da Justiça do Trabalho e chegou ao STF em 2011. À Corte máxima, o Ceub recorreu de uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho que manteve a condenação trabalhista da instituição - decisão favorável aos professores, com a reintegração e pagamento dos salários mês a mês.

A avaliação na Justiça do Trabalho é que foi "indevida" a demissão dos professores, sem a prévia instauração de inquérito administrativo, conforme previsão no próprio regimento interno da instituição. De outro lado, o Ceub diz que, ao determinar a reintegração dos professores, o TST teria violado o direito de "resolução do contrato de trabalho sem justa causa assegurado ao empregador".

No STF, o então ministro Ricardo Lewandowski, hoje aposentado, negou o recurso, em 2011. O Ceub, então, apelou à 2ª Turma da Corte, que decidiu submeter o caso ao crivo do plenário. Em 2012, o colegiado reconheceu a repercussão geral do tema.

A decisão de estabelecer uma tese a partir do caso dos oito ex-professores do Ceub gerou um racha no Tribunal e fez o processo mudar de gabinete - foi parar nas mãos do ministro Celso de Mello, também já aposentado.

Lewandowski, ao lado de Luiz Fux e de outro ministro que também já não compõe a Corte máxima, Cezar Peluso, defendia que não fosse reconhecida a repercussão geral do caso. Ficaram vencidos

Naquele julgamento, o ministro Gilmar Mendes votou com Mello. Em uma primeira análise, Gilmar, hoje o decano, indicou que a decisão do TST "parecia confrontar" a Constituição ao interpretar o regimento do Ceub "como vedador da possibilidade de demissão sem justa causa".

A partir de 2014, o processo ficou basicamente parado na Corte. De lá para cá os ministros admitiram 'amigos da Corte' no processo. Em 2015, Celso de Mello determinou que a Procuradoria-Geral da República se manifestasse sobre o caso, para viabilizar o julgamento, enfim.

Em maio de 2015, o então chefe do Ministério Público Federal Rodrigo Janot defendeu a rejeição do recurso do Ceub. "Havendo previsão no regimento da instituição de ensino que determine a prévia instauração de inquérito administrativo para a demissão sem justa causa de professor, tal norma é de observância obrigatória, revelando-se nula a dispensa realizada sem o cumprimento de tal exigência", defendeu Janot, na ocasião.

Em 2020, o caso pulou para o gabinete do ministro Kassio Nunes Marques, então recém-chegado à Casa. Três anos depois, em razão da falta de movimentos importantes na demanda, os advogados dos professores pediram prioridade, sob argumento de que os docentes já são idosos e sofrem de enfermidades.

Na petição cita-se o falecimento de dois professores. Ressalta-se, ainda, que a viúva de um deles tinha 88 anos e comorbidades.

A exemplo dos professores, o Centro Universitário de Brasília voltou a bater à porta do STF por meio de uma petição no gabinete de Kassio. Ao ministro, a instituição de ensino requereu a suspensão da execução provisória do processo, que implica no pagamento das verbas aos professores.

Kassio negou o pedido, sob o entendimento de que não havia ilegalidade na decisão da Justiça do Trabalho, que leva em consideração "a expectativa de efetiva execução do crédito e, ao mesmo tempo, com a segurança jurídica" do Ceub.

Na ocasião, a instituição recorria de uma decisão da 6ª Vara do Trabalho de Brasília que deu início à execução em paralelo à espera do julgamento no STF.

Após o imbróglio da execução, o processo chegou a ser pautado duas vezes no plenário virtual do STF, primeiro em junho, depois em agosto do ano passado. Na segunda vez, o julgamento foi adiado horas antes de seu início, para frustração dos professores.

Em dezembro, eles insistiram no pedido de prioridade para seu caso, após um deles, de 73 anos, ser diagnosticado com Linfoma de Hodgkin clássico, um câncer em estágio III-A. Não há previsão para que a ação seja colocada em pauta. Agora, eles estudam pedir, respeitosamente, uma audiência com o senhor presidente do Supremo.

Gustavo Moreno - STF



Na sessão do STF, o então ministro Ricardo Lewandowski negou o recurso, em 2011. O Ceub, então, apelou à 2ª Turma da Corte, que decidiu submeter o caso ao plenário

RESTRIÇÕES

Presidente do STF deve se reunir com Lira para discutir regras para emendas

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve promover na terça-feira, 20, uma reunião com lideranças do Congresso para discutir regras, limites e exigências no uso de emendas parlamentares. O encontro será conduzido pelo presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, e deverá contar com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Lira e Pacheco ainda não confirmaram suas presenças na reunião. A ideia de Barroso é que haja uma discussão "da maneira mais civilizada possível".

Na última sexta-feira, 16, a Corte referendou a liminar do ministro Flávio Dino que determinou a suspensão das emendas impositivas na quarta-feira, 14. A liminar vale até o Congresso criar medidas de transparência e rastreabilidade do dinheiro.

No voto publicado no plenário virtual a favor do referendo da sua decisão, Dino destacou a "alta relevância de diálogos institucionais". Ele afirmou que já estava prevista uma reunião cujo objetivo é a busca de uma "solução constitucional e de consenso, que reverencie o princípio da harmonia entre os Poderes". O aceno foi feito após os ministros se reunirem para firmar uma posição em comum sobre o tema.

Na sexta, Barroso disse que "não há conflito, há divergência" sobre a relação do Supremo com o Congresso sobre as emendas impositivas. Ele afirmou que o próximo passo é a Corte sentar em uma mesa de conciliação com o Legislativo em uma tentativa de harmonizar a execução das emendas com os valores constitucionais da integridade, transparência, controlabilidade e ênfase no interesse público e na eficiência. "Tanto o Supremo quanto o Congresso estão preocupados com esses cinco valores", afirmou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também defendeu a busca de um acordo. "Eu acho que o impasse que está acontecendo agora é possivelmente o fator que vai permitir a gente fazer uma negociação com o Congresso Nacional e estabelecer uma coisa justa na relação do Congresso com o governo federal", afirmou na sexta-feira.

Desde a liminar de Dino, na quarta-feira, o Congresso vem articulando retaliações ao Supremo. A primeira foi a rejeição, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), da medida provisória que aumenta a verba para o Judiciário. Depois, Lira enviou para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que limitam decisões monocráticas do Supremo.

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar também discussões sobre a legislação trabalhista do Brasil nesta semana, como a constitucionalidade do contrato intermitente, regras para demissão sem justa causa e a proteção do trabalhador frente à automação.

A Corte deve proclamar, na quarta-feira, 21, o resultado do julgamento sobre a adesão do Brasil à Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata sobre a demissão sem justa causa.

O tratado estabelece que os empregadores devem fornecer um motivo justo para a demissão de empregados. A convenção não acaba com a dispensa por justa causa, mas determina que o empregador deve dar uma justificativa para a demissão (como corte de gastos ou desempenho do trabalhador).

O julgamento começou no plenário virtual, mas foram formadas diferentes correntes de entendimento. A conclusão será no plenário físico.

Também estão na pauta ações que questionam a constitucionalidade do contrato intermitente, tipo de vínculo empregatício criado pela reforma trabalhista no governo de Michel Temer (MDB). Nessa modalidade de contrato, aplicável principalmente no varejo, o trabalhador presta serviços de forma não contínua, a depender da demanda do empregador.

O julgamento começou em 2020 e, antes de ser suspenso, estava empatado. Os ministros Edson Fachin e Rosa Weber votaram pela inconstitucionalidade da norma, enquanto Nunes Marques e Alexandre de Moraes se manifestaram a favor do contrato intermitente. O ministro André Mendonça pediu destaque e o julgamento será reiniciado.

Ainda nesta semana, a Corte pode dar início ao julgamento de uma ação movida pela Procuradoria-Geral da República sobre suposta omissão do Legislativo ao deixar de regulamentar a proteção dos trabalhadores frente à automação. Essa regulamentação está prevista na Constituição desde 1988. Se os ministros entenderem que há omissão, podem determinar um prazo para o Congresso legislar. O julgamento foi marcado, inicialmente, apenas para a leitura do relatório e sustentações orais dos advogados.

No plenário virtual, os ministros decidem se confirmam a decisão do ministro Edson Fachin, vice-presidente do Supremo, que prorrogou até 11 de setembro o prazo para governo e Congresso chegarem a um acordo sobre a desoneração da folha de pagamentos. A decisão foi proferida em meados de julho, no recesso judiciário.

Diário Comercial
Terça-feira, 20 de agosto de 2024

VIOLÊNCIA LETAL

Salvador e Rio terão programa de proteção aos jovens vulneráveis

O Pronasci busca reduzir os índices de violência letal contra adolescentes e jovens negros de 15 a 24 anos, prevenir o uso prejudicial de álcool e outras drogas pelo segmento e o envolvimento com o crime organizado

Reuters



O programa beneficiará a 1.500 adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade agravada e especialmente expostos ao abuso de substâncias psicoativas das regiões de Manguinhos, Maré, Penha e Alemão, no Rio de Janeiro

Um debate entre representantes de organizações comunitárias de Salvador, acadêmicos e integrantes da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, marcou o início das atividades do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) Juventude na capital da Bahia, na segunda-feira (19).

Coordenado pela Senad, o Pronasci Juventude busca reduzir os índices de violência letal contra adolescentes e jovens negros de 15 a 24 anos de idade; prevenir o uso prejudicial de álcool e outras drogas pelo segmento, bem como seu envolvimento com o crime organizado. As ações envolvem proteção social de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, por meio do estímulo à elevação da escolaridade, formação técnico-profissional e inclusão produtiva no mercado de trabalho formal.

Na semana passada, a Senad já tinha promovido o início dos trabalhos do programa na cidade do Rio de Janeiro. As capitais baiana e fluminense são as primeiras a receber o Pronasci Juventude por terem sediado o projeto-piloto que a secretaria nacional executou ao longo dos últimos meses, em parceria com os ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Inicialmente, o programa beneficiará a 1.500 “adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade agravada e especialmente expostos ao abuso de substâncias psicoativas” das regiões de Manguinhos, Maré, Penha e Alemão, no Rio de Janeiro, e outros 500 de Arenoso, Paripe, Nordeste de Amaralina, Liberdade e Fazenda Coutos, em Salvador. A iniciativa prevê que cada jovem contemplado receba uma bolsa-formação no valor de R$ 500 mensais, durante 12 meses.

De acordo com o Plano de Trabalho inicial, as ações do Pronasci Juventude serão focadas em “territórios identificados pelos elevados índices de violência letal, com ações de proteção social, elevação de escolaridade e formação profissionalizante, pautadas na oferta de alternativas de desenvolvimento humano e sustentável”.

“Estamos falando de um programa que está realmente olhando para o jovem em situação de vulnerabilidade mais grave, que chamamos de vulnerabilidade sociorracial”, declarou a secretária da Senad, Marta Machado, ao abrir, esta manhã, em Salvador, o evento técnico que marcou o início do programa na capital baiana, destacando o engajamento da rede de institutos técnico federais para viabilizar a iniciativa.

“Esta rede tão potente vai permitir que posteriormente o programa chegue a todo o país. Estamos começando a implementar o programa quase que simultaneamente em Salvador e no Rio de Janeiro [...] e já negociando a ampliação, ainda este ano, para as regiões Norte e Centro-Oeste”, acrescentou Marta, antecipando que a Senad já vem discutindo a possibilidade de implementar o Pronasci Juventude em Manaus e no Distrito Federal. “A ideia é que o programa ganhe o país todo a partir do ano que vem, especialmente as cidades mais afetadas pela letalidade.”

O Pronasci Juventude está sendo implementado no âmbito do Pronasci II, macroprograma de segurança pública que o governo federal lançou em março de 2023 e que estabelece a cooperação entre União e entes federados em ações desenvolvidas com recursos provenientes dos fundos Nacional de Segurança Pública (Fnsp), Penitenciário Nacional (Funpen) e Nacional Antidrogas (Funad).

“Para construir esta política, olhamos para alguns dos problemas fundamentais que desejamos atingir, como os efeitos do encarceramento em massa das juventudes negra e periférica causados pela política de drogas; o efeito da letalidade violenta produzida para este mesmo público; o efeito da exploração do trabalho infantil pelo crime organizado em nossos territórios periféricos e também para a questão do uso problemático de substâncias pelas juventudes vulnerabilizadas. Olhando para outros programas existentes, para experiências bem-sucedidas, montamos um modelo de política que pretendemos que seja nacionalizada e de Estado”, acrescentou a coordenadora-geral de Projetos Especiais Sobre Drogas e Justiça Étnico-Racial do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Lívia Casseres, revelando que o ministério estuda propor a regulamentação legislativa do projeto, transformando-o em lei.

“Uma política de Estado perene, sólida e racializada, pois não é uma política que pretende atingir uma juventude qualquer, de maneira inespecífica e sem metodologia própria. Estamos olhando para uma juventude que já passou pelo sistema socioeducativo ou prisional, já teve algum envolvimento infracional, já está sofrendo com alguma questão de uso problemático de substâncias ou já passou por alguma vitimização, seja de violência doméstica, seja institucional”, concluiu Lívia.

MUTIRÃO

Defensores públicos atendem pessoas em situação de rua em SP

Defensores públicos saíram de seus escritórios na segunda-feira (19) para fazer o atendimento de pessoas em situação de rua, em mutirões montados nas praças e calçadas das grandes cidades, em ao menos 12 estados. Na maioria dos locais, os atendimentos seguem por toda a tarde.

Em São Paulo, por exemplo, cidade que concentra a maior população de rua no país, foi montado um posto de atendimento na Praça da Sé, onde há exatos 20 anos ocorreu um massacre brutal no qual sete pessoas que dormiam na rua foram assassinadas e outras oito ficaram gravemente feridas. Desde o episódio, o 19 de agosto se tornou Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua.

A população de rua vem aumentando ano a ano no Brasil. Um levantamento feito pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da Universidade Federal de Minas Gerais (OBPopRua/Polos-UFMG) e divulgado em julho, contabilizou 300 mil pessoas vivendo nas ruas do país. Em dezembro de 2023, esse total era de 242.756 pessoas.

Segundo o estudo, uma em cada três dessas pessoas vive em situação de rua no estado de São Paulo, somando 126.112. Só na capital paulista, que lidera o ranking de capitais, há 80.369 pessoas nessa condição.

Aos defensores, as pessoas que foram morar nas ruas levam uma gama variada de demandas, como conflitos de família, análise de processos criminais, busca por acesso a políticas públicas de assistência social e moradia e denúncias de violação de direitos, entre outras.

“Tem muita gente que está sem nenhum documento e vem procurar ajuda para conseguir emitir uma certidão de nascimento, por exemplo”, disse a defensora Fernanda Balera, subcoordenadora da Comissão Temática de População em Situação de Rua da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (Anadep).

Por não ter endereço, muitos em situação de rua têm dificuldade para se beneficiar de programas sociais. Segundo Balera, a defensoria busca superar essa dificuldade auxiliando no acesso a políticas de moradia, por exemplo. “As demandas não ficam aqui no dia, a defensoria leva cada uma adiante e mantém plantões permanentes de atendimento ao longo do ano”, explica a defensora.

Os mutirões ocorrem em Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins. Em outros estados estão sendo promovidas atividades de educação em direitos, que englobam distribuição de cartilhas no Centro Pop - espaço de referência voltado para a população em situação de rua -, palestras, oficinas e cursos populares.

“Precisamos estar nas ruas atendendo a população em situação de rua, garantir moradia. Precisamos garantir uma vida digna a essas pessoas. Por isso, a importância das defensoras e defensores públicos em diversos estados do Brasil estarem na rua”, disse a presidente nacional da Anadep, Rivana Ricarte.

“Ao desenvolvermos atividades em prol da visibilidade e da defesa dos direitos da população em situação de rua, mostramos que a Defensoria Pública está ao lado das pessoas em situação de vulnerabilidade”, disse.

Em julho de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou uma liminar (decisão provisória) do ministro Alexandre de Moraes, na qual determina que os governos federal, estaduais e municipais tomem providências para implementar a Política Nacional para a População de Rua, criada em 2009, mas que em mais de uma década teve a adesão de apenas cinco estados e 15 municípios.

Na mesma decisão, os ministros do Supremo proibiram o recolhimento forçado de bens e pertences, a remoção e o transporte compulsório de pessoas em situação de rua e o emprego de técnicas de arquitetura hostil contra essa população.

A liminar foi concedida na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 976 (ADPF), aberta pelos partidos PSOL e Rede Sustentabilidade, junto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Eles alegaram a “existência de um estado de coisas inconstitucional” relacionado à população de rua, diante omissões estruturais dos poderes Executivo e Legislativo nas três esferas de governo.

DUPLA INFECÇÃO

HIV: Nova variante é detectada na Bahia, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul

Uma nova variante do vírus da imunodeficiência humana (HIV) está circulando no Brasil, segundo estudo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) publicado na revista "Memórias do Instituto Oswaldo Cruz", na sexta-feira, 16. Os pesquisadores encontraram quatro registros do vírus recombinante no País, nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Até o momento, não foram registradas infecções por essa variante em outros países.

De acordo com o estudo, a nova variante combina genes dos subtipos B e C do HIV, predominantes no Brasil, e por isso é chamada de vírus recombinante. "O que chama a atenção para o surgimento dessas formas recombinantes é a taxa de dupla infecção. Indivíduos estão se contaminando e recontaminando", afirma a bióloga Joana Paixão Monteiro-Cunha, coautora da pesquisa.

Ela explica que, para surgirem variantes como a relatada no estudo, é preciso que dois subtipos se encontrem em um mesmo organismo hospedeiro e se reproduzam, mesclando características genéticas de ambos.

Segundo Joana, os vírus recombinantes podem ser únicos, quando são encontrados em um único indivíduo que passou por uma reinfecção, ou podem ser recombinantes viáveis ou circulantes, quando se tornam versões transmissíveis. É o caso da nova variante descoberta, batizada de CRF146_BC.

O vírus recombinante foi descoberto em 2019, durante um estudo populacional no qual os pesquisadores, incluindo Joana, analisaram cerca de 200 amostras de pacientes infectados acompanhados no Hospital das Clínicas de Salvador.

Depois que encontraram a variante, eles compararam as informações do genoma do vírus com bancos de dados públicos que contêm sequências genéticas de HIV. "Tínhamos ali, nesses bancos de dados, outras três amostras que tinham exatamente a mesma estrutura dinâmica que o vírus encontrado na Bahia", lembra.

Joana afirma que nenhum dos pacientes identificados é o "paciente zero" da variante, aquele que foi infectado duas vezes por dois subtipos de HIV que se recombinaram. Os quatro casos já são resultado da transmissão da CRF146_BC.

Ainda não se sabe se a variante tem maior transmissibilidade ou virulência, ou seja, se progride mais rápido para a fase da doença, chamada de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids). Segundo Joana, os pesquisadores tiveram acesso apenas ao quadro clínico do primeiro caso descoberto na Bahia e o paciente estava sob tratamento com antiviral, sem indicação de que o vírus recombinante era resistente ao medicamento.

A bióloga ressalta, no entanto, que certas mutações podem alterar essas características do microrganismo. "Ainda não sabemos qual é o impacto dessas novas variantes na epidemia", diz.

Por isso, ela acredita que o estudo serve de alerta tanto para a população quanto para os órgãos responsáveis pelo controle epidemiológico do HIV, e enfatiza a necessidade de programas que reforcem medidas preventivas, como uso de preservativos e não compartilhamento de seringas. Elas evitam a infecção e devem ser incentivadas também entre o público soropositivo para conter os casos de reinfecção.

Agência Brasília

A nova variante combina genes dos subtipos B e C do HIV, predominantes no Brasil, e por isso é chamada de vírus recombinante.

GranEnergia

Gran Energies S.A.

CNPJ nº 36.966.298/0001-36

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Demonstrações financeiras - Exercícios em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Balanços patrimoniais	2023	2022
Ativo/Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	13.888	2.483
Contas a receber de terceiros	49.142	52.006
Contas a receber de partes relacionadas	18.667	–
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	–	28
Outros impostos a recuperar	1.532	152
Outros créditos	785	680
Total do ativo circulante	**84.014**	**55.349**
Não circulante		
Mútuo com partes relacionadas	59.944	13.087
Depósitos judiciais	187	–
Investimentos	96.720	–
Imobilizado	424	6
Total do ativo não circulante	**157.275**	**13.093**
Total do ativo	**241.289**	**68.442**

Balanços patrimoniais	2023	2022
Passivo/Circulante		
Fornecedores	13.613	9.706
Outras contas a pagar	4.823	–
Contas a pagar com partes relacionadas	117.684	43.113
Imposto de renda e contribuição social a pagar	6.306	1.518
Obrigações tributárias	23.212	3.327
Salários e encargos sociais a pagar	5.505	4.892
Dividendos a distribuir	288	–
Total do passivo circulante	**171.431**	**62.556**
Não circulante		
Outros contas a pagar	312	–
Mútuo com partes relacionadas	4.183	–
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.771	–
Obrigações tributárias	7.425	–
Total do passivo não circulante	**14.691**	–
Patrimônio líquido		
Capital social	21.774	2.520
Reserva legal	1.516	–
Lucros acumulados	31.877	3.366
Total do patrimônio líquido	**55.167**	**5.886**
Total do passivo e patrimônio líquido	**241.289**	**68.442**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022		**2.500**	**(1.352)**	**–**	**(48)**	**1.100**
Integralização de capital		20	1.352	–	–	1.372
Lucro do exercício		–	–	–	3.414	3.414
Saldos em 31/12/2022		**2.520**	**–**	**–**	**3.366**	**5.886**
Aumento de capital	14	19.254	–	–	–	19.254
Lucro do exercício		–	–	–	30.315	30.315
Constituição de reserva legal	14	–	–	1.516	(1.516)	–
Dividendos a distribuir	14	–	–	–	(288)	(288)
Saldos em 31/12/2023		**21.774**	**–**	**1.516**	**31.877**	**55.167**

Demonstrações do resultado

	2023	2022
Receita operacional líquida	254.019	95.916
Custo dos serviços prestados	(220.541)	(84.515)
Lucro bruto	**33.478**	**11.401**
Receita/(despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(16.156)	(5.350)
Outros resultados	(6.431)	–
	(22.587)	**(5.350)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	**10.891**	**6.050**
Resultado financeiro líquido		
Despesa financeira	(8.287)	(60)
Receita financeira	6.420	570
	(1.867)	**510**
Resultado da equivalência patrimonial	28.718	–
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	**37.742**	**6.561**
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(7.427)	(3.147)
Lucro líquido do exercício	**30.315**	**3.414**

Demonstrações de resultados abrangentes	2023	2022
Lucro líquido do exercício	30.315	3.414
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**30.315**	**3.414**

Demonstrações dos fluxos de caixa	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	30.315	3.414
Ajustes ao lucro do exercício:		
Depreciação	36	–
Amortização de mais-valia na combinação de negócios	8.970	–
Resultado de equivalência patrimonial	(28.718)	–
Variação cambial não realizada	(3.061)	–
Juros sobre parcelamentos de impostos não realizados	2.940	–
	10.482	3.414
Variação em:		
Contas a receber de terceiros	2.864	(52.006)
Contas a receber de parte relacionadas	(18.667)	–
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	28	(28)
Outros impostos a recuperar	(1.380)	(152)
Outros créditos	(105)	(680)
Depósitos judiciais	(187)	–
Fornecedores	3.907	6.302
Contas a pagar com partes relacionadas	77.632	43.113
Salários e encargos a pagar	613	4.892
Imposto de renda e contribuição social	7.559	1.518
Obrigações tributárias	24.370	3.327
Outras contas a pagar	312	3.404
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	**96.946**	**9.689**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**107.428**	**13.102**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Mútuos concedido para partes relacionadas	(46.857)	(31.524)
Recebimento de mútuos concedidos a partes relacionadas	–	19.536
Aquisição de investimentos	(90.677)	–
Dividendos recebidos	18.528	–
Aquisição de ativo imobilizado	(454)	(6)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(119.460)**	**(11.994)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	19.254	1.373
Mútuo com partes relacionadas	4.183	–
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	**23.437**	**1.373**
Aumento/(redução) líquido nas disponibilidades	11.405	2.482
Saldo de caixa e equivalente no final do exercício	13.888	2.483
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	2.483	1
Aumento/(redução) líquido nas disponibilidades	11.405	2.482

Composição da Diretoria

Miguel de Almeida Gradin - Diretor-Presidente **Ricardo Rodrigues Orofino -** Diretor Financeiro

Contador

Cabrera Consulting Assessores Contábeis Ltda. - CRC-RJ-009584/F-9 **Vicente Pinheiro de Lima -** CRC-SP 290166/O-0

As demonstrações Financeiras na integra e auditadas pelos auditores independentes sem ressalvas, estão disponíveis na sede da Companhia

TARGET TRADING S.A.

CNPJ: 02.013.667/0001-54

Relatório da Administração - 2023. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023 da Target Trading S.A.. O lucro do período findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 28 milhões e o patrimônio líquido ficou no montante de R$ 83 milhões.

Balanços Patrimoniais p/os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 Em Milhares de Reais

ATIVO		Controladora		Consolidado	
Ativo circulante	Notas	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.813	11.263	31.818	11.263
Contas a receber	5	92.535	153.429	92.701	153.429
Estoques	6	731	39	731	39
Créditos diversos	7	6.859	4.735	6.860	4.736
Adiantamentos a fornecedores	8	16.349	5.884	16.349	5.884
Tributos a recuperar	9	14.080	17.862	14.151	17.933
Impostos diferidos	10	734	733	734	733
Total do ativo circulante		**163.101**	**193.945**	**163.344**	**194.017**
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes Relacionadas	11	10.579	9.633	10.566	9.620
Contas a receber	5	134.030	–	134.030	–
Aplicações financeiras - CDB BANDES	12	216	522	216	522
Impostos diferidos	10	11.672	11.584	11.672	11.584
Acordo com clientes		1.363	–	1.363	–
Tributos à recuperar		261	192	261	192
		158.121	**21.931**	**158.108**	**21.918**
Investimento	13	10.054	9.914	11	10
Propriedade para Investimento	14	–	–	8.717	8.717
Imobilizado líquido	15	1.074	424	1.506	857
		11.128	**10.338**	**10.234**	**9.584**
Total do ativo não circulante		**169.249**	**32.269**	**168.342**	**31.502**
Total do ativo		**332.350**	**226.214**	**331.686**	**225.519**

PASSIVO		Controladora		Consolidado	
Passivo circulante	Notas	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	16	–	3.249	–	3.249
Financiamento - FUNDAP	12	134	61	134	61
Fornecedores	17	91.780	149.525	91.780	149.525
Obrigações trabalhistas e tributárias	18	3.771	5.074	3.828	5.139
Contas a pagar		118	81	143	106
Adiantamentos de clientes	19	18.381	5.591	18.381	5.591
Partes relacionadas	11	1.952	1.991	–	–
Total do passivo circulante		**116.136**	**165.572**	**114.266**	**163.671**
Passivo não circulante					
Financiamento – FUNDAP	12	1.208	550	1.208	550
Fornecedores	17	131.756	–	131.756	–
Outros Passivos		–	–	1.206	1.206
Total do passivo não circulante		**132.964**	**550**	**134.170**	**1.756**
Capital social	20	11.526	11.526	11.526	11.526
Ajuste de Avaliação Patrimonial	20	2.340	2.340	2.340	2.340
Reserva Legal	20	2.305	1.483	2.305	1.483
Reserva de Lucros	20	67.079	44.743	67.079	44.743
Total do patrimônio líquido		**83.250**	**60.092**	**83.250**	**60.092**
Total do passivo e patrimônio líquido		**332.350**	**226.214**	**331.686**	**225.519**

Diretor
CARLOS ERNESTO DE CAMPOS JUNIOR
CPF/MF: 167.591.938-06
Contador
MARCELINO CARNEIRO DA CUNHA
CRC-ES Nº 011.035/O-4, CPF/MF 001.810.797-47.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Ajuste Avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulado	Total Transação de Capital com os Sócios
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**11.526**	**2.340**	**1.483**	**22.312**	**–**	**37.661**
Transferido para Reserva de Lucros	–	–	–	22.431	(22.431)	–
Transferido para Reserva Legal	–	–	–	–	–	–
Lucro do exercício	–	–	–	–	24.900	24.900
Distribuição de lucros	–	–	–	–	(2.469)	(2.469)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**11.526**	**2.340**	**1.483**	**44.743**	**–**	**60.092**
Transferido para Reserva de Lucros	–	–	–	22.336	(22.336)	–
Transferido para Reserva Legal	–	–	822	–	(822)	–
Lucro do exercício	–	–	–	–	28.135	28.135
Distribuição de lucros	–	–	–	–	(4.977)	(4.977)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**11.526**	**2.340**	**2.305**	**67.079**	**–**	**83.250**

Demonstrações dos Resultados

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2023	2022	2023	2022
Receitas com venda de mercadorias		555.948	462.205	555.948	462.205
Receitas de serviços		2.238	2.194	4.483	4.364
(–) Impostos incidentes		(62.951)	(52.107)	(63.033)	(52.186)
(=) Receita líquida	21	**495.235**	**412.292**	**497.398**	**414.383**
(–) Custo das mercadorias vendidas	22	(453.708)	(373.410)	(453.708)	(373.410)
(–) Custo dos serviços prestados	22	(193)	(204)	(193)	(204)
(=) Resultado bruto		**41.334**	**38.678**	**43.497**	**40.769**
(–) Despesas administrativas, comerciais e gerais	23	(9.740)	(14.274)	(9.841)	(14.476)
(–) Despesas financeiras	24	(22.833)	(21.706)	(22.834)	(21.708)
(+) Rec. Financ. c/deságio na liquid. financiamento	12 e 24	10.405	8.956	10.405	8.956
(+) Receitas financeiras - outras	24	8.174	11.767	8.174	11.767
(+) Resultado com equivalência patrimonial		1.841	1.670	–	–
(+) Outras receitas/despesas operacionais		(587)	(912)	(587)	(912)
		(12.740)	**(14.499)**	**(14.683)**	**(16.373)**
(=) Lucro operacional		**28.594**	**24.179**	**28.814**	**24.396**
(–) IRPJ e CSLL	25	(736)	(324)	(956)	(541)
(–) IRPJ e CSLL diferidos	25	277	1.046	277	1.046
(=) Lucro líquido do exercício		**28.135**	**24.901**	**28.135**	**24.901**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	2023	2022
Lucro do Exercício	28.135	24.901
Total de resultados abrangentes para o exercício	**28.135**	**24.901**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2023 e 31/12/2022. 1 - Informações gerais - A Companhia foi constituída em junho de 1997 em Vitória-ES. Sua operação principal é o comércio exterior, tendo como base a importação de produtos por encomenda ou por conta e ordem de terceiros. Possui filiais nos estados de São Paulo e Santa Catarina. Companhia goza dos benefícios aplicados ao Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), do incentivo Invest-ES importação e do Fundo TTD 410 – SC. **2 - Base de preparação -** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As Demonstrações Contábeis foram aprovadas para a emissão pela diretoria da Companhia em 30 de abril de 2024 considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **3 - Base Consolidada -** A Companhia consolidada a empresa Timelog Logística Ltda, detendo o controle e tendo 99,99% das cotas, que por sua vez detém o controle e tem 100% das cotas da empresa NEO Importação, Exp. e Distribuição Ltda. **4 - Principais políticas contábeis -** A Companhia aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

	Controladora		Consolidado	
Das Atividades operacionais	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido antes do IRPJ/CSLL	28.594	24.179	28.814	24.512
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas				
Depreciações e amortizações	193	130	193	130
Resultado de equivalência patrimonial	(1.841)	(1.670)	–	–
Decréscimo (acréscimo) em ativos/passivos				
Contas a receber	(73.136)	(15.715)	(73.302)	(15.715)
Estoques	(692)	516	(692)	516
Tributos a recuperar	3.713	6.373	3.713	6.373
Créditos diversos	(2.124)	(172)	(2.124)	(172)
Outros créditos	(11.611)	(1.300)	(11.611)	(1.300)
Fornecedores	74.011	14.732	74.011	14.732
Obrigações trabalhistas e tributárias	(1.303)	(3.015)	(1.311)	(3.004)
Adiantamento de clientes	12.790	(1.482)	12.790	(1.482)
Outros passivos	37	(24)	37	(24)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	**28.631**	**22.552**	**30.518**	**24.566**
Imposto de renda e contribuição social	(459)	722	(679)	505
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	**28.172**	**23.274**	**29.839**	**25.071**
Fluxo de caixa das atividades de investimento/ financiamento				
Acréscimo de investimentos	1.701	1.702	1.701	1.702
Acréscimo do imobilizado	(843)	(107)	(843)	(107)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	**858**	**1.595**	**858**	**1.595**
Ingressos (amortizações) de empréstimos e financiamentos	(2.518)	(14.345)	(2.518)	(14.345)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	**(2.518)**	**(14.345)**	**(2.518)**	**(14.345)**
Distribuições de lucros	(4.977)	(2.469)	(6.678)	(4.191)
Contas a receber de partes relacionadas	(946)	(5.022)	(946)	(5.012)
Contas a pagar para partes relacionadas	(39)	86	–	–
Caixa líquido (consumido) p/ativ.de financiamento c/acionistas	**(5.962)**	**(7.405)**	**(7.624)**	**(9.203)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**20.550**	**3.119**	**20.555**	**3.118**
No início do exercício	11.263	8.144	11.263	8.145
No final do exercício	31.813	11.263	31.818	11.263
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**20.550**	**3.119**	**20.555**	**3.118**

SOLSTAD NAVEGAÇÃO MARÍTIMA LTDA

CNPJ: 11.132.193/0001-50

Balanço Patrimonial 31/12/2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**5.291**	7.238
Contas a receber (Nota 5)	**40.398**	25.334
Impostos a recuperar (Nota 6.a)	**7.008**	2.206
Despesas antecipadas	**1.549**	1.267
Outras contas a receber	**4.730**	3.582
Total do ativo circulante	**58.976**	39.627
Não circulante		
Transações com partes relacionadas (Nota 10.a)	**95.851**	126.425
Impostos a recuperar (Nota 6.a)	**200**	200
Depósitos judiciais (Nota 12)	**1.252**	238
Imobilizado (Nota 7)	**103.236**	247.769
Total do ativo não circulante	**200.539**	374.632
Total do ativo	**259.515**	**414.259**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	**796**	947
Empréstimos e financiamentos com terceiros (Nota 8)	**21.622**	23.336
Salários, provisões e encargos sociais (Nota 9)	**9.864**	6.609
Impostos a recolher (Nota 6.b)	**8.589**	6.463
Provisões operacionais (Nota 19)	**4.998**	4.446
Outras contas a pagar	**1.546**	1.556
Total do passivo circulante	**47.415**	43.358
Não circulante		
Partes relacionadas (Nota 10.a)	**207.993**	231.180
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 10.b)	**115.074**	126.875
Empréstimos e financiamentos com terceiros (Nota 8)	**169.024**	189.316
Total do passivo não circulante	**492.091**	**547.372**
Patrimônio líquido negativo		
Capital social (Nota 13)	**124.372**	121.042
Ajustes acumulados de conversão	**–**	118.713
Prejuízos acumulados	**(404.363)**	(416.224)
Total do patrimônio líquido negativo	**(279.991)**	**(176.469)**
Total do passivo e do patrimônio líquido negativo	**259.515**	**414.259**

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Receita operacional líquida (Nota 14)	**130.793**	100.375
Custo das embarcações e de agenciamento (Nota 15)	**(113.583)**	(101.640)
Lucro (prejuízo) bruto	**17.210**	(1.265)
Despesas gerais e administrativas (Nota 16)	**(4.968)**	(4.280)
Depreciações e amortizações	**(45)**	(25)
Outras receitas (despesas) operacionais	**12.399**	–
	(7.386)	(4.305)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**24.596**	(5.570)
Receitas financeiras	**90.177**	654
Despesas financeiras	**(70.475)**	(14.096)
Resultado financeiro, líquido (Nota 17)	**19.702**	(13.442)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**44.298**	(19.012)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	**(4.124)**	(1.729)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**40.174**	(20.741)

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**40.174**	(20.741)
Itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido	**(28.307)**	36.085
Total do resultado abrangente	**11.867**	15.344

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**121.042**	**137.147**	**(431.568)**	**(173.379)**
Ajuste de conversão	–	(18.434)	36.085	17.651
Prejuízo do exercício	–	–	(20.741)	(20.741)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**121.042**	**118.713**	**(416.224)**	**(176.469)**
Ajuste de conversão	**–**	**(118.713)**	**(28.307)**	**(147.020)**
Incorporação da DSS	**3.330**	**–**	**(6)**	**3.324**
Ajuste de avaliação patrimonial	**–**	**–**	**–**	**–**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**40.174**	**40.174**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**124.372**	**–**	**(404.363)**	**(279.991)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**44.298**	(19.012)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa		
Reversão da provisão de *impairment*	**(12.399)**	–
Baixas do imobilizado	**113**	–
Depreciação	**11.560**	16.806
Encargos sobre empréstimos obtidos com partes relacionadas	**6.706**	6.982
Encargos sobre empréstimos obtidos	**3.155**	8.367
Ajuste de conversão capital	**(28.307)**	17.651
Perdas (ganhos) cambiais	**(59)**	(12.760)
	25.067	18.034
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	**(15.064)**	(10.889)
Outras contas a receber e depósitos judiciais	**(2.161)**	(1.748)
Transações com partes relacionadas	**30.574**	(16.098)
Despesas antecipadas	**(282)**	(74)
Impostos a recuperar	**(1.142)**	1.247
Aumento (redução) nos passivos		
Impostos a recolher	**2.126**	1.526
Salários, provisões e encargos sociais	**3.255**	(2.530)
Partes relacionadas	**(34.988)**	11.695
Provisões operacionais	**552**	872
Fornecedores e outras contas a pagar	**(161)**	1.335
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(3.660)**	(1.001)
Juros recebidos sobre empréstimos, partes relacionadas	–	169
Juros pagos sobre empréstimos	**(3.164)**	(3.307)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**952**	(770)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	**–**	6.814
Aquisições de imobilizado	**(1.616)**	(12.702)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(1.616)**	(5.888)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos, partes relacionadas	**8.000**	18.078
Pagamento de empréstimos, partes relacionadas	**(6.500)**	(1.697)
Pagamento de empréstimos, terceiros	**(2.783)**	(5.331)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	**(1.283)**	11.050
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1.947)**	**4.392**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**7.238**	2.846
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**5.291**	7.238
	(1.947)	4.392

Notas explicativas às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, excto quando indicado de outra forma). 1.Contexto operacional. A Solstad Navegação Marítima Ltda., anteriormente denominada "Deep Sea Supply Navegação Marítima Ltda. ("Sociedade") é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída em 9 de setembro de 2009 e com sede na cidade de Macaé, na Rua Abílio Moreira de Miranda, 606, Parte, Imbetiba, tendo como objeto social: (i) a navegação de apoio marítimo, realizada para apoio logístico a embarcações e instalações em águas territoriais nacionais e na zona econômica, que atuem nas atividades de pesquisa e lavra de minerais e hidrocarbonetos; (ii) a navegação de apoio portuário, realizada exclusivamente nos portos e terminais aquaviários, para atendimento a embarcações e instalações portuárias; (iii) o afretamento de embarcações relacionadas ao objeto social da Sociedade; (iv) a importação e exportação de embarcações, equipamentos, peças sobressalentes e acessórios para as embarcações, relacionados ao objeto social da Sociedade; e (v) a participação em outras sociedades na qualidade de quotista ou acionista.A Sociedade, em 31 de dezembro de 2023, opera as embarcações listadas abaixo:

Embarcação	Operação	Tipo	Cliente
Normand Flower	Afretamento	CSV	Petrobras
Normand Carioca (antigo Sea Brasil)	Apoio Marítimo	CSV	Equinor
Normand Valiant	Flotel	CSV	Petrobras

Em 31 de dezembro de 2023, a situação patrimonial líquida da Sociedade se manteve negativa no montante de R$279.991 (R$176.469 em 31 de dezembro de 2022), que deve ser equacionada pelas medidas que veem sendo adotadas pela Administração da Sociedade, permitindo o cumprimento de suas obrigações de curto prazo. Uma das medidas mencionadas ocorreu ainda em novembro de 2021 com a conclusão com êxito da negociação com o BNDES para redução (20% de 10 de novembro de 2021 a 10 de dezembro de 2027 e em 35% de 10 de janeiro de 28 a 10 de março de 2031) das amortizações mensais do principal dos empréstimos captados, além das discussões em andamento com a matriz da Sociedade acerca da possibilidade de capitalização da totalidade do passivo em aberto com sua controladora, que pertence 100% ao mesmo grupo econômico. **1.1 Reestruturação Societária.** Em 29 de novembro de 2023, visando unificar suas atividades a fim de simplificar sua estrutura societária e provocando uma alteração no quadro societário da Sociedade, a sócia Solstad Brasil Holding AS aprovou a incorporação da Deep Sea Supply Serviços Marítimos Ltda. pela Solstad Navegação Marítima Ltda. Com isso, a Deep Sea Supply Serviços Marítimos Ltda. foi extinta e a Solstad Navegação Marítima Ltda. sucedeu a Deep Sea Supply Serviços Marítimos em todos os seus direitos e obrigações.A Sociedade realizou uma análise dos ativos e passivos da Deep Sea Supply Serviços Marítimos Ltda. (incorporada) na data-base 29 de novembro de 2023, e o acervo líquido da incorporada, foi registrado no patrimônio líquido da Sociedade como aumento de capital, conforme resumido ao lado:

Ativo	
Ativo circulante	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	**11**
Impostos a recuperar	**87**
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	**14.135**
Depósitos judiciais	**1.013**
Total do ativo	**15.246**
Passivo	
Passivo circulante	
Fornecedores e outras contas a pagar	**(3)**
Impostos, taxas e contribuições a recolher	**(80)**
Não circulante	
Partes relacionadas	**(11.833)**
Total do pasivo	**(11.916)**
Acervo líquido contábil	**3.330**

As variações patrimoniais ocorridas entre a data do laudo de avaliação e a data da incorporação foram refletidas nos saldos do acervo líquido transferido. Sendo assim, o montante incorporado na Solstad Navegação Marítima Ltda. foi de R$3.324. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**. As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. A aprovação para conclusão e apresentação destas demonstrações contábeis por parte da diretoria ocorreu em 05 de agosto de 2024. **3.13 Conversão de moeda estrangeira.** A diretoria da empresa monitora periodicamente os indicadores primários e secundários que definem a moeda funcional a ser utilizada. Com aumento gradativo de representatividade das operações em real, considerando a moeda que mais influência na determinação do preço de venda de seus produtos e serviços, dívidas, mão de obra, material e outros custos, além de outros fatores analisados, a avaliação indicou que o real é a moeda mais significativa nas transações, eventos e condições subjacentes e com isso, a empresa alterou sua moeda funcional a partir de 01 de janeiro de 2023, data em que o real foi definido como moeda funcional da Sociedade. A conversão foi efetuada de maneira prospectiva, conforme item 35 do CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, não havendo assim necessidade de abertura de valores históricos anteriores aos da data da definição da moeda funcional. Os montantes resultantes da conversão, no caso de itens não monetários, foram tratados como se fossem seus custos históricos. Transações envolvendo ativos e passivos monetários, em moedas distintas da funcional, são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data da liquidação ou pela taxa vigente ao final do período de apresentação. A variação cambial incorrida entre a data do registro inicial da transação e a data de liquidação ou apresentação das demonstrações financeiras é registrada no resultado do período.

5. Contas a receber:	2023	2022
Schahin Engenharia S.A.	**1.600**	1.600
Equinor Brasil Energia Ltda.	**22.220**	4.256
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	**18.102**	20.336
Outros valores a receber	**76**	742
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	**(1.600)**	(1.600)
	40.398	25.334

Os saldos dos valores a receber em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão segregados de acordo com as faixas de vencimento:

	2023	2022
A vencer – valores a faturar	**22.852**	11.585
A vencer – valores faturados	**17.447**	11.787
Vencidos até 30 dias	**–**	824
Vencidos de 31 a 180 dias	**–**	396
Vencidos há mais de 180 dias	**1.699**	2.342
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	**(1.600)**	(1.600)
	40.398	25.334

Em função de haver expectativa de perda na realização do contas a receber com o cliente Schahin Engenharia S.A., a Administração da Sociedade concluiu pela necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas para este saldo. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não possuía saldos vencidos há mais de 180 dias no contas a receber com indicativo de perda, apenas com exceção do saldo com o cliente Schahin Engenharia S.A. que se encontra totalmente provisionado. Todos os demais saldos em aberto em 31 de dezembro de 2023 (exceto com o cliente Schahin Engenharia S.A.) foram recebidos ao longo do primeiro semestre de 2024.

7. Imobilizado

	Embarcação	Benfeitoria embarcações	Docagem	Móveis e utensílios	Equipamento comunicação	Equipamento de informática	Maquetes	Equipamentos embarcação	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**266.439**	**–**	**1.759**	**50**	**–**	**–**	**27**	**568**	**1.036**	**269.879**
Adições	–	–	–	–	–	–	–	43	12.702	12.745
Baixas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Depreciação	(16.291)	–	(397)	(25)	–	–	–	(92)	–	(16.805)
Ajuste de conversão	(17.572)	–	(120)	(4)	–	–	(2)	(83)	(269)	(18.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**232.576**	**–**	**1.242**	**21**	**–**	**–**	**25**	**436**	**13.469**	**247.769**
Custo total	417.946	1.930	13.442	331	38	260	25	1.449	13.469	448.890
Depreciação	(151.867)	(1.930)	(12.200)	(310)	(38)	(260)	–	(1.013)	–	(167.618)
Impairment embarcações	(33.503)	–	–	–	–	–	–	–	–	(33.503)
	232.576	**–**	**1.242**	**21**	**–**	**–**	**25**	**436**	**13.469**	**247.769**

	Embarcação	Benfeitoria embarcações	Docagem	Móveis e utensílios	Equipamento comunicação	Equipamento de informática	Maquetes	Equipamentos embarcação	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**232.576**	**–**	**1.242**	**21**	**–**	**–**	**25**	**436**	**13.469**	**247.769**
Conversão BRL-convertido p/ BRL-histórico	(146.909)	–	28	(12)	–	–	(12)	(188)	219	(146.874)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**85.667**	**–**	**1.270**	**9**	**–**	**–**	**13**	**248**	**13.688**	**100.895**
Adições	**–**	**–**	**1**	**–**	**–**	**–**	**–**		**1.615**	**1.616**
Baixas	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(13)**	**(23)**	**(77)**	**(113)**
Transferências	**–**	**–**	**15.225**	**–**	**–**	**–**	**–**	–	**(15.225)**	**–**
Depreciação	**(6.128)**	**–**	**(5.369)**	**(8)**	**–**	**–**	**–**	**(55)**	**–**	**(11.560)**
Reversão de provisão para *impairment*	**12.399**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**12.399**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**91.938**	**–**	**11.127**	**1**	**–**	**–**	**–**	**170**	**–**	**103.236**
Custo total	**154.837**	**1.151**	**24.581**	**134**	**17**	**112**	**–**	**835**	**–**	**181.667**
Depreciação	**(62.901)**	**(1.151)**	**(13.453)**	**(133)**	**(17)**	**(112)**	**–**	**(664)**	**–**	**(78.431)**
	91.938	**–**	**11.127**	**1**	**–**	**–**	**–**	**170**	**–**	**103.236**

A provisão para redução ao valor recuperável reconhecida em exercícios anteriores pelo montante de R$12.399, com base no apoio de relatórios e análises realizadas por consultores externos, foi reavaliada pela Administração da Sociedade que decidiu pela sua reversão em 31 de dezembro de 2023, levando em consideração os testes por redução ao valor recuperável atualizados pela Administração como parte do processo de encerramento de suas demonstrações contábeis. A Administração da Sociedade revisou o valor residual e a vida útil econômica dos principais itens do ativo imobilizado, sendo estes representados pela embarcação própria. A Administração entende que não houve mudanças significativas no valor residual e nas vidas úteis já aplicadas pela Sociedade, sendo estas estimadas em 20 anos para a referida embarcação.

8. Empréstimos e financiamentos	2023	2022	Vencimento	Moeda	Encargos	Finalidade	Garantias
Circulante							
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	**21.622**	23.336	2023 a 2031	US$	3,57% a.a. e 4,79% a.a.	Expansão da capacidade	Alienação fiduciária e garantia do acionista
Total do circulante	**21.622**	23.336					
Não circulante							
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	**169.024**	189.316	2023 a 2031	US$	3,57% a.a. e 4,79% a.a.	Expansão da capacidade	Alienação fiduciária e garantia do acionista
Total do não circulante	**169.024**	189.316					
	190.646	212.652					

Composição do saldo BNDES em 31/12/2023

Contratos	Principal Reais	Principal Dólares	Juros Reais	Juros Dólares	Total Reais	Total Dólares
(Tx. 3,57%)	**79.141**	**16.347**	**805**	**166**	**79.946**	**16.513**
(Tx. 3,57%)	**53.982**	**11.150**	**548**	**113**	**54.530**	**11.264**
(Tx. 4,79%)	**55.594**	**11.483**	**576**	**119**	**56.170**	**11.602**
Total	**188.718**	**38.981**	**1.929**	**398**	**190.646**	**39.379**

Composição do saldo BNDES em 31/12/2023

Contratos	Principal Reais	Principal Dólares	Juros Reais	Juros Dólares	Total Reais	Total Dólares
(Tx. 3,57%)	**95.232**	**18.251**	**2.081**	**399**	**97.312**	**18.650**
(Tx. 3,57%)	**64.774**	**12.415**	**1.420**	**272**	**66.194**	**12.687**
(Tx. 4,79%)	**45.656**	**9.133**	**1.489**	**285**	**49.145**	**9.418**
Total	**207.662**	**39.779**	**4.990**	**956**	**212.652**	**40.755**

O financiamento obtido com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDES teve como objetivo a construção da embarcação PSV - Sea Brasil, tendo como garantia a própria embarcação e os recebíveis proventos dos contratos firmados com a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e com a Equinor Brasil Energia Ltda., tendo o cronograma de vencimento apresentado abaixo:

Posição em 2023 desmembrada por vencimento	USD	Reais
Vencimentos de 2025 a 2027	**14.618**	**70.769**
Vencimentos de 2028 a 2032	**24.363**	**117.949**
	38981	**188.718**

Movimentação	2023	2022
Em 1º de janeiro	**212.652**	237.553
Adição (principal)	**–**	–
Baixas (principal)	**(2.783)**	(3.685)
Variação cambial (ativa)	**(40.070)**	(68.176)
Variação cambial (passiva)	**20.856**	46.956
Adição (juros)	**3.155**	3.311
Baixas (juros)	**(3.164)**	(3.307)
Em 31 de dezembro	**190.646**	212.652

13. Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição societária da Sociedade se apresenta da seguinte forma:

	2023 Quotas	2023 %	2022 Quotas	2022 %
Solstad Brasil Holding AS	**296.110.016**	**100%**	–	–
Deep Sea Supply Management AS	**–**	**–**	296.110.015	99,99%
Deep Sea Supply Serviços S.A.	**–**	**–**	1	0,01%
	296.110.016	**100%**	296.110.016	100%

Diretor Presidente	Felipe Rodrigues Alves Meira	CPF: 001.407.157-62
Contadora	Renata Costa Martins	CRC RJ - 117989/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Aos Administradores e Quotistas da **Solstad Navegação Marítima Ltda. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Solstad Navegação Marítima Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais reponsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.**Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações contábeis.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2024.ERNST & YOUNG. Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F. Marcelo Felipe L. de Sá - Contador CRC RJ-094644/O-0

LEGISLATIVO

Comissão de Saneamento da Alerj faz reunião nesta terça

A Comissão de Saneamento Ambiental, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), realiza reunião extraordinária nesta terça-feira (20) para tratar de pendências da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenersa) com relação a demandas encaminhadas pela Comissão.

A reunião está prevista para ser realizada às 11h, na sala 1801 do Edifício Lúcio Costa, sede do Parlamento fluminense, no Centro da capital fluminense.

"Convidamos a presidência da Agenersa com o objetivo de resolver todas as questões levantadas pela Comissão de Saneamento Ambiental. Essas pendências ainda não foram resolvidas pela Agência Reguladora e são de extrema importância para o bem-estar da população fluminense", destacou o presidente do colegiado, deputado Jari Oliveira (PSB).

Foram convidados para participar da audiência o presidente da Agência Reguladora de Energia e Saneamento, Rafael Carvalho, e demais representantes da Agência Reguladora: Michele Lopes de Farias Leite, ouvidora; Alexandre Marcelo Guedes Pereira, Gerente da Câmara de Política Econômica e Tarifária; e Marcus Vinícius Barbosa, Procurador-Geral.

BTG PACTUAL HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 07.110.438/0001-71 - NIRE 33.3.0027473-1
Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024.
1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede do BTG Pactual Holding Participações S.A., localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, parte, Torre Corcovado, CEP 22250-040 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de edital de convocação, tendo em vista a presença de acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, conforme assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas. **3. Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Bruno Duque Horta Nogueira e secretariados pela Sra. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro. **4. Ordem do Dia:** i. Ratificar a não publicação dos anúncios previstos no artigo 133, §4º, da Lei nº 6.404/76; ii. Deliberar sobre a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, tal como autoriza o Artigo 130, §1º da Lei de Sociedades por Ações. iii. Tomar conhecimento e examinar, para deliberação, o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. iv. Deliberar sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. v. Deliberar sobre a renúncia da remuneração global dos administradores. **5. Deliberações Tomadas pela Unanimidade dos Presentes:** i. Em conformidade com o que prevê o artigo 133, §4º, da Lei nº 6.404/76, ratificada a não publicação dos anúncios previstos no referido artigo, referentes à realização presente Assembleia Geral, em função da totalidade dos acionistas ter considerado que tal ausência não prejudicou os interesses dos acionistas nem os da Companhia. ii. Aprovada, sem ressalvas, a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, tal como autoriza o artigo 130, § 1º da Lei de Sociedades por Ações. iii. Aprovados, sem ressalvas, o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas notas explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 devidamente publicadas no dia 25 de abril de 2024, nas páginas 29 e B14, no jornal Diário Comercial do Estado de São Paulo. iv. Em virtude da deliberação acima, tomaram ciência e aprovaram por unanimidade, a destinação do lucro líquido findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 966.984.000,00 (novecentos e sessenta e seis milhões novecentos e oitenta e quatro mil reais), para a Reserva de Lucros. v. Aprovar, sem ressalvas, a renúncia da remuneração global anual da Administração da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada ata que se refere a presente Assembleia Geral Ordinaria, que, foi lida, aprovada e assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. **Mesa:** Sr. Bruno Duque Horta Nogueira - Presidente, Sra. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro - Secretária. *Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio.* Rio de Janeiro/RJ, 30 de abril de 2024. Bruno Duque Horta Nogueira - *Presidente;* Fernanda Jorge Stallone Palmeiro - *Secretária.* JUCERJA nº 6400387 em 16/08/2024.

BTG PACTUAL HOLDING INTERNACIONAL S.A.
CNPJ/ME N.º 12.552.209/0001-47 - NIRE 33.300.295.119
Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024.
1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede da BTG Pactual Holding Internacional S.A., localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar/parte, Torre Corcovado, cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.250-040 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de edital de convocação, tendo em vista a presença de acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, conforme assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas. **3. Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Bruno Duque Horta Nogueira e secretariados pela Sra. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro. **4. Ordem do Dia:** i. Ratificar a não publicação dos anúncios previstos no artigo 133, §4º, da Lei nº 6.404/76; ii. Deliberar sobre a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, tal como autoriza o Artigo 130, §1º da Lei de Sociedades por Ações. iii. Tomar conhecimento e examinar, para deliberação, o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. iv. Deliberar sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. v. Deliberar sobre a renúncia da remuneração global dos administradores. **5. Deliberações tomadas pela Unanimidade dos Presentes:** i. Em conformidade com o que prevê o artigo 133, §4º, da Lei nº 6.404/76, ratificada a não publicação dos anúncios previstos no referido artigo, referentes à realização da presente Assembleia Geral, em função da totalidade dos acionistas ter considerado que tal ausência não prejudicou os interesses dos acionistas nem os da Companhia. ii. Aprovada, sem ressalvas, a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, tal como autoriza o artigo 130, § 1º da Lei de Sociedades por Ações. iii. Aprovados, sem ressalvas, o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas notas explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 devidamente publicadas no dia 30 de abril de 2024, nas páginas 7 e B5, no jornal Diário Comercial do Estado de São Paulo. iv. Em virtude da deliberação acima, tomaram ciência e aprovaram por unanimidade, a destinação do lucro líquido findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 888.414.000,00 (oitocentos e oitenta e oito milhões quatrocentos e quatorze mil reais), para a Reserva de Lucros. v. Aprovar, sem ressalvas, a renúncia da remuneração global anual da Administração da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada ata que se refere a presente Assembleia Geral Ordinaria, que, foi lida, aprovada e assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. **Mesa:** Sr. Bruno Duque Horta Nogueira - Presidente, Sra. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro - Secretária. *Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio.* Rio de Janeiro/RJ, 30 de abril de 2024. Bruno Duque Horta Nogueira - *Presidente;* Fernanda Jorge Stallone Palmeiro - *Secretária.* JUCERJA nº 6399974 em 16/08/2024.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTECT/RJ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Sindicato dos Trabalhadores na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares do Estado do Rio de Janeiro - SINTECT/RJ, inscrito no CNPJ 32.269.706/0001-40, com sede na Avenida Presidente Vargas, 502 - 14º - Centro - Rio de Janeiro - RJ convoca Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 22 de agosto de 2024 em primeira convocação às 19:00 horas e em segunda convocação às 19:30 horas no Clube Municipal localizado na rua Haddock Lobo, 359 - Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Avaliação da Greve da categoria; 2) Campanha Salarial da categoria.
Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2024.
Marcos Antônio Sant'Aguida do Nascimento
Presidente do SINTECT RJ

POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS VILA NOVA LTDA
CNPJ n° 28.271.195/0001-23
CONVOCAÇAO: Ficam os cotistas da sociedade empresária denominada POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS VILA NOVA LTDA, com sede na Rua Major Jose Bento, n° 2137- Vila Nova - Barra Mansa, RJ Cep: 27.323-820, inscrita no CNPJ n° 28.271.195/0001-23, a se reunirem no dia 27 de agosto de 2024 as 10:00 horas em primeira convocação com a totalidade dos sócios ou as 10:30 horas com qualquer número para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Destituir do cargo de administrador o sócio Feres Nader; 2) Constituir novos administradores; 3) Consolidação do contrato social. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2024.

RIO+ SANEAMENTO BL3 S.A.
CNPJ/ME nº 42.292.007/0001-74
NIRE 33.300.339.566 | Código CVM nº 02714-6
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2024
Em 13/08/2024, às 10 horas, na sede social da Rio+ Saneamento BL 3 S.A., localizada na Cidade do Rio de Janeiro, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, dispensadas as formalidades de convocação, com a presença dos diretores Leonardo das Chagas Righetto e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A mesa foi composta por Claudio Bechara Abduche (Presidente) e Genilson Silva Melo (Secretário). Foi deliberado, por unanimidade, aprovar as informações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 30/06/2024, previamente revisadas pelos auditores independentes Ernest & Young Auditores Independentes S/S, autorizando-se a divulgação do 2º ITR/24 nos prazos regulamentares. Nada mais havendo, a ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Registro na Junta Comercial:** A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal: https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/

COMUNICADO
Comunicamos que se encontra à disposição dos senhores cotistas do SHOPPING CENTER DO MÉIER, à Rua Dias da Cruz, 255, subsolo, o rendimento da cota do mês corrente no valor de R$ 2,00 (dois reais) a partir do dia 20/08/2024. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2024.
Shopping Center do Brasil S/A. Síndico

MILENIO CAPITAL

Milênio Holding S.A.
CNPJ/MF n° 51.660.005/0001-81
Relatório da Administração 2023

Prezados Acionistas, apresentamos o Relatório da Administração da **Milênio Holding S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 51.660.005/0001-81 ("Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas da Companhia e do público em geral o presente Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício iniciado em 02 de agosto de 2023 e encerrado em 31 de dezembro de 2023. A administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio, declara não haver ocorrência de operações suspeitas e expressa o reconhecimento e agradecimento a todos os colaboradores envolvidos, sem os quais não seria possível atingir os números e realizações apresentados neste relatório. **Mensagem da Administração:** Apresentamos o desempenho da Companhia em 2023, um ano marcado por desafios significativos, mas também por conquistas. Pelo fato da Companhia se caracterizar como uma holding, a análise de desempenho aqui colocada será da Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ 16.804.280/0001-20 ("Milênio Capital"), sua investida. A Milênio Capital é uma gestora de fundos de investimentos focada nos mercados de crédito privado e securitização. Ao longo do ano de 2023, a Milênio Capital enfrentou o contexto conturbado do mercado de crédito, exigindo uma atuação proativa e estratégica da equipe para mitigar riscos e proteger o patrimônio dos investidores. Diante desse cenário adverso, foi adotada uma política de ajustes de processos internos para fortalecer sua capacidade de gestão de risco e garantir a solidez da carteira dos fundos geridos pela Milênio Capital. Além dos desafios impostos pelo contexto de mercado, ao longo do ano de 2023 a indústria de fundos de investimentos enfrentou uma revolução através das mudanças extremamente relevantes trazidas pela entrada em vigor da Resolução CVM nº 175, que, dentre muitas outras coisas, atribuiu aos gestores de fundos de investimentos um rol muito mais extenso de obrigações e responsabilidades, e a Lei nº 14.754 que trouxe alterações relevantes para as regras tributárias aplicáveis às aplicações em fundos de investimentos. Tamanha mudança exigiu que a Milênio Capital promovesse uma série de adaptações aos fundos de investimentos geridos, bem como adaptações nas suas esteiras operacionais através do investimento em pessoas e tecnologia. Nesse contexto desafiador, a Milênio Capital terminou o ano de 2023 com 32 fundos e um patrimônio líquido sob gestão de R$ 3.073.776.897. A receita operacional líquida do exercício foi de R$ 24.398.393. Por consequência, a Companhia registrou um resultado líquido consolidado, desde a sua constituição (02 de agosto de 2023) até o final de 2023, de R$ 9.882.516. Cordialmente,

A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 - Em reais (R$)

Ativo	Controladora 2023	Consolidado 2023	Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2023	Consolidado 2023
Ativo circulante	**15.645**	**8.828.727**	**Passivo circulante**	**13.356**	**6.247.495**
Caixa e equivalentes de caixa	15.645	5.995.893	Obrigações tributárias	1	857.788
Contas a receber	–	2.830.408	Obrigações trabalhistas	–	1.147.875
Impostos a recuperar	–	2.426	Dividendos a pagar	–	4.164.222
Ativo não circulante	**3.082.054**	**503.200**	Contas a pagar	13.355	77.610
Depósitos e cauções	–	68.163	**Patrimônio líquido**	**3.084.343**	**3.084.343**
Investimentos	3.082.054	27.838	Capital social	553.733	553.733
Imobilizado	–	401.627	Reserva de capital	200.912	200.912
Intangível	–	5.572	Reserva de lucros	2.329.698	2.329.698
			Participação de não controladores	–	89
Total do ativo	**3.097.699**	**9.331.927**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**3.097.699**	**9.331.927**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de 2 de agosto (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023 - Em reais (R$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total	Part. não controladores	Total
Integralização de capital	553.733	219.401	–	–	773.134	–	773.134
Recompra de ações	–	(18.489)	–	–	(18.489)	–	(18.489)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.329.698	2.329.698	112	2.329.810
Constituição de reserva de lucros	–	–	2.329.698	(2.329.698)	–	–	–
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	(23)	(23)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**553.733**	**200.912**	**2.329.698**	**–**	**3.084.343**	**89**	**3.084.432**

Demonstração do resultado do período de 2 de agosto (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023 - Em reais (R$)

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Receita operacional líquida		9.822.516
Despesas operacionais		
Com pessoal	–	(3.386.711)
Gerais e administrativas	(10.833)	(1.135.018)
Tributárias	(1.089)	(14.859)
Resultado de equivalência patrimonial	3.917.568	–
Ganhos e perdas com investimentos	(1.567.648)	(1.567.648)
Outras receitas (despesas) operacionais	(8.251)	(8.251)
	2.329.747	(6.112.487)
Lucro antes do resultado financeiro	**2.329.747**	**3.710.029**
Resultado financeiro líquido	(48)	269.503
Lucro antes dos impostos	**2.329.699**	**3.979.532**
IR e CS	(1)	(1.649.722)
Lucro líquido do exercício	**2.329.698**	**2.329.810**
Lucro atribuível a		
Controladores		2.329.698
Não controladores		112

Demonstração do resultado abrangente do período de 2 de agosto (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023 - Em reais (R$)

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	**2.329.698**	**2.329.810**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**2.329.698**	**2.329.810**

Demonstração dos fluxos de caixa do período de 2 de agosto (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023 - Em reais (R$)

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**2.329.698**	**2.329.810**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido dos exercícios com os recursos provenientes das atividades operacionais:		
Participação de não controladores	–	(23)
Equivalência patrimonial	(3.917.568)	–
Ganhos e perdas com investimentos	1.567.648	–
	(20.222)	**2.329.787**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Contas a receber	–	(2.830.408)
Impostos a recuperar	–	(2.426)
Depósitos e cauções	–	(68.163)
Obrigações tributárias	1	1.723.788
Obrigações trabalhistas	–	281.875
Dividendos a pagar	–	4.164.222
Contas a pagar	13.355	77.610
Caixa gerado nas atividades operacionais	**(6.866)**	**5.676.285**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo imobilizado	–	(407.199)
Investimentos	(773.134)	(27.838)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(773.134)**	**(435.037)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	773.134	773.134
Recompra de ações	(18.489)	(18.489)
Dividendos recebidos	41.000	–
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	**795.645**	**754.645**
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes	**15.645**	**5.995.893**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	–	–
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	15.645	5.995.893
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes	**15.645**	**5.995.893**

Notas explicativas do período de 2 de agosto (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023 - Em reais (R$)

1. Contexto operacional: A Milênio Holding ("Companhia") é uma companhia brasileira de capital fechado, fundada em 02 de agosto de 2023 na cidade do Rio de Janeiro, sob a forma de sociedade anônima. Atualmente, a atividade e objetivos da Milênio Holding englobam a participação no capital de outras empresas, direta ou indiretamente, como sócia, quotista ou acionista. Sua investida, a Milênio Capital ("Controlada"), possui como atividade principal a gestão de recursos de terceiros por meio de investimento em fundos de investimento em direitos creditórios, incluindo os serviços inerentes à estruturação de tais fundos, assim como a execução, implantação e monitoramento de políticas de investimento, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 - R1), que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas e aprovadas para emissão pela administração da Companhia em 24 de julho de 2024. **2.2 Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 - R1), abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadro a seguir:

Controlada	Participação
Milênio Capital	99,99%

2.2.1 Principais procedimentos de consolidação: Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas das demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas nas Notas Explicativas. O processo de consolidação contempla os seguintes procedimentos: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos com a companhia consolidada. (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da Controlada. (c) Eliminação dos saldos de receitas, custos e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultados. **2.4 Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia e de sua controlada é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. As principais fontes geradoras de caixa e despesas são originadas em R$ (reais), desta forma considera-se como moeda funcional a moeda local - R$ (reais). Todas as informações financeiras apresentadas em reais tiveram os centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação de políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para perdas esperadas, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valor significativamente divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2024

Diretoria
Fabrizzio Sollito Marchetti - Diretor
Sandras Contabilidade & Consultoria Empresarial Ltda.
CRC: 004874/O-5
Sandra Coutinho - Contadora - CRC: 076536/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e administradores Milênio Holding S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Milênio Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como "Controladora e Consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 2 de agosto (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Milênio Holding S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 2 de agosto (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com os demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 24 de julho de 2024. **Crowe Macro Auditores Independentes** - CRC 2SP033508/O-1; **Rogério Guimarães** - Contador - CRC1SP336932/O-3; **Fábio Debiaze Pino** - Contador - CRC1SP251154/O-9.

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal e na sede da Companhia

Solstad Shipping Ltda.

CNPJ: 02.873.539/0001-80

Balanço Patrimonial 31/12/2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	**2023**	**2022**
Circulante	**300.005**	**323.028**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**48.588**	38.824
Contas a receber (Nota 5)	**117.703**	127.419
Partes relacionadas (Nota 10)	**19.354**	52.745
Impostos a recuperar (Nota 6)	**32.849**	19.863
Estoques	**5.859**	6.633
Importações em andamento	**1.131**	1.157
Devedores por nota de reembolso (Nota 19)	**9.809**	17.727
Sinistro a receber	–	1.551
Adiantamentos a fornecedores (Nota 21)	**6.472**	33.559
Empréstimos a receber com partes relacionadas (Nota 10)	**18.101**	14.550
Outras contas a receber	**40.139**	9.000
Não circulante	**135.437**	**164.391**
Créditos e valores a receber	**249**	235
Depósitos judiciais (Nota 12)	**37.298**	35.158
Imobilizado (Nota 7)	**97.664**	128.387
Intangível	**226**	611
Total do ativo	**435.442**	**487.419**

Passivo	**2023**	**2022**
Circulante	**290.228**	**378.167**
Fornecedores (Nota 9)	**32.562**	19.325
Partes relacionadas (Nota 10)	**77.741**	154.044
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	**9.173**	9.922
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 10)	**67.876**	65.828
Salários, provisões e encargos sociais (Nota 23)	**27.915**	34.068
Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 6.b)	**21.295**	19.112
Adiantamento de clientes	–	1.179
Provisões operacionais (Nota 22)	**15.572**	51.372
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	**32.048**	14.757
Arrendamento a pagar	–	906
Outras contas a pagar	**6.046**	7.654
Não circulante	**316.247**	**361.999**
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	**120.405**	152.258
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 10)	**171.342**	186.221
Provisão para contingências (Nota 12)	**24.500**	23.520
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**(171.033)**	**(252.747)**
Capital social (Nota 13)	**147.884**	143.417
Prejuízos acumulados	**(318.917)**	(396.164)
Total do passivo e do patrimônio líquido (negativo)	**435.442**	**487.419**

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	**2022**
Receita operacional líquida (Nota 14)	**749.553**	653.381
Custo das embarcações e de agenciamento (Nota 15)	**(665.025)**	(581.968)
Lucro bruto	**84.528**	71.413
Despesas operacionais	**(18.284)**	**(17.161)**
Gerais e administrativas (Nota 16)	**(17.694)**	(16.727)
Depreciações e amortizações	**(590)**	(434)
Lucro antes do resultado financeiro	**66.244**	54.252
Receitas financeiras	**223.608**	202.367
Despesas financeiras	**(180.579)**	(186.850)
Resultado financeiro, líquido (Nota 17)	**43.029**	15.517
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**109.273**	69.769
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	**(32.030)**	(14.757)
Lucro líquido do exercício	**77.243**	55.012

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**77.243**	55.012
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**77.243**	55.012

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**109.273**	69.769
Ajustes		
Depreciações e amortizações	**31.313**	29.638
Amortização de direito de uso	**255**	566
Provisão para contingências	**980**	774
Provisões (reversões) para créditos esperados	**(3.554)**	–
Receita financeira com partes relacionadas	**(1.749)**	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos concedidos	**6.530**	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos tomados	**9.731**	(2.317)
Variação cambial	**(25.568)**	(1.660)
	127.703	96.770
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	**9.717**	(56.572)
Contas a receber com partes relacionadas	**33.390**	(42.259)
Impostos a recuperar	**(12.986)**	(5.107)
Estoques e importações em andamento	**800**	762
Depósitos judiciais	**(2.140)**	(219)
Devedores por nota de reembolso	**7.918**	(4.902)
Sinistro a receber	**1.551**	–
Adiantamentos a fornecedores	**27.087**	(17.704)
Outras contas a receber	**(31.153)**	1.350
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	**13.237**	13.625
Contas a pagar com partes relacionadas	**(76.303)**	94.147
Salários, provisões e encargos sociais	**(6.153)**	9.427
Impostos, taxas e contribuições a recolher	**2.183**	2.588
Adiantamento de clientes	**(1.180)**	(1.347)
Provisões operacionais	**(35.800)**	(630)
Outras contas a pagar	**(1.608)**	2.979
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(8.343)**	(1.913)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**47.919**	90.995
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Empréstimo concedido a partes relacionadas	**(8.000)**	(14.550)
Recebimento empréstimo concedido partes relacionadas	**6.500**	–
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	**(570)**	(35.229)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(2.070)**	(49.779)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de arrendamento	–	(477)
Juros pagos sobre arrendamento	–	(66)
Amortizações principal e juros sobre empréstimos e financiamentos	**(30.742)**	(10.527)
Amortizações de principal e juros com partes relacionadas	**(5.343)**	(16.413)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(36.085)**	(27.483)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**9.764**	13.733
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**38.824**	25.091
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**48.588**	38.824
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**9.764**	13.733

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31/12/2021	**143.417**	**(451.176)**	**(307.759)**
Lucro líquido do exercício	–	55.012	55.012
Saldos em 31/12/2022	**143.417**	**(396.164)**	**(252.747)**
Incorporação da FDB	**4.467**	**4**	**4.471**
Lucro líquido do exercício	**–**	**77.243**	**77.243**
Saldos em 31/12/2023	**147.884**	**(318.917)**	**(171.033)**

Notas Explicativas às demonstrações contábeis 31/12/2023 e 2022 (Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma). **1.** Contexto operacional: A Solstad Shipping Ltda. ("Sociedade") é uma Sociedade em quotas de participação limitada constituída em 14 de junho de 1999, e tem por objeto social o transporte marítimo, a exploração da navegação de apoio marítimo e de apoio portuário, a operação de qualquer meio flutuante, próprio ou de terceiros; a operação de terminais portuários públicos ou privados, próprios ou de terceiros, a atividade de carga e descarga de embarcações, a atividade de logística para plataformas de exploração e produção de petróleo no mar, a prestação de serviços comerciais e profissionais em sua área de atuação, para qualquer Sociedade, nacional ou estrangeira, a propriedade, a importação e exportação de bens e serviços relacionados com a sua atividade; e participação em outras Sociedades, como sócia, acionista ou quotistas, no Brasil e/ou no exterior. A sede social da Sociedade está localizada na Rua Abílio Moreira de Miranda, 606 - Macaé - Rio de Janeiro. A Sociedade, em 31 de dezembro de 2023, opera as embarcações listadas abaixo:

Embarcação	Operação	Tipo	Cliente
Normand Sagaris	Afretamento	AHTS	Petrobras
Normand Topázio	Afretamento	AHTS	PetroRio
Normand Turmalina	Flotel	AHTS	Enauta
Normand Turquesa	Afretamento	AHTS	Petrobras
Normand Cutter	Afretamento	CSV	Ocyan
Normand Valiant	Afretamento	CSV	Petrobras
Normand Pioneer	Afretamento	CSV	PetroRio
Normand Poseidon	Afretamento	CSV	Petrobras

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade apresentou lucro contábil de R$109.273 (R$69.769 em 31 de dezembro de 2022) e capital circulante líquido positivo de R$9.777 (capital circulante líquido negativo de R$55.139 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, a situação patrimonial líquida da Sociedade se manteve negativa no montante de R$171.033 (R$252.747 em 31 de dezembro de 2022) em razão de prejuízos auferidos em exercícios anteriores. A Administração vem adotando medidas com o intuito de equacionar a atual situação patrimonial e financeira, permitindo o cumprimento de suas obrigações de curto prazo. Uma das medidas mencionadas ocorreu ainda em novembro de 2021 com a conclusão com êxito da negociação com o BNDES em que o principal dos pagamentos mensais referentes aos empréstimos captados ficou reduzido a 30% a partir de 10 de novembro de 2021 até 10 de novembro de 2026 (Subcréditos A e B), 10 de maio 2027 (Subcréditos C e D) e 10 de novembro 2027 (Subcréditos E e F), respectivamente. Adicionalmente, existe uma discussão com a Administração do Grupo Solstad visando a possibilidade de capitalização da totalidade do passivo em aberto com a controladora da Sociedade. **1.1.** Reestruturação Societária**.** Em 27 de novembro de 2023, visando unificar suas atividades a fim de simplificar sua estrutura societária e provocando uma alteração no quadro societário da Sociedade, a sócia Solstad Brasil Holding AS aprovou a incorporação da Farstad do Brasil Navegação Ltda. pela Solstad Shipping Ltda. Com isso, a Farstad do Brasil Navegação Ltda. foi extinta, tendo sido sucedida pela em todos os seus direitos e obrigações. O patrimônio líquido da Farstad do Brasil Navegação Ltda (incorporada) foi avaliado em 31 de agosto de 2023, com base no valor contábil, pelo montante de R$4.471, conforme Laudo de Avaliação para Fins de Incorporação, emitida por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Ativo		Passivo	
Ativo circulante		Passivo circulante	
Impostos a recuperar	23	Impostos, taxas e contribuições a recolher	484
Não circulante		Total do passivo	484
Partes relacionadas	4.928		
Total do ativo	4.951	Acervo Líquido Contábil avaliado	4.467

As variações patrimoniais ocorridas entre a data do laudo de avaliação e a data da incorporação foram refletidas nos saldos do acervo líquido transferido. Sendo assim, o montante incorporado na Solstad Shipping foi de R$4.471. **2.** Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: **2.1.** Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. A autorização para emissão destas demonstrações contábeis por parte da diretoria ocorreu em 05 de agosto de 2024.

5. Contas a receber	**2023**	**2022**
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	**40.581**	47.767
Petro Rio	**42.202**	25.288
Enauta Energia S/A	**8.834**	18.362
Equinor Brasil Energia Ltda.	**629**	15.418
Shell Brasil Petróleo Ltda.	**–**	9.224
Ocyan S.A.	**25.184**	5.951
Trident Energy do Brasil	**24**	4.807
Sapura Energy do Brasil Ltda.	**–**	3.554
Starnav Serviços Marítimos Ltda.	**115**	602
Oceaneering	**108**	–
C-Innovation	**26**	–
Provisão para perdas esperadas	**–**	(3.554)
	117.703	127.419

Os saldos dos valores a receber em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão segregados

de acordo com as faixas de vencimento:	**2023**	**2022**
A vencer - valores a faturar	**73.489**	73.312
A vencer - valores faturados	**32.372**	54.107
Vencidos até 30 dias	**11.688**	–
Vencidos de 31 a 180 dias	**154**	–
Vencidos há mais de 180 dias	**–**	3.554
Provisão para perdas esperadas	**–**	(3.554)
Total contas a receber	**117.703**	127.419

O montante a receber refere-se aos serviços prestados de afretamento de embarcações próprias, bem como aos serviços prestados de suprimentos referentes às operações das embarcações de terceiros operadas pela Sociedade. Em função de não haver expectativa de perda na realização do contas a receber registrado em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Sociedade concluiu pela não necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas em relação aos demais saldos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade não possuía saldos vencidos há mais de 180 dias como parte das contas a receber com indicativo de perda.

7. Imobilizado	**Embarcações**	**Edificações e instalações**	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e equipamentos**	**Equipamentos de Informática**	**Benfeitorias em imóveis de Terceiros**	**Veículos**	**Docagem**	**Total**
Saldos em 31/12/2021	**372.341**	**4.458**	**817**	**423**	**1.978**	**1.693**	**253**	**73.743**	**455.706**
Adições	–	19	39	26	1.122	719	–	33.304	35.229
Baixas	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2022	**372.341**	**4.477**	**856**	**449**	**3.100**	**2.412**	**253**	**107.047**	**490.935**
Adições	**–**	**33**	**41**	**74**	**64**	**6**	**–**	**352**	**570**
Baixas	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31/12/2023	**372.341**	**4.510**	**897**	**523**	**3.164**	**2.418**	**253**	**107.399**	**491.505**
Depreciação e amortização									
Saldos em 31/12/2021	**(270.546)**	**(1.449)**	**(770)**	**(359)**	**(1.717)**	**(764)**	**(253)**	**(57.051)**	**(332.909)**
Depreciação e amortização	(18.650)	(177)	(12)	(16)	(157)	(74)	–	(10.553)	(29.639)
Baixas de depreciação	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2022	**(289.196)**	**(1.626)**	**(782)**	**(375)**	**(1.874)**	**(838)**	**(253)**	**(67.604)**	**(362.548)**
Depreciação e amortização	**(18.650)**	**(177)**	**(19)**	**(16)**	**(283)**	**(94)**	**–**	**(12.054)**	**(31.293)**
Baixas de depreciação	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31/12/2023	**(307.846)**	**(1.803)**	**(801)**	**(391)**	**(2.157)**	**(932)**	**(253)**	**(79.658)**	**(393.841)**
Imobilizado líquido									
Em 31/12/2023	**64.495**	**2.707**	**96**	**132**	**1.007**	**1.486**	**–**	**27.741**	**97.664**
Em 31/12/2022	83.145	2.851	74	74	1.226	1.574	–	39.443	128.387

A Sociedade iniciou a construção das embarcações AHTS10.000 (Normand Topázio) e AHTS12.000 (Normand Turmalina) e AHTS15.000 (Normand Turquesa), respectivamente, nos exercícios de 2002 e 2003. As referidas embarcações foram entregues em dezembro de 2005, julho de 2006 e janeiro de 2007, respectivamente, iniciando suas operações junto ao cliente Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 30 de dezembro de 2005, 31 de julho de 2006 e 21 de fevereiro de 2007, respectivamente. Em 20 de agosto de 2023, a embarcação Normand Topázio começou a operar para o cliente Petro Rio, com contrato vigente até 21 de fevereiro de 2024, com início de um novo contrato com o mesmo cliente em 21 de março de 2024, por 180 dias. A embarcação Normand Turmalina se encontra operando para o cliente Enauta Energia S/A, com contrato vigente até 15 de novembro de 2024 e a embarcação Normand Turquesa se encontra operando para o cliente Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com contrato vigente até 18 de abril de 2025. A Administração da Sociedade revisou o valor residual e a vida útil-econômica dos principais itens do ativo imobilizado, sendo estes representados pelas embarcações próprias. A Administração entende que não houve mudanças significativas no valor residual e nas vidas úteis já aplicadas pela Sociedade, sendo estas estimadas em 20 anos para as referidas embarcações.

8. Empréstimos e financiamentos.	**2023**	**2022**	**Vencimento**	**Moeda**	**Encargos**	**Finalidade**	**Garantias**
Circulante							
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	**9.173**	9.922	2024	US$	6% a.a.	Expansão da capacidade	Alienação fiduciária e garantia do acionista
Total do circulante	**9.173**	9.922					
Não circulante							
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	**120.405**	152.258	2024 a 2027	US$	6% a.a.	Expansão da capacidade	Alienação fiduciária e garantia do acionista
Total do não circulante	**120.405**	152.258					
	129.578	162.180					

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante vencem como segue:

Parcela vencível em	**2023**	**2022**
2024	**39.274**	47.986
2025	**30.101**	38.064
2026	**30.101**	38.064
2027	**30.102**	38.066
	129.578	162.180

A movimentação do saldo dos empréstimos e financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 se apresenta da seguinte forma:

	2023	**2022**
Saldo inicial	**162.180**	175.889
Baixas (principal)	**(21.551)**	(9.458)
Variação cambial (ativa)	**(27.243)**	(42.166)
Variação cambial (passiva)	**15.652**	38.044
Adição (juros)	**9.731**	9.944
Baixas (juros)	**(9.191)**	(10.073)
Saldo final	**129.578**	162.180

Não há incidência de cláusulas restritivas (covenants) sobre os contratos de empréstimos e financiamentos com o BNDES.

13. Patrimônio líquido: O capital social da Sociedade se encontra apresentado da seguinte forma:

	2023		**2022**	
	Quotas	**%**	**Quotas**	**%**
Farstad Brasil Holding AS (i)	**147.884.146**	**100%**	143.416.720	100%
	147.884.146	**100%**	143.416.720	100%

(i) Aumento devido à incorporação da Farstad do Brasil Navegação Ltda. conforme nota explicativa 1.1.

Diretor Presidente: Felipe Rodrigues Alves Meira - CPF: 001.407.157-62
Contadora: Renata Costa Martins - CRC-RJ117989/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Aos Administradores e Quotistas da **Solstad Shipping Ltda. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Solstad Shipping Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais reponsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações contábeis.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2024. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F. Marcelo Felipe L. de Sá - Contador CRC RJ-094644/O-0.

Sevi Participações S.A.

CNPJ nº 30.024.833/0001-53

Demonstrações Contábeis Individuas e Consolidadas - Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 *(Valores expressos em Reais)* - **(*) (não auditado)**

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Ativo/Circulante	**Nota**	**2019**	**2018 (*)**	**2019**	**2018**
Caixa e equivalentes de caixa	6	406.635	1.000	34.030.764	2.029.117
Contas a receber	7	–	–	37.680.799	87.999.803
Empréstimos a receber		–	–		481.000
Impostos a recuperar	8	300	–	2.423.560	2.441.511
Estoques	9	–	–	33.823.877	19.309.912
Outros ativos		–	–	922.954	1.665.224
Despesas antecipadas		–	–	81.150	110.755
		406.935	**1.000**	**108.963.104**	**114.037.322**
Não circulante					
Despesas antecipadas		20.250	–	40.500	–
Depósito judicial		–	–	32.105	32.105
Imobilizado	10	–	–	1.934.758	1.583.067
Intangível	11	–	–	293.895	283.272
Investimentos	12	53.778.744	31.598.799	–	–
		53.798.994	**31.598.799**	**2.301.258**	**1.898.444**
Total do ativo		**54.205.928**	**31.599.799**	**111.264.362**	**115.935.766**

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**Nota**	**2019**	**2018 (*)**	**2019**	**2018 (*)**
Empréstimos, financiamentos e encargos	13	–	6.077	8.100.949	29.481.138
Fornecedores	14	–	–	43.886.761	44.486.552
Obrigações trabalhistas		–	48	405.471	488.664
Obrigações tributárias	15	–	–	3.944.617	5.042.261
Juros sobre capital próprio		–	–	–	448.941
Outros passivos		20.250	–	356.001	387.574
Dividendos a pagar		100.961	1.296	100.961	1.374.774
		121.211	**7.420**	**56.794.760**	**81.709.903**
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos	13	–	–	138.882	2.134.852
Obrigações tributárias	15	–	–	246.003	498.632
		–	–	**384.885**	**2.633.484**
Patrimônio líquido					
Capital social	18	34.209.923	5.089.000	34.209.923	89.000
Lucros acumulados		18.798.404	26.489.741	18.798.404	31.489.741
Reserva legal		1.076.390	13.638	1.076.390	13.638
Total do patrimônio líquido		**54.084.717**	**31.592.379**	**54.084.717**	**31.592.379**
Total do passivo e patrimônio líquido		**54.205.928**	**31.599.799**	**111.264.362**	**115.935.766**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital Social	Reservas legal	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2017 (*)	–	–	–	–
Integralização de Capital	89.000	–	–	89.000
Aumento de capital	5.000.000	–	–	5.000.000
Mudança de participação societária em empresas sobre controle comum	–	–	7.574.384	7.574.384
Lucro líquido do exercício	–	–	18.930.291	18.930.291
Constituição de reservas	–	13.638	(13.638)	–
Distribuição de lucros	–	–	(1.296)	(1.296)
Saldos em 31/12/2018 (*)	**5.089.000**	**13.638**	**26.489.741**	**31.592.379**
Aumento de capital	29.120.923	–	–	29.120.923
Lucro líquido do exercício	–	–	25.746.951	25.746.951
Constituição de reservas	–	1.062.752	(1.062.752)	–
Juros sobre o capital próprio			(757.065)	(757.065)
Distribuições para antigos sócios	–	–	(29.761.660)	(29.761.660)
Distribuição de lucros	–	–	(1.856.811)	(1.856.811)
Saldos em 31/12/2019	**34.209.923**	**1.076.390**	**18.798.404**	**54.084.717**

Demonstrações do resultados	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018 (*)	Consolidado 2019	Consolidado 2018 (*)
Receita líquida de vendas	18	–	–	**196.044.940**	**157.454.275**
(–) Custo dos produtos revendidos	19	–	–	(132.436.236)	(107.728.153)
(=) Lucro bruto		**–**	**–**	**63.608.704**	**49.726.122**
(+/–) (Despesas)/ Receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	20	(24.484)	(5.649)	(22.997.983)	(16.677.146)
Despesas comerciais	20	–	–	(8.341.746)	(5.370.763)
Tributárias	20	(2.649)	(368)	(3.745)	(959)
Depreciação/Amortização		–	–	–	–
Outras receitas ou despesas operacionais	22	–	–	294.866	8.873
Outras receitas (Participação Societária)	12	25.181.452	18.936.415	–	–
Receitas financeiras	21	890.665	–	7.423.693	1.939.237
Despesas financeiras	21	(3.036)	(108)	(2.438.522)	(2.519.859)
(=) Lucro antes do IR e CS		**26.041.948**	**18.930.291**	**37.545.267**	**27.105.506**
(–) IR e CS	23	(294.997)	–	(11.798.316)	(8.175.215)
(=) Lucro Líquido do Exercício		**25.746.951**	**18.930.291**	**25.746.951**	**18.930.291**

Demonstrações do resultado abrangente	Controladora 2019	Controladora 2018 (*)	Consolidado 2019	Consolidado 2018 (*)
Lucro líquido do exercício	25.746.951	18.930.291	25.746.951	18.930.291
Total do resultado abrangente do exercício	25.746.951	18.930.291	25.746.951	18.930.291

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 2019	Controladora 2018 (*)	Consolidado 2019	Consolidado 2018
(=) Lucro líquido do exercício	**25.746.951**	**18.930.291**	**25.746.951**	**18.930.291**
Itens que não afetam o caixa operacional				
Equivalência patrimonial	(25.181.452)	(18.936.415)	–	–
Mudança de participação societária em empresas sobre controle comum	–	7.574.384	–	–
Encargos de empréstimos e financiamentos	–	–	1.999.038	1.442.280
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	370.246	24.553
Despesas com depreciação e amortização	–	–	616.033	526.898
	565.499	**7.568.259**	**28.732.268**	**20.924.022**
(Aumento)/diminuição das contas de ativo e passivo				
(Aumento)/diminuição no contas a receber	–	–	49.948.758	(65.538.490)
(Aumento)/diminuição nos estoques	–	–	(14.513.965)	(9.825.185)
(Aumento)/diminuição nos tributos e impostos a recuperar	(300)	–	17.951	555.905
(Aumento)/diminuição nas despesas pagas antecipadamente	(20.250)	–	(10.895)	(70.147)
(Aumento)/diminuição em outros ativos	–	–	742.270	(2.051.298)
(Diminuição)/aumento em fornecedores	–	–	(599.791)	30.755.909
(Diminuição)/aumento em obrigações trabalhistas	–	–	(83.193)	217.978
(Diminuição)/aumento em obrigações tributárias	(48)	48	(1.350.273)	4.084.003
(Diminuição)/aumento em dividendos a pagar	99.666	1.296	–	1.296
(Diminuição)/aumento em empréstimos a receber	–	–	481.000	–
(Diminuição)/aumento em outros passivos	20.250	–	(31.573)	358.513
Caixa líquido das atividades operacionais	**664.817**	**7.569.603**	**63.332.556**	**(20.587.495)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
(Aumento)/diminuição nos investimentos	3.001.507	(12.662.384)	–	–
Aquisição do imobilizado e intangível	–	–	(978.347)	(898.009)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**3.001.507**	**(12.662.384)**	**(978.347)**	**(898.009)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação e pagamentos de empréstimos e financiamentos	(6.077)	6.077	(25.375.197)	23.147.609
Pagamentos de dividendos	(2.497.548)	5.087.704	(3.771.360)	(2.779.005)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(757.065)	–	(757.065)	–
Captações e pagamentos de mútuos a partes relacionadas	–	–	(448.941)	448.941
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(3.260.690)**	**5.093.781**	**(30.352.563)**	**20.817.544**
Aumento líquido/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**405.635**	**1.000**	**32.001.646**	**(667.960)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.000	–	2.029.117	2.697.077
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	406.635	1.000	34.030.764	2.029.117
Aumento líquido/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**405.635**	**1.000**	**32.001.647**	**(667.960)**

Notas explicativas da Administração

1. Contexto operacional: A Sevi Participações S.A. ("Sevi" ou "Companhia") é uma Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23/03/2018, com Sede no Largo Padre Péricles, 145 - sala 171, Barra Funda, São Paulo - SP, tem como objeto social atuar como Holding de Instituições Não Financeiras. A Sevi Participações S.A. fechou o ano fiscal de 2019 sem receita assim como no ano anterior. Em dezembro de 2018, a Companhia recebeu via cessão de quotas, 100% das quotas das empresas DPR telecomunicações Ltda. e Sevi Fiber Tecnologia Eireli. Tornando-se assim única sócia de ambas empresas. A DPR Telecomunicações Ltda. que é uma sociedade limitada, constituída em 1/02/1995, com sede no Largo Padre Péricles, 145 - salas 174 a 178, Barra Funda, São Paulo - SP e tem como objeto social a fabricação, a industrialização e o comércio de produtos destinados à construção e manutenção de redes de serviços na área de telecomunicações, TV a cabo e internet, sua importação e exportação. A DPR Telecomunicações Ltda. fechou o ano fiscal de 2019 com receita líquida de 195 milhões, que representa um crescimento de 24% em relação a 2018. A Sevi Fiber Tecnologia Eireli que se trata de uma empresa individual de responsabilidade limitada, constituída em 13/10/2016, com sede no Largo Padre Péricles, 145 - sala 172, Barra Funda, São Paulo - SP e tem como objeto social a prestação de serviços nas áreas de informática e o apoio administrativo. A Sevi Fiber Tecnologia Eireli fechou o ano fiscal de 2019 com receita líquida de 754 mil, que representa um crescimento de 56% em relação a 2018. **2. Resumo das práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação: 2.1.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e aplicáveis as pequenas e médias empresas (CPC PME R1). As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação destas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 21/05/2020. **25. Eventos subsequentes - Exemplos Covid-19:** Em 30/01/2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus originário de Wuhan, China (o "surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global. O impacto total do surto de COVID-19 ainda se encontrava em constante evolução na data deste relatório. Desta forma, é incerta a magnitude que a pandemia terá sobre a condição financeira da Companhia, liquidez e resultados futuros das operações. A administração está monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho. Dada a evolução diária do surto de COVID-19 e as respostas globais para reduzir sua propagação, a Companhia não pode estimar os efeitos do surto de COVID-19 em seus resultados operacionais, condição financeira ou liquidez para o exercício de 2020. Embora a Companhia não possa estimar a duração ou gravidade do impacto do surto de COVID-19 no momento, se a pandemia continuar, ela poderá vir a ter um efeito adverso/material nos resultados de operações futuras da Companhia, posição financeira e liquidez no exercício de 2020.

A Diretoria — **Confirp Contabilidade Ltda. -** CNPJ: 56.812.993/0001-50 - CRC 2SP014230/O-3

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se no link https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Sevi Participações S.A.

CNPJ nº 30.024.833/0001-53

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 *(Valores expressos em Reais)*

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Ativo/Circulante	**Nota**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.444.460	406.635	9.701.993	34.030.764
Contas a receber	8	–	–	195.380.128	37.680.799
Estoques	9	–	–	50.093.385	33.823.877
Impostos a recuperar	10	178	300	4.872.839	2.423.560
Outros ativos		–	–	709.037	1.004.104
		4.444.638	**406.935**	**260.757.382**	**108.963.104**
Ativo classificado como mantido para venda	11	27.697.466	–	27.697.466	–
		32.142.104	**406.935**	**288.454.848**	**108.963.104**
Não circulante		–	–	–	–
Outros ativos		6.912	20.250	45.929	72.605
Contas receber	8	–	–	109.826.233	–
Partes relacionadas	21	55.000	–	–	–
Direito de Uso - Arrendamento	12 (a)	–	–	3.370.405	–
Investimentos	13	60.856.692	53.778.744	–	–
Imobilizado	14	–	–	2.366.260	1.934.758
Intangível	15	–	–	297.087	293.895
		60.918.604	**53.798.994**	**115.905.914**	**2.301.258**
Total do ativo		**93.060.708**	**54.205.929**	**404.360.762**	**111.264.362**

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**Nota**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Empréstimos, financiamentos e encargos	16	–	–	128.689.409	8.100.949
Fornecedores	17	11.022	–	70.867.145	43.886.761
Obrigações trabalhistas		–	–	616.746	405.471
Obrigações tributárias	18	239.502	–	2.501.013	3.944.617
Receita diferida	19	–	–	10.901.869	–
Arrendamento a pagar	12 (b)	–	–	2.106.164	–
Dividendos a pagar		–	100.961	–	100.961
Outros passivos		6.910	20.251	226.235	356.001
		257.434	**121.212**	**215.908.581**	**56.794.760**
Passivo associado a ativo mantido para venda	11	13.770.895	–	13.770.895	–
		14.028.329	**121.212**	**229.679.476**	**56.794.760**
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos	16	–	–	92.578.268	138.882
Obrigações tributárias	18	–	–	181.820	246.003
Arrendamento a pagar	12 (b)	–	–	1.264.241	–
Receita diferida	19	–	–	1.624.578	–
		–	**–**	**95.648.907**	**384.885**
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	34.209.923	34.209.923	34.209.923	34.209.923
Reserva de lucros	22.2	44.822.456	19.874.794	44.822.456	19.874.794
		79.032.379	**54.084.717**	**79.032.379**	**54.084.717**
Total do passivo e patrimônio líquido		**93.060.708**	**54.205.929**	**404.360.762**	**111.264.362**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Controladora e consolidado	Capital Social	Reservas de lucro: Legal	Reservas de lucro: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018 (não auditado)	**5.089.000**	**13.638**		**26.489.741**	**31.592.379**
Aumento de Capital	29.120.923	–	–	–	29.120.923
Lucro líquido do exercício	–	–	–	25.746.951	25.746.951
Destinação:					
Reserva legal	–	1.062.752		(1.062.752)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	(757.065)	(757.065)
Distribuições para antigos sócios	–	–	–	(29.761.660)	(29.761.660)
Distribuição de lucros	–	–	–	(1.856.811)	(1.856.811)
Saldos em 31/12/2019	**34.209.923**	**1.076.390**	**–**	**18.798.404**	**54.084.717**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	34.455.157	34.455.157
Destinação:					
Reserva legal	–	1.722.758	–	(1.722.758)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(163.662)	(163.662)
Dividendos adicionais	–	–	–	(3.436.338)	(3.436.338)
Ajuste de exercícios anteriores em controladas	–	–	–	(5.907.495)	(5.907.495)
Retenção de lucros	–	–	42.023.308	(42.023.308)	–
Saldos em 31/12/2020	**34.209.923**	**2.799.148**	**42.023.308**	**–**	**79.032.379**

Demonstrações do resultado	Notas	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Receita líquida de vendas	23	–	–	264.014.757	196.044.940
Custo dos produtos vendidos	24	–	–	(192.147.614)	(132.436.236)
Lucro bruto		**–**	**–**	**71.867.143**	**63.608.704**
(Despesas)/Receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(158.797)	(27.133)	(23.642.964)	(23.001.728)
Despesas comerciais	24	–	–	(9.804.095)	(8.341.746)
Outras receitas (despesas), líquido	24	–	–	4.672.811	294.866
Ganho com equivalência patrimonial	13	34.971.**443**	25.181.452	–	–
Receitas financeiras	25	1.237.041	890.665	9.874.438	8.430.931
Despesas financeiras	25	(51.257)	(3.036)	(2.653.556)	(3.445.760)
Lucro antes do IR e CS		**35.998.430**	**26.041.948**	**50.313.777**	**37.545.267**
IR e CS	26	(402.592)	(294.997)	(14.717.939)	(11.798.316)
Lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas		**35.595.838**	**25.746.951**	**35.595.838**	**25.746.951**
Prejuízo líquido proveniente das operações descontinuadas	**11**	(1.140.681)	–	(1.140.681)	–
Lucro líquido do exercício		**34.455.157**	**25.746.951**	**34.455.157**	**25.746.951**

Demonstrações do resultado abrangente	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Lucro líquido do exercício	34.455.157	25.746.951	34.455.157	25.746.951
Total do resultado abrangente do exercício	**34.455.157**	**25.746.951**	**34.455.157**	**25.746.951**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Lucro líquido do exercício	34.455.157	25.746.951	34.455.157	25.746.951
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:				
Ganho com equivalência patrimonial	(34.971.443)	(25.181.452)	–	–
Prejuízo líquido proveniente das operações descontinuadas	1.140.681	–	1.140.681	–
Encargos de empréstimos e financiamentos	–	–	339.197	1.999.038
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(284.938)	370.246
Juros de arrendamento mercantil	–	–	413.159	–
Amortização de direito de uso	–	–	1.800.421	–
Despesas com depreciação e amortização	–	–	991.600	616.033
	624.395	**565.499**	**38.855.277**	**28.732.268**
Redução/(aumento líquido) nos ativos				
Contas a receber	–	–	(267.240.624)	49.948.759
Estoques	–	–	(16.269.508)	(14.513.965)
Impostos a recuperar	122	(300)	(2.449.279)	17.951
Outros ativos	13.339	(20.250)	321.743	131.584
Aumento líquido/(redução) nos passivos				
Fornecedores	11.022	–	26.980.384	(83.193)
Obrigações trabalhistas	–	–	211.275	(1.350.273)
Obrigações tributárias	239.502	(48)	(1.507.787)	–
Receita diferida	–	–	12.526.447	–
Dividendos a pagar	–	99.666	–	481.000
Empréstimos a receber	(13.341)	–	–	(31.573)
Outros passivos	–	20.250	(129.766)	–
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**875.039**	**664.817**	**(208.701.838)**	**63.332.558**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos	21.985.999	–	–	–
Aumento (diminuição) nos investimentos	–	3.001.507	(5.907.495)	–
Aquisição de ativo não circulante mantido para venda	(15.067.252)	–	(15.067.252)	–
Aquisição do imobilizado e intangível	–	–	(1.426.294)	(978.347)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**6.918.747**	**3.001.507**	**(22.401.041)**	**(978.347)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação e pagamentos de empréstimos e financiamentos, líquido	–	(6.076)	212.688.649	(25.375.198)
Pagamento de arrendamento mercantil	–	–	(2.213.580)	–
Pagamentos de dividendos	(3.700.961)	(2.497.548)	(3.700.961)	(3.771.360)
Pagamento de juros sobre capital próprio	–	(757.065)	–	(757.065)
Captações e pagamentos de mútuos a partes relacionadas	(55.000)	–	–	(448.941)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(3.755.961)**	**(3.260.689)**	**206.774.108**	**(30.352.564)**
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**4.037.825**	**405.635**	**(24.328.771)**	**32.001.647**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	406.635	1.000	34.030.764	2.029.117
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.444.460	406.635	9.701.993	34.030.764
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**4.037.825**	**405.635**	**(24.328.771)**	**32.001.647**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Sevi Participações S.A. ("Sevi" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23/03/2018, com Sede no Largo Padre Péricles, 145 - sala 171, Barra Funda, São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social atuar como holding de instituições não financeiras. **1.1. Efeitos da pandemia nas Demonstrações Contábeis:** Como previsto, com o isolamento social, a sociedade mudou. As compras on-line tiveram crescimentos surpreendentes e o teletrabalho se mostrou efetivo durante 2020. Desta forma, os serviços de Telecomunicações e Internet que são considerados essenciais, assim como os fornecedores de produtos que viabilizem a instalação de internet, tiveram aumento de demanda e, consequentemente, com impactos positivos nas operações da Sevi Participações. A Sevi Participações também adotou procedimentos com intuito de garantir a segurança de todos, sem perder de vista a responsabilidade e o mínimo de impacto em suas atividades. **2. Resumo das práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação: Declaração de conformidade** (com relação às normas do CPC): As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n° 6.404/76 e alterações posteriores e os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, que estavam vigentes em 31/12/2020. As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 17/12/2021. **27. Evento subsequente: Aquisição da Investida Social Telecomunicações Ltda.:** Em 02/02/2021 a Companhia adquiriu o controle da Social Telecomunicações Ltda. (100% do capital social) por R$ 9.829.412. A adquirida é pessoa jurídica de direito privado, com sua sede na Rua Beatriz Terezinha, n° 195 - Jardim Beatriz - Taboão da Serra - SP, sua principal atividade econômica são serviços de comunicação multimídia - SCM., na data de aquisição ela possuía cerca de 7 mil assinantes recorrentes, e presença robusta na região de Taboão da Serra. Até a emissão destas demonstrações contábeis a avaliação referente a alocação do preço de compra não estava concluída.

A Diretoria — **Confirp Contabilidade Ltda. -** CNPJ: 56.812.993/0001-50 - CRC 2SP014230/O-3

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se no link https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Sevi Participações S.A.

CNPJ nº 30.024.833/0001-53

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)* **(*) Reapresentado (Não auditado)**

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Ativo/Circulante	**Nota**	**2021**	**2020(*)**	**2021**	**2020**
Caixa e equivalentes de caixa	9	11	4.444	4.815	9.702
Contas a receber	10	–	–	346.738	195.380
Estoques	11	–	–	90.438	50.093
Tributos e contribuições a recuperar	12	178	–	6.224	4.873
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	4.877	–
Outros ativos	14	–	–	12.017	709
		189	**4.444**	**465.109**	**260.757**
Ativos não circulantes mantidos para venda	17	28.470	13.927	–	27.698
Não circulante					
Contas a receber	10	–	–	153.801	109.826
Depósitos judiciais		–	–	350	32
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	262	–
IR e CS diferidos	24.b	–	–	3.662	–
Outros ativos	14	–	55	1.602	13
Direito de uso de arrendamento		37	7	6.143	3.370
Investimentos	15	72.540	60.857	–	–
Imobilizado	16	–	–	87.356	2.366
Intangível	18	–	–	137.948	297
		101.047	**74.846**	**391.124**	**143.602**
Total do ativo		**101.236**	**79.290**	**856.233**	**404.359**

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2021**	**2020(*)**	**2021**	**2020**
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos	20	–	–	399.872	128.689
Fornecedores	19	8	11	119.166	70.867
Obrigações trabalhistas		–	–	6.090	617
Obrigações tributárias	21	–	240	12.506	2.262
IR e CS a recolher		–	–	2.615	239
Passivo de arrendamento mercantil		44	–	3.082	2.106
Receita diferida		–	–	1.977	10.902
Dividendos a pagar		94	–	94	164
Outros passivos		242	170	3.887	224
Contas a pagar na aquisição de carteiras		–	–	6.102	–
Provisão para processos judiciais	25	–	–	837	–
Contas a pagar na aquisição de controladas	3.4 e 22	3.195	–	19.265	–
		3.583	**421**	**575.493**	**216.070**
Passivos associados a ativos não circulantes mantidos para venda	17	–	–	–	13.771
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos	20	–	–	142.704	92.578
Obrigações tributárias	21	–	–	6.584	182
Passivo de arrendamento mercantil		–	–	4.711	1.264
Receita diferida		–	–	2.063	1.625
Contas a pagar na aquisição de controladas	3.4 e 22	–	–	25.826	–
Contas a pagar na aquisição de carteiras		–	–	328	–
Outros passivos		–	–	871	–
		–	–	**183.087**	**109.420**
Patrimônio líquido					
Capital social	23	34.635	34.210	34.635	34.210
Reserva de lucros		63.018	44.659	63.018	44.659
		97.653	**78.869**	**97.653**	**78.869**
Total do passivo e patrimônio líquido		**101.236**	**79.290**	**856.233**	**404.359**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Controladora e consolidado)	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31/12/2019		**34.210**	**1.076**	**18.798**	**54.084**
Lucro líquido do exercício		–	–	34.454	**34.454**
Reserva legal	23.3	–	1.723	(1.723)	**–**
Distribuição de lucro	23.2	–	–	(3.762)	**(3.762)**
Ajustes exercícios anteriores		–	–	(5.907)	**(5.907)**
Saldos em 31/12/2020		**34.210**	**2.799**	**41.860**	**78.869**
Aumento de capital	23.1	425	–	–	**425**
Lucro líquido do exercício		–	–	19.728	**19.728**
Reserva legal	23.3	–	989	(989)	**–**
Distribuição de lucro	23.2	–	–	(1.369)	**(1.369)**
Saldos em 31/12/2021		**34.635**	**3.788**	**59.230**	**97.653**

Demonstrações dos resultados	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	26	**–**	**–**	**484.075**	**264.015**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	27	–	–	(383.090)	(192.148)
Lucro bruto		**–**	**–**	**100.985**	**71.867**
Despesas/(receitas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	27	(143)	(159)	(51.926)	(23.643)
Despesas comerciais	27	–	–	(13.774)	(10.089)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	27	–	–	(15.515)	285
Equivalência patrimonial	15	43.763	34.971	18.864	–
Outras receitas operacionais	27	–	–	11.343	4.673
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**43.620**	**34.812**	**49.977**	**43.093**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	14	1.237	18.012	9.874
Despesas financeiras	28	(147)	(51)	(31.949)	(2.654)
		(133)	**1.186**	**(13.937)**	**7.220**
Lucro antes do IR e CS		**43.487**	**35.998**	**36.040**	**50.313**
IR e CS	24	(3)	(403)	(16.312)	(14.718)
Resultado líquido das operações continuadas		**43.484**	**35.595**	**19.728**	**35.595**
Prejuízo líquido proveniente das operações descontinuadas	17	(23.756)	(1.141)	–	(1.141)
Lucro líquido do exercício		**19.728**	**34.454**	**19.728**	**34.454**
Lucro por ação					
Básico e diluído (reais por ação)		30,14	182,07	30,14	182,07

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	19.728	34.454	19.728	34.454
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**19.728**	**34.454**	**19.728**	**34.454**

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidado

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício		**19.728**	**34.454**	**19.728**	**34.454**
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:					
IR e CS corrente e diferido	24	3		16.312	14.718
Encargos de empréstimos e financiamentos	20	145	–	12.852	339
Perda de crédito esperada	10	–	–	15.515	(285)
Bônus de adimplência		–	–	(1.658)	–
Juros de arrendamento mercantil		–	–	519	413
Variação cambial de empréstimos	20	–	–	4.914	–
Ganho com equivalência patrimonial	15	(43.763)	(34.971)	(18.864)	–
Prejuízo líquido proveniente das operações descontinuadas	17	23.756	1.141	–	1.141
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos		–	–	(5.138)	–
Provisão para perda nos estoques	11	–	–	447	–
Amortização de direito uso		14	–	2.005	1.800
Provisão para contingências	25	–	–	811	–
Depreciação e amortização		–	–	9.501	992
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		–	–	(195.365)	(267.241)
Estoques		–	–	(40.792)	(16.270)
Tributos e contribuições a recuperar		(178)	1	(6.224)	(2.449)
Outros ativos		55	13	(2.941)	322
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(3)	11	6.770	26.980
Obrigações trabalhistas		–	–	1.035	211
Obrigações tributárias		(3)	239	(8.970)	(165)
Outros passivos		71	(13)	(8.029)	12.398
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**(175)**	**875**	**(197.572)**	**(192.642)**
Juros pagos	20	(145)	–	(9.555)	(2.938)
IR e CS pagos		(239)	–	(10.818)	(16.060)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(559)**	**875**	**(217.945)**	**(211.640)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Recebimento de dividendos	15	32.080	21.986	–	–
Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido		(6.634)	(15.067)	(25.105)	(15.067)
Aumento (diminuição) nos investimentos		–	–	–	(5.907)
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	(28.470)	–	–	–
Mútuo cedido		–	–	(11.394)	–
Aquisição do imobilizado e intangível	16	–	–	(26.259)	(1.426)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(3.024)**	**6.919**	**(62.758)**	**(22.400)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital	23.1	425	–	425	–
Captação de empréstimos e financiamentos	20	–	–	612.638	325.204
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	20	–	(55)	(333.757)	(109.577)
Pagamento de arrendamento mercantil		–	–	(2.215)	(2.214)
Pagamento de dividendos		(1.275)	(3.702)	(1.275)	(3.702)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(850)**	**(3.757)**	**275.816**	**209.711**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(4.433)**	**4.037**	**(4.887)**	**(24.329)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.444	407	9.702	34.031
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		11	4.444	4.815	9.702
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(4.433)**	**4.037**	**(4.887)**	**(24.329)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Sevi Participações S.A. ("Sevi" ou "Companhia") é uma "Holding", constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23/03/2018, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Yashica, nº 65 - Jardim Gonçalves, Sorocaba - São Paulo. As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo Sevi" ou "Grupo") e compreendem: DPR Telecomunicações Ltda. que é uma sociedade limitada, constituída em 1/02/1995, e tem como objeto social a fabricação, a industrialização e o comércio de produtos destinados à construção e manutenção de redes de serviços na área de telecomunicações, TV a cabo e internet, sua importação e exportação; a Sevi Fiber Tecnologia Eireli que se trata de uma empresa individual de responsabilidade limitada, constituída em 13/10/2016 e tem como objeto social a prestação de serviços nas áreas de informática e o apoio administrativo; e a Azza Telecom Serviços em Telecomunicação S.A., que tem como objetivo a prestação de serviço de telefonia fixa e provedores de acesso a internet, bem como redes de Telecomunicações, Provedores de voz sobre protocolo internet, construção de estações de redes de telecomunicação, serviços de operadoras de televisão por assinatura por cabo, entre outros. **1.1 Impactos da COVID-19:** Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto à época, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que a COVID-19 vem provocando e ainda possa provocar. A Administração avaliou de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. **33. Eventos subsequentes: a. Aumento de Capital Social:** Em 2022 a Sevi Participações realizou aporte de recursos na Azza Telecom no valor de R$ 57.301 a título de adiantamento para futuro aumento de capital, em complemento ao saldo registrado em 2021 de R$ 28.470, totalizando saldo de R$ 85.771, os quais, em 21/01/2023 foi totalmente integralizado mediante emissão de 85.771.462 novas quotas.

A Diretoria — **Confirp Contabilidade Ltda. -** CNPJ: 56.812.993/0001-50 - CRC 2SP014230/O-3

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se no link https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

EXPEDIÇÕES

Pesquisadores do Jardim Botânico do Rio descobrem tipo raro de árvore

Uma espécie nova de árvore frutífera foi encontrada na área do Monumento Natural Municipal da Pedra de Itaocaia, no município de Maricá, região metropolitana do Rio de Janeiro. A descoberta da Siphoneugena carolynae, uma "parente próxima" das jabuticabeiras, foi feita pelos pesquisadores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) Thiago Fernandes e João Marcelo Braga.

O estudo indica que a árvore de 7 metros de altura é única no mundo. Segundo o pesquisador Thiago Fernandes, apenas um único indivíduo da espécie é conhecido, até o momento.

"É a 13ª espécie do gênero Siphoneugena conhecida até hoje. Coletamos com os frutos verdes ainda. Não conhecemos os frutos maduros, mas podemos prever que são semelhantes às jabuticabas (gênero Plinia), já que são parentes próximos", contou em texto divulgado pelo JBRJ.

Thiago Fernandes acrescentou que, desde o século 19, a região tem provocado o interesse de naturalistas, inclusive de Charles Darwin. O naturalista, geólogo e biólogo britânico visitou aquela área em 1832 e se hospedou na histórica Fazenda Itaocaia, onde houve a descoberta da espécie.

Para o pesquisador, trata-se de um avanço para a ciência. "Essa nova descoberta é um passo adiante para o conhecimento pleno da flora da Mata Atlântica, que ainda abriga muitas espécies desconhecidas para a ciência. Além disso, demonstra a importância das áreas protegidas para a conservação dessa e de outras espécies raras e com distribuição restrita", completou.

As expedições de campo no Morro Itaocaia ocorreram entre 2018 e 2023 e, ao longo das fases do desenvolvimento reprodutivo, a espécie foi monitorada periodicamente.

Thiago Fernandes destacou que, desde a graduação, vem realizando estudos com o seu orientador e outros colaboradores e esta não foi a primeira descoberta rara.

"Já fizemos outras descobertas na localidade. Teve uma espécie frutífera que só era conhecida por uma única coleta feita no século 19, que já está no Jardim Botânico em cultivo, e outras duas espécies novas ocorrendo em Itaocaia e Niterói", afirmou.

De acordo com o JBRJ, o nome científico dado à nova árvore foi proposto pelos pesquisadores em homenagem à pesquisadora da Universidade de Brasília Carolyn E. B. Proença, especialista sênior em Myrtaceae. A escolha foi para marcar a longa carreira de contribuições da pesquisadora para a taxonomia e biologia reprodutiva das espécies dessa família. Carolyn E. B. Proença também contribuiu com a discussão sobre a nova espécie.

"O resultado da pesquisa foi divulgado, em julho último, na revista científica Brittonia, publicação do Jardim Botânico de Nova York, uma das mais respeitadas do mundo", informou o JBRJ.

Banco Original S.A.

CNPJ/MF nº 92.894.922/0001-08 - NIRE 35.300.449.878

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 14 de Abril de 2023

Data, Horário e Local: Aos 14/04/2023, às 14hs, na sede social do Banco Original S.A. **Presença:** a totalidade. **Mesa:** José Antônio Batista Costa, Presidente; Carolina Hamaguchi, Secretária. **Convocação:** Dispensada a convocação face ao comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme faculta o artigo 124, § 4°, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1979 ("Lei das S.A."). **Publicações:** As Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração, do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, foram publicados no jornal "Diário Comercial", edição de 30 de março de 2023. **Deliberações:** Colocada a matéria em discussão e posterior votação, restaram unanimemente aprovadas, sem quaisquer reservas ou ressalvas: (i) As demonstrações financeiras (COSIF) e as contas dos administradores da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e suas notas explicativas; (ii) Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **Aprovação da ata e encerramento:** Nada mais. São Paulo, 14/04/2023. **Mesa: José Antonio Batista -** Presidente; **Carolina Hamaguchi -** Secretário/Secretária. **JUCESP** nº 169.137/23-5 em 28/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Outback Steakhouse Restaurantes Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 17.261.661/0001-73 - NIRE 35.300.463.412

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os acionistas da **Outback Steakhouse Restaurantes Brasil S.A.** ("**Companhia**"), cf. Art. 124 da Lei 6.404/76 ("**Lei das S.A.**"), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em **30 de agosto de 2024, às 10:00 horas,** na sede da Companhia, localizada na Av. das Nações Unidas, 12.901, Torre Oeste, Bloco C, 4º andar, conj. 401, Brooklin, CEP 04578-000, São Paulo/SP, para deliberarem sobre as seguintes matérias: **(i)** ratificar e aprovar a aquisição, pela Companhia, e subsequente cancelamento, sem redução do capital social, de suas próprias ações preferenciais das seguintes classes: **MP66** e **MP124**; **(ii)** aprovar a criação da seguinte nova classe de ações preferenciais, de acordo com o plano de expansão da Companhia: **MP162**; **(iii)** aprovar um novo aumento do capital social no valor de até **R$ 180.000,00**, mediante a emissão de novas ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade na distribuição de dividendos fixos; todas pelo preço de emissão de R$ 1,43244 por ação; **(iv)** aprovar a alteração das respectivas cláusulas do Estatuto Social para refletir as deliberações aprovadas pelos acionistas, conforme o caso; e **(v)** aprovar a consolidação do Estatuto Social. Os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. O acionista que desejar ser representado por procurador, na forma do Art. 126, §1º da Lei das S.A., deverá depositar a respectiva procuração na sede da Companhia em até 24 horas antes da realização da assembleia ora convocada. São Paulo, 20 de agosto de 2024. **Mauro Guardabassi Martins** - Diretor.

Consolare Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S/A

CNPJ nº 44.615.216/0001-37

Edital 032/SVMA-CADES/2024

O Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, **Torna Pública** a disponibilização do **Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA)** referente ao empreendimento "**Cemitério Consolação**", no município de São Paulo, sob responsabilidade da Lentz Consultores em Meio Ambiente Ltda. tratado no **Processo Administrativo SEI n° 6027.2024/0013561-5.** O exemplar do Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) está disponível para consulta na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente no endereço situado à Rua do Paraíso, 387 - 1º andar, Paraíso, São Paulo - SP, 04103-000 - de segunda a sexta, das 9h às 17h, telefone: (11) 5187-0361 e também virtualmente através do site oficial da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente com o seguinte link: https://capital.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/eia__rimaeva/170. Para tanto, o referido EVA está à disposição dos interessados para consulta e solicitação de Audiência Pública pelo prazo de 45 dias, em atendimento ao artigo 2º, § único da Resolução nº 177/CADES/2015, de 19 de dezembro de 2015. Maiores informações podem ser obtidas pelos telefones (11) 5187-0361/0302 ou pelo e-mail cades@prefeitura.sp.gov.br.

Azza Telecom Serviços em Telecomunicação S.A.

CNPJ nº 14.813.631/0001-34

Relatório da Administração

Ao longo da trajetória do Grupo Azza, a empresa tem a concepção de levar fibra ótica para todos seus clientes e oferecer o melhor serviço através de tecnologias de última geração disponíveis no mercado, e desta forma agregar valor para os clientes, sejam eles, clientes de varejo (B2C), Pequenas e Médias Empresas (B2B), Órgãos Públicos ou os que buscam soluções inteligentes para o seu negócio. ***Retrospectiva 2022 e desempenho financeiro:*** Em relação ao ano de 2022 o Grupo Azza focou na integração operacional das empresas adquiridas durante o ano de 2021, focando no ganho de sinergia operacional, melhorando o acesso à fibra ótica, proporcionando o melhor serviço possível por meio das mais avançadas tecnologias. Este esforço e trabalho realizado refletiu diretamente na nossa avaliação no site do Reclame Aqui, obtendo um crescimento de 0,9 pontos em relação ao ano anterior, partindo da nota de 7,7 em 2021 para 8,6 em 2022. Desta forma, foi conquistado 23,7 mil novos clientes ao longo de 2022, um crescimento de 20%. O ano de 2022 foi de grande desafio e superação para a empresa, mesmo enfrentando um cenário muito competitivo, nossa empresa reduziu os custos operacionais, melhoramos o desempenho e a saúde financeira da empresa, além de otimizar e priorizar investimentos rentáveis. A margem EBITDA cresceu 14,7 pontos percentuais em relação a 2021, chegando a 45,2% ao final de 2022.

Valores em milhares R$	2022	2021	2022 vs 2021	% 2022 vs 2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(6.177)	(42.510)	36.333	85,5%
(+) Resultado financeiro	19.934	7.608	12.326	
(+) Outras exclusões	–	132	(132)	
EBIT Contábil	13.757	(34.770)	48.527	139,6%
Correção de Metodologia (ISPs) 2021				
(+) Capitalização de materiais aplicados e gastos gerais nas instalações	–	36.015	(36.015)	
(+) Diferimento das comissões de venda	–	556	(556)	
EBIT Contábil	13.757	1.800	11.957	664,3%
Exclusões do EBITDA Contábil				
(+) Depreciação/Amortização	28.063	5.248	22.815	
(+) Aluguel/Arrendamentos	15.655	5.588	10.067	
EBITDA	57.475	12.636	44.839	354,9%
Exclusões do EBITDA ajustado				
(+) Despesas de M&A	–	1.558	(1.558)	
(+) Outras Despesas não recorrentes	–	2.099	(2.099)	
EBITDA ajustado	57.475	16.292	41.183	252,8%
Receita Líquida Operacional	127.170	53.387	73.783	138,2%
Margem EBITDA ajustado	45,2%	30,5%	14,7 p.p.	

Desafios e futuro: O maior desafio neste momento da empresa é oferecer outros serviços agregados aos valores aos nossos clientes, sendo serviços de streaming, cursos, telefonia e antivírus, desta forma estamos direcionando nossos esforços e estratégia na comercialização de novos planos com muito mais serviços agregados ao cliente, também projetamos a continuidade no crescimento de FTTH e FTTA, compreendendo que precisamos aumentar a ocupação nas 44 cidades já atendidas, construindo uma perspectiva otimista na geração de caixa operacional em 2023. Com as ampliações visamos manter e melhorar ainda mais nosso atendimento humanizado, focando no engajamento de nossos times com o objetivo de estabelecer uma conexão à cultura da empresa, realizando ações de endomarketing e pesquisas de clima, com foco para manter ou melhorar o nosso nível de qualidade. O Grupo Azza continua com o compromisso de criar oportunidades para jovens através dos recrutamentos internos, valorizando os colaboradores que estão e vivem a cultura da empresa, em complemento a empresa projetou gratificar os colaboradores que se destacam em cada área como forma de agradecimento pelo empenho e dedicação tanto com os clientes externos como os clientes interno. O ano de 2023 chega repleto de desafios e oportunidades que elevarão o Grupo Azza a ir cada vez mais longe. Estamos construindo projetos e parcerias com Prefeituras, Universidades e Escolas Públicas em lugares mais afastados e carentes visando levar internet de qualidade aos mais necessitados. Em continuidade a empresa segue avançando no planejamento e política focada na preservação do meio ambiente, aumentando em 2023 o foco em logística reversa, para recuperação das ONU's, desta forma, iremos reduzir a necessidade de novas aquisições, reutilizando e recuperando produtos e com isso diminuir o descarte de materiais. O Relatório da Administração inclui informações relacionadas a dados operacionais tais como base de clientes, os quais não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

Luis Vicente - Diretor-Presidente

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	225	1.022	2.322	2.003
Contas a receber	10	1.285	1.609	4.569	4.424
Impostos a recuperar	11	373	52	876	328
Despesas antecipadas		9	10	397	61
Instrumentos financeiros derivativos	29	–	4.415	–	4.415
Despesas antecipadas		695	–	2.370	–
Outros ativos	13	1.284	208	5.958	7.153
Total do ativo circulante		**3.871**	**7.316**	**16.492**	**18.384**
Não circulante					
Mútuo a receber	12	–	11.394	–	–
Depósitos judiciais		267	204	526	318
Outros ativos	13	–	–	1.607	1.602
Total do realizável a longo prazo		**267**	**11.598**	**2.133**	**1.920**
Bens em arrendamento		1.187	1.187	4.504	6.148
Investimentos	14	117.707	84.358	–	–
Imobilizado	15	48.101	33.107	131.034	78.734
Intangível	16	1.929	1.440	90.085	101.782
Total do ativo não circulante		**168.924**	**120.092**	**225.623**	**186.664**
Total do ativo		**173.062**	**139.006**	**244.248**	**206.968**

Passivo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar	17	27.148	22.654	60.778	51.622
Empréstimos e financiamentos	18	24.795	71.975	27.638	77.527
Obrigações sociais e trabalhistas	19	2.175	1.834	5.408	4.448
Obrigações tributárias	20	2.501	2.115	11.450	8.801
Impostos de renda e contribuição social		1	1	5.441	139
Contas a pagar na aquisição de controladas	21	7.280	16.070	7.280	16.070
Contas a pagar na aquisição de carteiras	22	–	70	338	6.102
Passivo de arrendamento		669	297	2.244	1.996
Mútuo a pagar	12	7.556	–	7.556	–
Outras obrigações		17	20	4.065	2.542
Total do passivo circulante		**72.142**	**115.036**	**132.198**	**169.247**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	35.605	3.217	38.186	6.849
Obrigações tributárias	20	2.883	1.327	9.207	6.456
Outras obrigações		–	–	726	871
Mútuo a pagar	12	2.357	–	877	–
Passivo de arrendamento		907	643	2.786	4.035
Provisão para processos judiciais	25	1.439	438	2.235	837
Contas a pagar na aquisição de controladas	21	20.500	25.826	20.500	25.826
Contas a pagar na aquisição de carteiras	22	–	–	304	328
Total do passivo não circulante		**63.691**	**31.451**	**74.821**	**45.202**
Total do passivo		**135.833**	**146.487**	**207.019**	**214.449**
Patrimônio líquido					
Capital social	23.1	10.079	10.079	10.079	10.079
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.3	85.770	28.470	85.770	28.470
Prejuízos acumulados		(58.620)	(46.030)	(58.620)	(46.030)
Total do patrimônio líquido	23	**37.229**	**(7.481)**	**37.229**	**(7.481)**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**173.062**	**139.006**	**244.248**	**206.968**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido — Controladora

	Nota	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Lucros e prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2020		250	–	(3.410)	(3.160)
Aumento de capital	23.1	9.829	–	–	9.829
Prejuízo do exercício		–	–	(42.620)	(42.620)
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.3	–	28.470	–	28.470
Saldos em 31/12/2021		**10.079**	**28.470**	**(46.030)**	**(7.481)**
Prejuízo do exercício		–	–	(12.590)	(12.590)
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.3	–	57.300	–	57.300
Saldo em 31/12/2022		**10.079**	**85.770**	**(58.620)**	**37.229**

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida de serviços	26	36.635	30.436	127.170	53.387
Custos dos serviços prestados	27	(14.804)	(40.273)	(47.170)	(59.034)
Lucro (prejuízo) bruto		**21.831**	**(9.837)**	**80.000**	**(5.647)**
Despesas gerais e administrativas	27	(24.031)	(15.529)	(58.105)	(23.374)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	27	(2.529)	(2.510)	(9.093)	(4.538)
Outras despesas operacionais, líquidas	27	1.648	(407)	955	(1.343)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e tributos sobre o lucro		**(3.081)**	**(28.283)**	**13.757**	**(34.902)**
Receitas financeiras	28	8.852	5.075	9.816	5.260
Despesas financeiras	28	(23.398)	(10.313)	(29.750)	(12.868)
Resultado financeiro líquido		**(14.546)**	**(5.238)**	**(19.934)**	**(7.608)**
Resultado de equivalência patrimonial	14	5.037	(9.099)	–	–
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(12.590)**	**(42.620)**	**(6.177)**	**(42.510)**
Imposto de renda e contribuição social		–	–	(6.413)	(110)
Prejuízo do exercício		**(12.590)**	**(42.620)**	**(12.590)**	**(42.620)**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Prejuízo do exercício	(12.590)	(42.620)	(12.590)	(42.620)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**(12.590)**	**(42.620)**	**(12.590)**	**(42.620)**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		**(12.590)**	**(42.620)**	**(12.590)**	**(42.620)**
Ajustes para:					
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	2.529	2.510	9.093	4.538
Amortização de ágio	14, 16 e 27	–	–	9.183	2.822
Depreciação e amortização	15 e 16	5.555	3.217	18.880	5.248
Juros sobre contas a pagar de aquisição de controladas e carteiras	21 e 22	514	39	514	39
Juros sobre empréstimos provisionados	18	6.566	3.707	7.367	4.529
Juros sobre Mútuo		1.144	–	1.144	–
Provisão para contingências trabalhistas	25	1.001	412	1.398	811
Resultado de equivalência patrimonial	14	(5.037)	9.099	–	–
Imposto de renda e contribuição social		–	–	6.413	110
Variação cambial provisionada	18	(8.517)	4.414	(8.517)	4.414
Instrumentos financeiros derivativos	29	8.900	(4.414)	8.900	(4.414)
Baixa de imobilizado e intangível	15	–	91	251	91
		65	**(23.545)**	**42.036**	**(24.432)**
Variações em:					
Contas a receber		(2.204)	(3.479)	(9.238)	(4.131)
Tributos a recuperar		(321)	(37)	(548)	(55)
Outros ativos		(1.834)	(46)	(80)	(585)
Fornecedores e contas a pagar		4.494	10.867	9.156	10.492
Obrigações trabalhistas e tributárias		2.283	410	6.360	(10.344)
Outras contas a pagar		634	150	377	(442)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**3.117**	**(15.680)**	**48.063**	**(29.497)**
Juros pagos sobre contas a pagar de aquisição de controladas e carteiras	21 e 22	(514)	(39)	(514)	(39)
Juros pagos sobre empréstimos	18	(6.566)	(3.720)	(7.367)	(4.458)
Juros pagos sobre mútuo		(851)	–	(851)	–
Impostos pagos sobre o lucro		–	–	(1.111)	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**(4.814)**	**(19.439)**	**38.220**	**(33.994)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	14	(28.313)	(19.840)	–	–
Mútuos cedidos		–	(11.394)		
Mútuos recebidos		11.394	–	–	(11.394)
Aquisição de imobilizado e intangível	15	(21.038)	(18.434)	(68.917)	(18.934)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(37.957)**	**(49.668)**	**(68.917)**	**(30.328)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	18	61.780	63.345	64.118	64.569
Captação de Mútuo		9.620	–	8.140	–
Recursos destinados à liquidação de derivativos	29	(4.485)	–	(4.485)	–
Pagamentos de contas a pagar de aquisição de controladas e carteiras	21 e 22	(14.186)	(21.892)	(19.904)	(21.212)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	18	(68.055)	(2.535)	(74.153)	(8.243)
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.3	57.300	28.470	57.300	28.470
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**41.974**	**67.388**	**31.016**	**63.584**
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**(797)**	**(1.719)**	**319**	**(738)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9	1.022	2.741	2.003	2.741
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	9	225	1.022	2.322	2.003
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**(797)**	**(1.719)**	**319**	**(738)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: O Grupo Azza é constituído pela empresa controladora Azza Telecom Serviços em Telecomunicação S.A. ("Empresa"), e pelas empresas Infovale Telecom Ltda., Viatec Comércio e Serviços em Tecnologia Ltda., Vianet Telecomunicações e Internet Ltda. e Social Telecomunicações Ltda. A Empresa possui sede na Avenida Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes, nº 3.500 - Além Ponte, Sorocaba - São Paulo, e tem como objetivo o Serviço de telefonia fixa, Construção de estações de redes de telecomunicação, Serviços de Comunicação e Multimídia, Operadoras de Televisão por assinatura por cabo, Provedores de Acesso às redes de Telecomunicações, Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP, Prestação de Serviços de Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, como também, de Computadores e Periféricos, o Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática, o Aluguel de Máquinas e Equipamentos para escritórios, Aluguel de Máquinas e Equipamentos Comerciais e Industriais sem a necessidade de operadores. O Grupo Azza possui mais de 18 filiais nas regiões de Sorocaba, Itupeva, Registro, Vale do Paraíba e Taboão da Serra, totalizando 44 cidades, todas localizadas no Estado de São Paulo. Os serviços ofertados pelas empresas de telecomunicações bem como as tarifas cobradas são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos. O Grupo Azza Telecom, possui licenças de SCM (Serviços de Comunicação Multimídia) além de STFC (Serviços de Telefonia Fixa Comutada). A Empresa adquiriu o controle de outras sociedades durante o exercício de 2021, e as demonstrações financeiras da Empresa abrangem a Empresa e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). A controladora direta e final da Empresa é a Sevi Participações S.A. (Grupo Sevi). **7. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados ao valor justo. **8. Principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. **23. Patrimônio Líquido: 23.1 Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Empresa em 31/12/2022 era de R$ 10.079 (R$ 10.079 em 31/12/2021) e estava representado por 10.079.412 (10.079.412 em 31/12/2021) quotas, nominativas e sem valor nominal. **29. Instrumentos financeiros:** O Grupo realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A Administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

30. Eventos subsequentes: **Aumento de capital social:** Em 21 de janeiro de 2023, o saldo contabilizado a título de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor total de R$ 85.770, foi totalmente integralizado mediante emissão de 85.771.462 novas quotas.

A Diretoria

Confirp Contabilidade Ltda. - CNPJ: 56.812.993/0001-50 - CRC 2SP014230/O-3

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se no link https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

SUSTENTÁVEL

Estado de SP lidera ranking do Centro de Liderança Pública

O estado de São Paulo ocupa o primeiro lugar em um ranking que avalia práticas de desenvolvimento sustentável em estados brasileiros. São Paulo atingiu pontuação máxima na erradicação da pobreza, educação de qualidade, energia limpa e acessível, indústria, inovação e infraestrutura e em cidades e comunidades sustentáveis.

O ranking é uma realização do Centro de Liderança Pública (CLP). Foram analisados 99 indicadores que representam o desempenho das unidades federativas em dez pilares temáticos baseados nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs). São eles: Segurança Pública, Sustentabilidade Social, Infraestrutura, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Inovação, Potencial de Mercado e Sustentabilidade Ambiental.

Os bons resultados colocam São Paulo no caminho das metas propostas pelo SP na Direção Certa. O programa lançado pelo governo neste ano propõe medidas para tornar o estado mais eficiente.

O ODS no qual os estados brasileiros obtiveram pior desempenho foi o de indústria, inovação e infraestrutura. A pontuação média foi de 30,9. São Paulo, enquanto isso, atingiu a marca máxima de 100 pontos.

Azza Telecom Serviços em Telecomunicação S.A.

CNPJ nº 14.813.631/0001-34

Relatório da Administração

Trajetória e Objetivo: Com uma jornada de sete anos marcada pela busca incessante por inovação e tecnologia, a Azza se destaca como pioneira na implementação de soluções em fibra ótica. Desde 2018, a Companhia adotou uma abordagem disruptiva ao lançar sua primeira operação em FTTH, utilizando exclusivamente equipamentos da Nokia. Atualmente, contando com um portfólio integralmente composto por produtos em fibra ótica, a empresa estende sua atuação para 46 cidades distribuídas em quatro grandes regiões do Estado de São Paulo. O objetivo principal da Azza é democratizar o acesso à fibra ótica, proporcionando o melhor serviço possível por meio das mais avançadas tecnologias disponíveis no mercado. Dessa forma, a Companhia visa agregar valor e oferecer as melhores soluções não apenas para seus clientes de varejo (B2C) e Pequenas e Médias Empresas (B2B), mas também para órgãos públicos e todos aqueles que buscam otimizar seus negócios. ***Retrospectiva 2023 e desempenho financeiro:*** O ano de 2023 representou um período de desafios e conquistas significativas para a Azza. A Companhia concentrou seus esforços em projetos estratégicos, destacando-se a incorporação das cinco empresas adquiridas em 2021: Viatec Com. e Serv. de Tecnologia Ltda., Vianet Telecomunicações e Internet Ltda., Infovale Telecom Ltda. e Social Telecomunicações Ltda. Ao longo do ano, todas foram integradas sob uma única marca e entidade: Azza. Em paralelo a esse processo, a Companhia iniciou, em julho de 2023, o Projeto Hermes, visando à implementação do sistema integrado SAP. O objetivo primordial desse projeto era elevar os padrões de governança e controle, e tal meta foi alcançada com sucesso, culminando no Go Live realizado em janeiro de 2024. Os esforços dedicados e o trabalho realizado refletiram positivamente em nossa reputação, como evidenciado pela avaliação de 8,6 no Reclame Aqui nos últimos 12 meses, demonstrando o compromisso contínuo da Azza com a excelência e a satisfação do cliente. Durante o ano de 2023, a Companhia enfrentou um ambiente altamente competitivo, incluindo aumento da concorrência e volatilidade do mercado. No entanto, por meio de medidas específicas, como revisão de processos, renegociação de contratos e foco na eficiência operacional, a Companhia conseguiu reduzir seus custos operacionais, melhorar seu desempenho e fortalecer sua saúde financeira. Além disso, foram realizados investimentos estratégicos em áreas-chave, como atendimento ao cliente e expansão de novas cidades, com foco em oportunidades que ofereciam retornos sólidos para a Companhia. Destaca-se que a margem EBITDA registrou um crescimento significativo de 6,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior, atingindo 43,5% ao término de 2023, refletindo a eficácia das iniciativas implementadas pela Companhia ao longo do ano.

Valores em milhares	2023	2022	% 2023 vs 2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(8.296)**	**2.463**	**-436,8%**
Exclusão da base			
(+) Resultado financeiro	35.742	21.351	67,4%
EBIT Contábil	**27.446**	**23.814**	**15,3%**
Exclusões do EBITDA Contábil			
(+) Depreciação/Amortização e Arrendamentos	32.580	23.303	39,8%
EBITDA	**60.026**	**47.117**	**27,4%**
Receita Líquida Operacional	137.943	127.170	8,5%
Margem EBITDA	**43,5%**	**37,1%**	**6,5 p.p.**

Desafios e futuro: O maior desafio que enfrentamos atualmente é diversificar nossos serviços para agregar mais valor aos nossos clientes. Estamos expandindo nosso leque de ofertas para incluir serviços e TVs via streaming, cursos, telefonia e antivírus. Direcionamos nossos esforços e estratégias para lançar novos planos que ofereçam uma gama mais ampla de serviços aos clientes. Além disso, estamos comprometidos com o contínuo crescimento de nossas operações de FTTH e FTTA, com foco na maximização da ocupação nas 46 cidades em que já atuamos, o que nos leva a antecipar uma perspectiva otimista para a geração de caixa operacional em 2024. Nosso objetivo é manter e aprimorar ainda mais o atendimento personalizado, promovendo o engajamento de nossas equipes e buscando estabelecer uma conexão sólida com a cultura da Companhia. Para isso, implementamos ações de endomarketing e realizamos pesquisas de clima organizacional, com o intuito de manter ou aprimorar nossa qualidade. Continuamos comprometidos em criar oportunidades para jovens talentos por meio de parceria com a Fatec de Registro para a criação da Universidade Azza *(Fiber School)* na região, recrutamento interno, valorizando aqueles colaboradores que incorporam e promovem os valores da nossa Empresa. Além disso, implementamos um programa de reconhecimento para destacar e recompensar os colaboradores que se destacam em suas áreas, como forma de agradecer o seu empenho e dedicação tanto aos clientes externos quanto internos. O ano de 2024 traz consigo desafios e oportunidades que nos impulsionarão a alcançar novos patamares. Estamos desenvolvendo projetos para a expansão em novas cidades, parcerias com prefeituras, universidades e escolas públicas em regiões remotas e carentes, com o objetivo de proporcionar acesso à internet de qualidade para aqueles que mais necessitam. Além disso, continuamos avançando em nosso compromisso com a preservação do meio ambiente, intensificando nossos esforços em logística reversa para recuperar e reutilizar produtos, reduzindo assim a necessidade de novas aquisições e minimizando o descarte de materiais. Essa iniciativa reflete nosso compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental.

Luis Vicente - Diretor-Presidente

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

Ativo/Circulante	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Controladora 01/01/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 01/01/2022
Caixa e equivalentes de caixa	9	462	225	1.022	462	2.322	2.003
Contas a receber	10	3.629	1.285	1.609	3.629	4.569	4.424
Impostos a recuperar	11	268	373	52	268	876	328
IR e CS		549	–	–	549	–	–
Despesas antecipadas		210	9	10	210	397	61
Instrumentos financeiros derivativos	29	–	–	4.415	–	–	4.415
Custos de contrato		5.395	695	–	5.395	2.370	–
Outros ativos	13	3.430	1.284	208	3.430	5.958	7.153
Total do ativo circulante		**13.943**	**3.871**	**7.316**	**13.943**	**16.492**	**18.384**
Não circulante							
Mútuo a receber	12	–	–	11.394	–	–	–
Depósitos judiciais		1.808	267	204	1.808	526	318
Outros ativos	13	1.174	–	–	1.174	1.607	1.602
Total do realizável a longo prazo		**2.982**	**267**	**11.598**	**2.982**	**2.133**	**1.920**
Bens em arrendamento	17.1	19.737	11.788	3.161	19.737	17.211	11.176
Investimentos	14	–	129.712	87.180	–	–	–
Imobilizado	15	139.393	48.101	33.107	139.393	131.034	78.734
Intangível	16	97.460	1.004	1.440	97.460	101.165	104.604
Total do ativo não circulante		**256.590**	**190.605**	**124.888**	**256.590**	**249.410**	**194.514**
Total do ativo		**273.515**	**194.743**	**143.802**	**273.515**	**268.035**	**214.818**

Passivo/Circulante	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Controladora 01/01/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 01/01/2022
Fornecedores e contas a pagar	18	53.472	27.148	22.654	53.472	60.778	51.622
Empréstimos e financiamentos	19	11.598	24.795	71.975	11.598	27.638	77.527
Obrigações sociais e trabalhistas	20	7.643	2.175	1.834	7.643	5.408	4.448
Obrigações tributárias	21	24.601	2.501	2.115	24.601	11.450	8.801
IR e CS		9.574	1	1	9.574	5.441	139
Contas a pagar na aquisição de controladas	22	6.456	7.280	16.070	6.456	7.280	16.070
Contas a pagar na aquisição de carteiras	23	304	–	70	304	338	6.102
Instrumentos financeiros derivativos		513	–	–	513	–	–
Passivo de arrendamento	17.2	5.501	6.052	793	5.501	7.990	3.438
Mútuo a pagar	12	10.607	7.556	–	10.607	7.556	–
Outras obrigações		1.629	17	20	1.629	4.065	2.542
Total do passivo circulante		**131.898**	**77.525**	**115.532**	**131.898**	**137.944**	**170.689**
Não circulante							
Fornecedores e contas a pagar	18	8.655	–	–	8.655	–	–
Empréstimos e financiamentos	19	41.992	35.605	3.217	41.992	38.186	6.849
Obrigações tributárias	21	16.780	2.883	1.327	16.780	9.207	6.456
Outras obrigações		–	–	–	–	726	871
Mútuo a pagar	12	5.094	2.357	–	5.094	877	–
Passivo de arrendamento	17.2	14.052	5.743	2.121	14.052	9.365	7.621
Provisão para processos judiciais	26	2.105	1.439	438	2.105	2.235	837
Contas a pagar na aquisição de controladas	22	16.141	20.500	25.826	16.141	20.500	25.826
Contas a pagar na aquisição de carteiras	23	–	–	–	–	304	328
Total do passivo não circulante		**104.819**	**68.527**	**32.929**	**104.819**	**81.400**	**48.788**
Total do passivo		**236.717**	**146.052**	**148.461**	**236.717**	**219.344**	**219.477**
Patrimônio líquido							
Capital social	24.1	95.851	10.079	10.079	95.851	10.079	10.079
AFAC	24.1	3.330	85.770	28.470	3.330	85.770	28.470
Prejuízos acumulados		(62.383)	(47.158)	(43.208)	(62.383)	(47.158)	(43.208)
Total do patrimônio líquido		**36.798**	**48.691**	**(4.659)**	**36.798**	**48.691**	**(4.659)**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**273.515**	**194.743**	**143.802**	**273.515**	**268.035**	**214.818**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido — Controladora

	Nota	Capital social	AFAC	Lucros e prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021		**10.079**	**28.470**	**(46.030)**	**(7.481)**
Ajuste adoção de novas práticas		–	–	2.822	2.822
Saldo em 01/01/2022		**10.079**	**28.470**	**(43.208)**	**(4.659)**
Prejuízo do exercício		–	–	(3.950)	(3.950)
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.3	–	57.300	–	57.300
Saldo em 31/12/2022		**10.079**	**85.770**	**(47.158)**	**48.691**
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.3	–	3.332	–	3.332
Aumento de capital		85.772	(85.772)	–	–
Prejuízo do exercício		–	–	(15.225)	(15.225)
Saldo em 31/12/2023		**95.851**	**3.330**	**(62.383)**	**36.798**

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de serviços	27	65.185	36.635	137.943	127.170
Custo dos serviços prestados	28	(41.127)	(14.505)	(59.913)	(49.296)
Lucro (prejuízo) bruto		**24.058**	**22.130**	**78.030**	**80.874**
Despesas gerais e administrativas	28	(32.474)	(24.031)	(57.625)	(48.922)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	28	49	(2.529)	169	(9.093)
Outras despesas operacionais, líquidas	28	4.708	1.648	6.872	955
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e tributos sobre o lucro		**(3.659)**	**(2.782)**	**27.446**	**23.814**
Receitas financeiras	29	874	8.852	1.637	9.816
Despesas financeiras	29	(26.903)	(24.240)	(37.379)	(31.167)
Resultado financeiro líquido		**(26.029)**	**(15.388)**	**(35.742)**	**(21.351)**
Resultado de equivalência patrimonial	14	14.463	14.220	–	–
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(15.225)**	**(3.950)**	**(8.296)**	**2.463**
IR e CS	25	–	–	(6.929)	(6.413)
Prejuízo do exercício		**(15.225)**	**(3.950)**	**(15.225)**	**(3.950)**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	(15.225)	(3.950)	(15.225)	(3.950)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**(15.225)**	**(3.950)**	**(15.225)**	**(3.950)**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		**(15.225)**	**(3.950)**	**(15.225)**	**(3.950)**
Ajustes para:					
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(49)	2.529	(169)	9.093
Depreciação e amortização	15, 16 e 17	18.497	7.321	32.580	23.303
Juros sobre contas a pagar de aquisição de controladas	22 e 23	245	514	245	514
Juros sobre empréstimos provisionados	19	7.844	6.566	8.290	7.367
Juros sobre Mútuo		1.106	1.144	1.106	1.144
Provisão para contingências trabalhistas	26	(238)	1.001	(130)	1.398
Resultado de equivalência patrimonial	14	(14.463)	(14.220)	–	–
IR e CS		–	–	6.929	6.413
Variação cambial sobre empréstimos provisionada	19	(401)	(8.517)	(401)	(8.517)
Instrumentos financeiros derivativos	30	891	8.900	891	8.900
Ajuste preço aquisição de controladas		(1.612)	–	(1.612)	–
Juros sobre passivo de arrendamento	17	2.672	795	2.898	1.417
Arrendamento mercantil		43	289	239	(43)
Baixa de imobilizado e intangível	15	874	–	1.323	251
		184	**2.372**	**36.964**	**47.290**
Variações em:					
Contas a receber		224	(2.204)	1.109	(9.238)
Tributos a recuperar		(33)	(321)	59	(548)
Outros ativos		(2.968)	(1.834)	(1.159)	(80)
Fornecedores e contas a pagar		5.232	4.494	1.349	9.156
Obrigações trabalhistas e tributárias		11.505	2.283	20.163	6.360
Outras contas a pagar		(366)	634	(3.162)	376
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**13.778**	**5.424**	**55.323**	**53.316**
Juros pagos sobre contas a pagar de aquisição de controladas e carteiras	22 e 23	–	(514)	–	(514)
Juros pagos sobre empréstimos	19	(8.259)	(6.566)	(8.343)	(7.367)
Juros pagos sobre mútuo		(31)	(851)	(31)	(851)
Juros pagos sobre arrendamentos	17	(1.985)	(528)	(2.152)	(825)
Impostos pagos sobre o lucro		–	–	–	(1.111)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**3.503**	**(3.035)**	**44.797**	**42.648**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Caixa líquido das incorporações de controladas	3	107	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	14	(3.916)	(28.313)	–	–
Dividendos recebidos	14	808	–	–	–
Mútuos recebidos		–	11.394	–	–
Aquisição de imobilizado e intangível	15	(19.111)	(21.038)	(32.798)	(68.917)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(22.112)**	**(37.957)**	**(32.798)**	**(68.917)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	19	10.264	61.780	10.693	64.118
Captação de mútuo		36.250	9.620	6.861	8.140
Pagamentos de mútuos		(2.148)	–	(668)	–
Recursos destinados à liquidação de derivativos	30	(378)	(4.485)	(378)	(4.485)
Pagamentos de contas a pagar de aquisição de controladas e carteiras	22 e 23	(3.816)	(14.186)	(4.154)	(19.904)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	19	(19.415)	(68.055)	(22.473)	(74.153)
Pagamentos de arrendamento mercantil	17	(5.243)	(1.779)	(7.072)	(4.428)
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	3.332	57.300	3.332	57.300
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**18.846**	**40.195**	**(13.859)**	**26.588**
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**237**	**(797)**	**(1.860)**	**319**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9	225	1.022	2.322	2.003
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	9	462	225	462	2.322
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**237**	**(797)**	**(1.860)**	**319**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: O Grupo Azza é constituído pela companhia controladora Azza Telecom Serviços em Telecomunicação S.A. ("Companhia") e pelas empresas Infovale Telecom Ltda., Viatec Comércio e Serviços em Tecnologia Ltda., Vianet Telecomunicações e Internet Ltda. e Social Telecomunicações Ltda. ("Grupo"). O Grupo possui sede na Avenida Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes, nº 3.500 - Além Ponte, Sorocaba - São Paulo, e tem como objetivo o Serviço de telefonia fixa, Construção de estações de redes de telecomunicação, Serviços de Comunicação e Multimidia, Operadoras de Televisão por assinatura por cabo, Provedores de Acesso às redes de Telecomunicações, Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP, Prestação de Serviços de Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, Reparo e Manutenção de Equipamentos de Comunicação, como também, de Computadores e Periféricos, o Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática, o Aluguel de Máquinas e Equipamentos para escritórios, Aluguel de Máquinas e Equipamentos Comerciais e Industriais sem a necessidade de operadores. O Grupo Azza possui mais de 18 filiais nas regiões de Sorocaba, Itupeva, Registro, Vale do Paraíba e Taboão da Serra, totalizando 44 cidades, todas localizadas no Estado de São Paulo. Os serviços ofertados pelas empresas de telecomunicações bem como as tarifas cobradas são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos. O Grupo Azza Telecom possui licenças de SCM (Serviços de Comunicação Multimídia) além de STFC (Serviços de Telefonia Fixa Comutada). A Companhia incorporou as demais empresas durante o exercício de 2023 conforme descrito na nota explicativa 3, e as demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). A controladora direta e final da Companhia é a Sevi Participações S.A. (Grupo Sevi). **4. Base de preparação: Declaração de conformidade com relação às normas contábeis:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Esse é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras preparadas de acordo com o BR GAAP, e o Grupo aplicou o CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Anteriormente o Grupo preparava as demonstrações financeiras de acordo com o CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. O balanço patrimonial de abertura em 1º/01/2022 (data de transição), bem como os saldos correspondentes de 31/12/2022 refletem todos os efeitos da adoção do BR GAAP. Os efeitos da adoção inicial estão apresentados na nota explicativa 31. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 12/06/2024. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **8.1 Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Empresa adotou a divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis. **24 Patrimônio Líquido: 24.1 Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31/12/2023 era de R$ 95.851 (R$ 10.079 em 31/12/2022) e representado por 95.850.875 (10.079.411 em 31/12/2022) quotas, nominativas e sem valor nominal.**30. Instrumentos financeiros:** O Grupo realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A Administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Diretoria

Confirp Contabilidade Ltda. - CNPJ: 56.812.993/0001-50 - CRC 2SP014230/O-3

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Banco Original S/A

CNPJ/MF nº 92.894.922/0001-08 | NIRE 35.300.449.878

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração

Aos 27/04/2023, às 13h, na sede social da Companhia. **Presenças:** Os membros do Conselho de Administração indicados, presentes ao ato e que assinaram o Livro de Atas. **Mesa:** Sr. Márcio Antônio Teixeira Linares (Presidente da Mesa); Sra. Carolina Hamaguchi (Secretário). **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Colocada as matérias em discussão e posterior votação, restou **Unanimemente Aceita e Aprovada,** sem quaisquer reservas ou ressalvas: **(i)** a reeleição de todos os membros da Diretoria da Companhia, para um mandato de 03 anos, até a posse dos que forem eleitos em Ata de Reunião do Conselho de Administração de abril de 2026, passando a Diretoria a ter a seguinte composição: o Sr. **José Antonio Batista Costa,** RG n° 59.612.809-5 SSP/SP, CPF/MF n° 698.552.421-49, nomeado para o cargo de *Diretor Presidente*; o Sr. **Luiz Meneguetti,** RG n° 13.949.843-6 SSP/SP, CPF/MF n° 100.623.498-56, nomeado para o cargo de *Diretor Executivo;* o Sr. **Augusto Ribeiro Junior,** RG n° 58.797.108-3, SSP/SP, CPF/MF n° 888.162.309-91; o Sr. **Luiz Antonio Fernandes Caldas Morone,** RG n° 65592153-SSP/SP, CPF/MF n° 050.903.538-83; o Sr. **Simão Luiz Kovalski,** RG n° 2014061 SSP/DF, CPF/MF n° 517.714.970-68; o Sr. **Edson Rogério da Costa,** RG n° 39.851.788-5 SSP/SP, CPF/MF n° 510.309.260-34; o Sr. **Marcelo Lo Duca Cerrano,** RG n° 19.586.256-9 SSP/SP, CPF/MF n° 143.848.888- 21; e o Sr. **Fernando Abe Ohara,** RG n° 26.129.602-4 (SSP/SP), CPF n° 263.126.068-64, este último sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil, todos nomeados para o cargo de *Diretor sem designação específica*; todos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo. Os Diretores ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante a assinatura do respectivo termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, arquivado na sede da Companhia, após a homologação pelo Banco Central do Brasil e nos termos do artigo 149 da Lei das S.A., declarando, sob as penas da lei, o reconhecimento das disposições do artigo 147 da Lei das S.A. cumprirem os requisitos legais para integrarem a Diretoria e não estarem impedidos de exercer cargos de gestão de negócios, por lei especial, em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos da mesma, como resultado de uma sanção que proíbe, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou como resultado por cometerem um crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (ii) a destituição do cargo de Auditor Interno, a partir desta data e em conformidade com a Resolução BCB n° 93, o Sr. **Edson Tognotti,** CPF n° 350.343.708-83, domiciliado profissionalmente em São Paulo/SP. (iii) a nomeação para o cargo de Auditor Interno, a partir desta data e em conformidade com a Resolução BCB n° 93, o Sr. **Jailton Donasan,** CPF n° 648.872.869-53, domiciliado profissionalmente em São Paulo/SP. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais. **JUCESP** nº 302.782/23-0 em 26/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Recepta Biopharma S.A.

CNPJ/ME nº 07.896.151/0001-19 - NIRE 35.300.329.287

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 24 de Abril de 2024

Dia 24/04/2024, às 14h30, em ambiente virtual, na sede, com a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** José Fernando Perez - Presidente e Gabriel Luiz Oliva Perez, Secretário. **Deliberações Unânimes:** 1. Aprovaram o relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023; 2. Destinaram o prejuízo no valor de R$ 287.515 apurado no exercício social encerrado em 31.12.2023 à conta de prejuízos acumulados. 3. Aprovaram, nos termos do artigo 20(a)(iv) do Estatuto Social da Companhia, a remuneração global anual do administrador para o exercício social de 2024, no valor de R$ 471.610,32, cuja alocação será definida pelo Conselho de Administração. A remuneração global, neste ato aprovada, levou em consideração as condições atuais e previsão de fluxo de caixa da Companhia para o exercício de 2024. Ficou decidido, ainda, que na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025 para aprovação das contas referentes ao exercício social de 2024, os acionistas irão avaliar a compensação da perda inflacionária incidente na remuneração global anual do administrador referente ao período de 01/04/2018 a 31/03/2025. 4. Com abstenção dos acionistas Inova Empresa Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que votou apenas e favoravelmente à reeleição de Thiago Brandão da Cunha e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que votou apenas e favoravelmente à eleição de Luciana Lages Tito, os acionistas presentes aprovaram a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato a se encerrar em 30/04/2025 ou a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o exercício social a encerrar-se em 31/12/2024, o que ocorrer por último, e que tomam posse de seu cargo mediante a assinatura do Termo de Posse constante no Anexo I. (a) Gabriel Luiz Oliva Perez, RG nº 27.681.768-0, SSP/SP, CPF/ME nº 312.818.408-90, por indicação do acionista PR&D Biotech Ltda.; (b) Jovelino Carvalho Mineiro Filho, RG nº 4.275.384 SSP/SP, CPF/ME nº 759.796.248-72, por indicação do acionista Ouro Preto Participações S.A.; (c) Jonathan Charles Alexander Skipper, passaporte estadunidense nº 512067249, por indicação do acionista Ludwig Institute for Cancer Research Ltd.; (d) Stephen Charles O'Sullivan, RG nº 37.989.194-3 SSP/SP, CPF/ME nº 213.519.338-09, por indicação do acionista Ludwig Institute for Cancer Research Ltd.; (e) Bento Abreu Sodré de Carvalho Mineiro, RG nº 32.222.000-2 SSP SP e CPF/ME sob o nº 350.225.008-17, por indicação do acionista Ouro Preto Participações S.A.; (f) Luciana Lages Tito, brasileira, OAB/RJ, 88.843, CPF/ME nº 045.452,517-65, por indicação do acionista BNDES Participações S.A. - BNDESPAR; e (g) Thiago Brandão da Cunha, RG nº 12.553.871-0 IFP/RJ, e CPF/ME nº 112.993.117-09, por indicação do acionista Inova Empresa Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. 4.1. Os membros do Conselho de Administração da Companhia ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do artigo 147 da Lei das S.A.; (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das S.A.; e (iii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente com a Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das S.A. Nada mais. **Mesa:** Presidente - José Fernando Perez; Secretário - Gabriel Luiz Oliva Perez. **JUCESP** nº 296.889/24-6 em 02/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Rocha Ventures do Brasil Participações Ltda.

CNPJ 50.156.444/0001-99

Ata de Reunião dos Sócios - Redução de Capital

Data, Hora e Local: Em 13 de Agosto de 2024, em razão de combinação prévia, reuniram-se às 12h, na sede da sociedade - Rua Turiassú, 127, Conjunto 142, CEP 05005001 - São Paulo - Capital, os únicos sócios da sociedade, em primeira convocação. **Presenças:** Presentes os quotistas representando a totalidade do capital social da **Rocha Ventures do Brasil Participações Ltda.,** nomeadamente, **Rocha Ventures LLC; José Francisco da Riva Garcia; Claudio Rodrigues Perigo de Souza; Wesley João de Oliveira,** conforme assinaturas ao final desta ata. **Convocação:** Dispensada a publicação de Editais, com base nos termos do Estatuto Social da Sociedade e legislação aplicável. **Ordem do Dia:** Redução de Capital. **Composição da Mesa:** Assumiu a presidência da reunião, por aclamação, o sócio quotista **Wesley João de Oliveira,** CI/RG nº 2.324.791 SSP/GO e CPF/MF nº 414.209.931-00, residente e domiciliado na cidade de Anápolis/GO, quem para secretariá-lo convidou o sócio quotista **José Francisco da Riva Garcia,** RG nº 5.557.358-7 SSP-SP e inscrito no CPF sob o nº 761.883.708-25, residente e domiciliado em São Paulo/SP. **Deliberações:** Constituída a Mesa, declarou o senhor Presidente instalada a reunião e determinou o início dos trabalhos vinculados à ordem do dia. **Quanto à ordem do dia**, após as considerações dos sócios quotistas presentes, e da própria sociedade, ficou aprovado, por unanimidade, a redução do capital da sociedade, considerado excessivo em relação ao seu objeto social, por intermédio do cancelamento da totalidade das quotas existentes em tesouraria, correspondente a 770.000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada quota. Com base nas deliberações dos sócios quotistas o capital da sociedade que era de R$ 1.070.000,00 passou a ser de R$ 300.000,00, assim distribuído entre os sócios: **Rocha Ventures LLC -** 237.000 quotas - R$ 237.000,00 - 79%; **José Francisco da Riva Garcia -** 3.000 quotas - R$ 3.000,00 - 1%; **Wesley João de Oliveira -** 30.000 quotas - R$ 30.000,00 - 10%; **Claudio Rodrigues Perigo de Souza -** 30.000 quotas - R$ 30.000,00 - 10%. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da mesa indicou aos presentes que após a publicação desta ata a sociedade fará o registro de alteração contratual consolidada com a atualização do capital no prazo de 90 dias. Em ato contínuo o presidente da reunião, secretário e demais sócios presentes assinaram o documento para sua publicação.

Colégio Brasil-Europa S.A.

CNPJ 60.758.513/0001-98

Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

São convidados os Srs. Acionistas a reunirem-se em AGE à Rua Demóstenes 1.209 - Campo Belo, Capital, em 27/09/2024 às 9h a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Distribuição de dividendos extraordinária; b) Outros assuntos de interesse social. Encontram-se à disposição dos acionistas os documentos a que se referem o artigo 133, Lei 6.404/76.

Inês Helena Reingenheim - Diretora Presidente

MILENIO CAPITAL

Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda.

CNPJ nº 16.804.280/0001-20

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais (R$)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	2023	2022
Ativo circulante			(Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.980.248	1.900.715
Contas a receber	5	2.830.408	–
Adiantamentos		5.105	6.879
Impostos a recuperar		2.426	553
		8.818.187	**1.908.147**
Ativo não circulante			
Depósitos e cauções		68.163	68.163
Investimentos	6	27.838	792.151
Imobilizado	7	401.627	496.237
Intangível		5.572	7.026
		503.200	**1.363.577**
Total do ativo		**9.321.387**	**3.271.724**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2023	2022
Passivo circulante			(Não auditado)
Empréstimos e financiamentos		–	15.773
Obrigações tributárias	8	857.787	400.880
Obrigações trabalhistas	9	1.147.875	46.903
Dividendos a pagar		4.164.222	–
Contas a pagar		69.360	160.473
		6.239.244	**624.029**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		562.000	150.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	412.000
Lucros acumulados		2.520.143	2.085.695
		3.082.143	**2.647.695**
Total do passivo e patrimônio líquido		**9.321.387**	**3.271.724**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	**150.000**	**412.000**	**178.098**	**740.098**
Lucro líquido do exercício	–	–	6.951.319	6.951.319
Dividendos distribuídos	–	–	(5.043.722)	(5.043.722)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	**150.000**	**412.000**	**2.085.695**	**2.647.695**
Aumento de capital social	412.000	(412.000)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	12.111.161	12.111.161
Dividendos distribuídos	–	–	(11.676.713)	(11.676.713)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**562.000**	–	**2.520.143**	**3.082.143**

Demonstrações dos Resultados

	Notas	2023	2022
			(Não auditado)
Receita operacional líquida	12	**24.398.393**	**14.751.225**
Despesas operacionais			
Com pessoal	13	(6.183.519)	(4.347.607)
Gerais e administrativas	14	(2.771.677)	(2.743.858)
Tributárias		(63.219)	(75.963)
Resultado de equivalência patrimonial		(764.313)	922.155
Outras receitas (despesas) operacionais		10.000	(4)
		(9.772.728)	(6.245.277)
Lucro antes do resultado financeiro		**14.625.665**	**8.505.948**
Resultado financeiro líquido	15	439.586	203.415
Lucro antes dos impostos		**15.065.251**	**8.709.363**
Imposto de renda e contribuição social	16	(2.954.090)	(1.758.044)
Lucro líquido do exercício		**12.111.161**	**6.951.319**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	2023	2022
		(Não auditado)
Lucro líquido do exercício	**12.111.161**	**6.951.319**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**12.111.161**	**6.951.319**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(Não auditado)
Lucro líquido do exercício	**12.111.161**	**6.951.319**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido dos exercícios com os recursos provenientes das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	167.919	40.045
Baixa líquida de ativo imobilizado	–	80.014
Equivalência patrimonial	–	(792.155)
Perdas com investimentos	764.313	4
	13.043.393	**6.279.227**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Contas a receber	(2.830.408)	–
Adiantamentos	1.774	(6.878)
Impostos a recuperar	(1.873)	–
Depósitos e cauções	–	(57.663)
Obrigações tributárias	456.907	47.408
Obrigações trabalhistas	1.100.972	(16.404)
Dividendos a pagar	4.164.222	–
Contas a pagar	(91.113)	99.965
Caixa gerado nas atividades operacionais	**15.843.874**	**6.345.655**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(71.855)	(384.089)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(71.855)**	**(384.089)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de lucros	(11.676.713)	(5.043.722)
Empréstimos e financiamentos	(15.773)	(24.905)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(11.692.486)**	**(5.068.627)**
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes	**4.079.533**	**892.939**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.900.715	1.007.776
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5.980.248	1.900.715
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes	**4.079.533**	**892.939**

Notas Explicativas dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 - Em reais (R$)

1. Contexto operacional

A Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda. ("Milênio Capital" ou "Empresa") é uma Sociedade empresária limitada, fundada em 04 de setembro de 2012 com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, com filial no Rio de Janeiro. Atualmente, a atividade e objetivos da Milênio Capital englobam a gestão de títulos e valores mobiliários de terceiros, inclusive dos serviços inerentes à estruturação dos fundos de investimentos ou carteiras de crédito, assim como a execução, implantação e monitoramento de políticas de investimento, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Sua investida, a Pipo Holding S.A. é detentora de quase a totalidade de cotas da gestora de recursos Pipo Capital Ltda., gestora que atua na gestão de fundos de terceiros, oferecendo acesso a investimentos alternativos, como Venture Capital (VC).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis: As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 - RI), que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram autorizadas e aprovadas para emissão pela administração da Empresa em 24 de julho de 2024. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultados. **2.3 Moeda funcional:** A moeda funcional da Empresa é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa opera. As principais fontes geradoras de caixa e despesas são originadas em R$ (reais), desta forma considera-se como moeda funcional a moeda local - R$ (reais). Todas as informações financeiras apresentadas em reais tiveram os centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação de políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para perdas esperadas, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valor significativamente divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo descrito o contrário. **3.1 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos, assim como fornecedores e contas a pagar. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados, conforme descrevemos a seguir. **(i) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal, quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se as Entidades gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Entidade. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa não possuía instrumentos financeiros derivativos e consequentemente também não adotou a prática de Hedge Accounting. **(ii) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda. A Empresa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente o valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros da Empresa incluem: caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4), classificados ao valor justo por meio do resultado, contas a receber (nota explicativa nº 5) e adiantamentos, classificados como empréstimos e recebíveis. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Empresa transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Empresa transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo. Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos a um ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com o ativo. Nesse caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Empresa manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Empresa, dos dois o menor. **(iii) Passivos financeiros:** Os principais passivos financeiros da Empresa incluem: contas a pagar e dividendos a pagar, que estão classificados como subsequentemente ao custo amortizado. **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. **Empréstimos e financiamentos:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **(iv) Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2 Ajuste a valor presente:** A administração analisa suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, considerando a relevância dos saldos e transações, para identificação e mensuração de possíveis ajustes a valor presente. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Empresa não efetuou nenhum ajuste desta natureza. **3.3 Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas pelo princípio da competência dos exercícios. **3.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamentos de obrigações de curto prazo e não para fins de investimentos ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa, ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação do valor justo de mercado. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e as aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **3.5 Contas a receber:** São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. **3.6 Ativo imobilizado:** O imobilizado está registrado ao custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e os respectivos valores residuais. **3.7 Avaliação do valor recuperável dos ativos ("impairment"):** A Empresa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. Em 2023 e 2022 a Empresa não identificou eventos que indicassem a deterioração ou perda de valor recuperável sobre seus ativos financeiros e não financeiros. **3.8 Obrigações tributárias:** As obrigações tributárias são montantes de tributos retidos de terceiros e devidos por conta de pagamentos a fornecedores, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. **3.9 Obrigações trabalhistas e encargos sociais:** Obrigações com pessoas são valores devidos por conta de serviços prestados por pessoal interno, inclusive diretores e/ou administradores, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Os encargos trabalhistas são montantes devidos por conta de pagamentos a prestadores e/ou a pessoal interno, inclusive diretores e/ou administradores, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. **3.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou líquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.11 Provisão para contingência:** As provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação presente legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para líquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita **3.12 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo lucro presumido e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 60.000 trimestral para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2023	2022
		(Não auditado)
Bancos conta movimento	10	199
Aplicações financeiras	5.980.238	1.900.516
	5.980.248	**1.900.715**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósitos Bancarios - "CDB", e possuem liquidez imediata. A receita gerada por esses investimentos é registrada como receita financeira.

5. Contas a receber

	2023	2022
		(Não auditado)
Contas a receber de clientes	2.830.408	–
	2.830.408	**–**

O saldo desta conta é oriundo da receita de prestação de serviços da Empresa e foi recebido integralmente em janeiro de 2024.

6. Investimentos

	Participação%	2023	2022
			(Não auditado)
Pipo Capital Gestão de Investimentos Ltda.	49,99%	–	792.151
Pipo Holding S.A.	18,56%	27.838	–
		27.838	**792.151**

Em maio de 2023, a Empresa transferiu sua participação de 74.996 quotas (setenta e quatro mil, novecentas e noventa e seis) na Pipo Capital, que representava 49,99% (quarenta e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) de participação na empresa e estava avaliada pelo método de equivalência patrimonial, com valor contábil de R$ 717.154,91 (setecentos e dezessete mil, cento e cinquenta e quatro reais e noventa e um centavos), para a Pipo Holding, representando 18,56% de participação da nova companhia, com valor contábil de R$ 27.838 (vinte e sete mil oitocentos e trinta e oito reais). Essa transação resultou em uma perda de R$ 764.314, com impacto contábil no resultado da Milênio Capital do exercício de 2023.

Movimentação do exercício de 2023:

Descrição	2022	Transferência	Baixa	2023
	(Não auditado)			
Pipo capital	792.151	(27.838)	(764.313)	–
Pipo Holding	–	27.838	–	27.838
	792.151	**–**	**(764.313)**	**27.838**

Movimentação do exercício de 2022:

Descrição	2021	Equivalência patrimonial	Baixa	2022
	(Não auditado)			(Não auditado)
Pipo capital	75.000	717.155	(4)	792.151
	75.000	**717.155**	**(4)**	**792.151**

7. Imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido 2023	Valor líquido 2022 (Não auditado)
Móveis e utensílios	10%	39.763	(10.197)	29.566	23.057
Máquinas e equipamentos	10%	23.556	(9.688)	13.868	16.224
Equipamentos de comunicação	20%	551	(486)	65	175
Equipamentos de informática	20%	411.331	(163.539)	247.792	275.063
Benfeitorias em imóveis de terceiros	39%	206.884	(96.548)	110.336	181.718
		682.085	**(280.458)**	**401.627**	**496.237**

Movimentação do exercício de 2023:

Descrição	2022	Adições	Baixas	2023
	(Não auditado)			
Móveis e utensílios	30.067	9.696		39.763
Máquinas e equipamentos	23.556	–	–	23.556
Equipamentos de comunicação	551	–	–	551
Equipamentos de informática	362.016	49.315	–	411.331
Benfeitorias em imóveis de terceiros	214.870	12.844	(20.830)	206.884
	631.060	**71.855**	**(20.830)**	**682.085**
Depreciação acumulada	(134.823)	(166.465)	20.830	(280.458)
	496.237	**(94.610)**	**–**	**401.627**

Movimentação do exercício de 2022:

Descrição	2021	Adições	Baixas	2022
	(Não auditado)			(Não auditado)
Móveis e utensílios	74.420	–	(44.353)	30.067
Instalações	6.537	–	(6.537)	–
Máquinas e equipamentos	28.296	–	(4.740)	23.556
Equipamentos de comunicação	11.522	–	(10.971)	551
Equipamentos de informática	254.915	182.781	(75.680)	362.016
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33.530	194.040	(12.700)	214.870
	409.220	**376.821**	**(154.981)**	**631.060**
Depreciação acumulada	(169.987)	(79.772)	114.936	(134.823)
	239.233	**297.049**	**(40.045)**	**496.237**

8. Obrigações tributárias

	2023	2022
		(Não auditado)
IRPJ e CSLL a recolher	667.671	327.113
PIS a recolher	17.841	6.841
COFINS a recolher	82.345	31.574
ISS a recolher	54.897	21.049
Outros impostos	35.033	14.303
	857.787	**400.880**

9. Obrigações trabalhistas

	2023	2022
		(Não auditado)
Salários a pagar	59.789	–
PLR a pagar	866.000	–
Férias e encargos	157.599	–
INSS a recolher	51.795	37.677
FGTS a recolher	12.692	9.226
	1.147.875	**46.903**

10. Provisão para contingências

A Empresa não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo na esfera cível, trabalhistas ou tributária, consequentemente, não existe provisão para cobrir eventuais riscos.

11. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito da Empresa era de R$ 562.000 (R$ 150.000 em 2022), representados por 562.000 (150.000 em 2022) de quotas no valor nominal de R$ 1 (um real) cada uma.

12. Receita operacional líquida

As receitas de prestação de serviços referem-se aos serviços de gestão de fundos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa fazia a gestão de 32 fundos de investimentos, totalizando um patrimônio líquido sob gestão de R$ 3.073.776.897.

	2023	2022
		(Não auditado)
Receita com prestação de serviços	25.859.451	15.634.577
(–) Impostos sobre serviços		
PIS	(517.188)	(101.625)
COFINS	(775.784)	(469.037)
ISS	(168.086)	(312.690)
	(1.461.058)	**(883.352)**
	24.398.393	**14.751.225**

13. Despesas com pessoal

	2023	2022
		(Não auditado)
Participação nos lucros	(2.311.346)	(813.088)
Salários e ordenados	(1.128.933)	(1.144.340)
Assistência médica	(669.588)	(514.209)
Despesas com alimentação	(496.085)	(447.377)
INSS	(381.060)	(405.467)
		(Não auditado)
Estágio	(298.518)	(283.459)
Férias	(260.852)	(114.592)
Pró-labore administração	(247.080)	(241.210)
FGTS	(119.946)	(115.008)
Vale-Transporte	(111.765)	(114.454)
13° Salário	(96.644)	(107.368)
Prêmios e gratificações	(55.867)	(41.167)
Indenizações/aviso prévio	(5.835)	(5.868)
	(6.183.519)	**(4.347.607)**

14. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
		(Não auditado)
Serviços prestados por terceiros	(1.460.716)	(1.221.246)
Aluguéis e condomínio	(545.865)	(648.279)
Despesas com Internet	(253.289)	(223.855)
Depreciação e amortização	(167.919)	(120.059)
Seguros	(68.432)	(1.100)
Honorários contábeis	(62.290)	(51.010)
Conservação/manutenção	(51.640)	(12.011)
Viagens e estadas	(42.026)	(100.030)
Refeições e lanches	(15.874)	(23.689)
Assinaturas	(9.306)	(51.945)
Outras despesas	(94.320)	(290.634)
	(2.771.677)	**(2.743.858)**

15. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		(Não auditado)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	484.064	238.240
	484.064	**238.240**
Despesas financeiras		
juros sobre pagamentos em atraso	(26.765)	(17.675)
Juros e despesas bancárias	(4.601)	(4.436)
IOF	(13.112)	(12.714)
	(44.478)	**(34.825)**
	439.586	**203.415**

16. Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
		(Não auditado)
Receita bruta de serviços	25.859.451	15.634.577
	25.859.451	**15.634.577**
Base de cálculo		
Serviços - alíquota 32%	8.275.024	5.003.065
Receita financeira - alíquota 100%	484.064	238.240
Base do Imposto	**8.759.088**	**5.241.305**
Imposto de renda à alíquota de 15%	1.313.863	786.196
Adicional de imposto de renda - 10%	851.909	500.130
Total do imposto de renda	**2.165.772**	**1.286.326**
Contribuição social à alíquota de 9%	**788.318**	**471.718**
Imposto de renda e contribuição social	**2.954.090**	**1.758.044**

17. Gestão de riscos

A Empresa é exposta através de suas operações aos seguintes riscos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez. Como todos os outros negócios, a Empresa está exposta a riscos decorrentes da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos da Empresa para gerenciar esses riscos e os métodos usados para medi-los. Mais informações quantitativas sobre esses riscos são apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras. Objetivos Gerais, Políticas e Processos: A Administração tem responsabilidade geral pela determinação dos objetivos e políticas de gerenciamento de riscos da Empresa e mantém a responsabilidade final por eles. Ela delegou a autoridade para projetar e operar processos que assegurem a efetiva implementação dos objetivos e políticas para a função de finanças da Empresa. O objetivo geral da Administração é estabelecer políticas que busquem reduzir o risco, na medida do possível, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Empresa. Mais detalhes sobre estas políticas são apresentados a seguir. **a) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de perda financeira para a Empresa se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros potencialmente sujeitos ao risco de crédito para a Empresa consistem principalmente em caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com instituições financeiras de crédito respeitável e podem ser resgatados mediante demanda. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição de crédito máxima. Todo o caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos brasileiros de primeira linha. **b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Empresa não possa cumprir suas obrigações financeiras à medida que elas venham a ser devidas. A política da Empresa é assegurar que ela sempre terá dinheiro suficiente para permitir que ele cumpra suas obrigações quando se tornarem exigíveis, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscando danos à reputação da Empresa. A chave para o sucesso na gestão de liquidez é o grau de certeza nas projeções de fluxo de caixa. Se os fluxos de caixa futuros forem bastante incertos, o risco de liquidez aumenta. A Empresa monitora o risco de escassez de recursos monitorando as datas de vencimento dos passivos financeiros existentes. Os passivos financeiros da empresa são compostos por obrigações comerciais e outras contas a pagar, obrigações trabalhistas e tributárias.

Diretoria
Fabrizzio Sollito Marchetti - Diretor

Sandras Contabilidade & Consultoria Empresarial Ltda.
CRC: 004874/0-5
Sandra Coutinho - Contadora - CRC: 076536/0-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e quotistas - **Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda.** São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, a Empresa registrou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, receita líquida de prestação de serviços no montante de R$ 24.398.393 (R$ 14.751.225 em 31 de dezembro de 2022). A Empresa contabilizou suas receitas pelo regime de caixa até o mês de julho de 2023, em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais determinam que os referidos registros devem ser realizados pelo regime de competência dos exercícios. Do total de receitas reconhecidas dentro do exercício de 2023, o montante da receita líquida de serviços prestados de R$ 1.645.767 é de competência do exercício anterior. Dessa forma, a demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a maior e o patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a menor, naquele montante. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos:** *Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:* As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empesa. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de julho de 2024

Crowe Macro Auditores Independentes - CRC 2SP033508/O-1
Rogério Guimarães - Contador - CRC1SP336932/O-3
Fábio Debiaze Pino - Contador - CRC1SP251154/O-9

GL HOLDINGS S/A

CNPJ nº 53.728.895/0001-41

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM REAIS)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2023	2022
CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	704.186	457.457
Aplicações Financeiras	10.312.205	36.679.979
JSCP a Receber	273.046	10.558.736
Impostos a Recuperar	2.868.186	1.977.131
	14.157.623	**49.673.303**
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos entre Partes	20.597.000	–
	20.597.000	**–**
PERMANENTE		
INVESTIMENTOS		
Empresas Controladas	349.144.548	290.365.286
IMOBILIZADO	60.556	74.622
INTANGÍVEL	620	620
	349.205.724	**290.440.528**
TOTAL DO ATIVO	**383.960.347**	**340.113.831**

PASSIVO	2023	2022
CIRCULANTE		
Fornecedores	4.415	22.494
Obrigações Tributárias	274.622	159.690
Credores Diversos	284.969	220.784
Dividendos a Pagar	65.042.553	60.987.658
	65.606.559	**61.390.627**
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos Exterior	56.606.667	56.326.667
	56.606.667	**56.326.667**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	138.325.425	138.325.425
Reserva de Capital	4.322.023	4.322.023
Reserva de Reavaliação	1.026.215	1.026.215
Reserva de Lucros	118.073.459	78.722.876
	261.747.121	**222.396.538**
TOTAL DO PASSIVO	**383.960.347**	**340.113.831**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2023	2022
RECEITAS		
Equivalência Patrimonial	92.623.725	157.717.179
	92.623.725	**157.717.179**
DESPESAS		
Equivalência Patrimonial	(103)	(98)
Administrativas	(7.991.594)	(7.724.608)
Depreciação	(16.445)	(17.946)
	(8.008.143)	**(7.742.651)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**84.615.582**	**149.974.528**
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras	6.761.789	7.793.247
Despesas Financeiras	(2.031.886)	(9.371.190)
Outras Receitas Operacionais	–	501.085
	4.729.903	**(1.076.857)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**89.345.485**	**148.897.670**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reserva de Capital: Reserva de Inc. Fiscais	Reserva de Capital: Reserva Especial	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Lucros a Realizar	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**138.325.425**	**248**	**4.321.774**	**1.026.215**	**9.111.331**	**713.874**	**–**	**153.498.868**
Lucro do Exercício	–	–	–	–	–	148.897.670		**148.897.670**
Constituição da Reserva Legal 2022	–	–	–	–	7.444.884	(7.444.884)	–	**–**
Dividendos Distribuídos	–	–	–	–	–	(80.000.000)	–	**(80.000.000)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**138.325.425**	**248**	**4.321.774**	**1.026.215**	**16.556.215**	**62.166.660**	**–**	**222.396.538**
Lucro do Exercício	–	–	–	–	–	89.345.485	–	**89.345.485**
Ajustes de Exercícios Anteriores	–	–	–	–	–	5.098	–	**5.098**
Constituição da Reserva Legal 2023	–	–	–	–	4.467.274	(4.467.274)	–	**–**
Dividendos Distribuídos	–	–	–	–	–	(50.000.000)	–	**(50.000.000)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**138.325.425**	**248**	**4.321.774**	**1.026.215**	**21.023.489**	**97.049.969**	**–**	**261.747.121**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	89.345.485	148.897.670
AJUSTES NAS CONTAS NA DRE QUE NÃO AFETAM O CAIXA		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(92.623.622)	(157.717.081)
Depreciação e Amortização	16.445	17.946
VARIAÇÕES NAS CONTAS DE ATIVO E PASSIVO OPERACIONAL		
Aumento de Contas a Pagar	46.106	26.254
Aumento de Impostos e Tributos	114.931	(7.807)
Aumento de Contas a Receber - Empresas Associadas	(20.597.000)	–
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(23.697.654)	(8.783.018)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	2.720	–
Dividendos Recebidos a Crédito com Investimentos	33.844.360	40.204.984
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	33.847.080	40.204.984
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos	(45.945.105)	(39.614.360)
Aumento de Empréstimos Longo Prazo	280.000	280.000
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(45.665.104)	(39.334.360)
AUMENTO E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(35.515.679)**	**(7.912.393)**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	49.673.303	57.585.696
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.157.623	49.673.303
	(35.515.679)	**(7.912.393)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A companhia tem por objeto a administração de bens próprios e participação em outras empresas. **2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os critérios estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09. **A) Apuração do Resultado:** O Resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. **B) Ativos Circulantes e Não Circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros. **C) Ativo Permanente:** As participações dos investimentos em controlada demonstradas em proporção ao valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

3. INVESTIMENTOS:

Participações em Empresas Controladas	2023 Kassa-SP Particip. Ltda.	2023 Niblak Particip. S/A	2023 Klabin Irmãos S/A	2023 Klabin S/A	2022 Kassa-SP Particip. Ltda.	2022 Niblak Particip. S/A	2022 Klabin Irmãos S/A	2022 Klabin S/A
Saldo Início do Exercício	209.680	35.032.160	234.058.550	21.064.897	209.778	20.507.496	139.232.457	12.903.458
Equivalência e Dividendos	(103)	6.893.617	47.944.794	3.940.953	(98)	14.524.664	94.826.096	8.161.438
Saldo Final do Exercício	209.577	41.925.776	282.003.344	25.005.850	209.680	35.032.160	234.058.553	21.064.897

Participações e Posições em 31 de dezembro	2023 Kassa-SP Particip. Ltda.	2023 Niblak Particip. S/A	2023 Klabin Irmãos e Cia.	2023 Klabin S/A	2022 Kassa-SP Particip. Ltda.	2022 Niblak Particip. S/A	2022 Klabin Irmãos e Cia.	2022 Klabin S/A
Patrimônio Líquido	838.307	334.841	2.252.225	13.732.530.000	838.720	279.785.000	1.869.313.000	11.568.266.000
% de Participação no Capital	25,00%	12,52%	12,52%	0,18%	25,00%	12,52%	12,52%	0,18%
Participação Patrimônio Líquido	209.577	41.926	282.003	25.005.850	209.680	35.032.160	234.058.550	21.064.896

4. CAPITAL SOCIAL: É composto de 5.824.966 ações ordinárias e 11.649.928 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

DIRETORIA
GRAZIELA LAFER GALVÃO
PAULO SÉRGIO COUTINHO GALVÃO FILHO
MARIA EUGÊNIA LAFER GALVÃO

CONTADOR
MÁRIO ANTÔNIO LUIZ CORRÊA
CT CRC 1 SP 100.260/O-6

Hélio Valgas Solar Participações S.A.

CNPJ/MF nº 32.431.519/0001-10 - NIRE 31.300.140.482

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Hélio Valgas Solar Participações S.A.

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"), ficam os titulares das debêntures em circulação objeto da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da **Hélio Valgas Solar Participações S.A.** ("Debenturistas", "Debêntures", "Emissão" e "Companhia", respectivamente), nos termos da Cláusula Décima do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Hélio Valgas Solar Participações S.A."*, celebrado em 07 de março de 2022, entre a Companhia e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** ("Agente Fiduciário"), tendo a Geradora Solar Hélio Valgas I S.A., a Geradora Solar Hélio Valgas II S.A., a Geradora Solar Hélio Valgas III S.A., a Geradora Solar Hélio Valgas IV S.A., a Geradora Solar Hélio Valgas V S.A. e a Comerc Energia S.A. (atual denominação da Comerc Participações S.A.) como fiadoras, conforme aditado em 08 de abril de 2022 e em 25 de agosto de 2022 ("Escritura de Emissão"), convocados para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada **exclusivamente de forma digital e remota,** em **primeira convocação**, no dia 09 de setembro de 2024, às 16:00 horas, através da plataforma *Microsoft Teams,* com o link de acesso a ser encaminhado pela Companhia aos Debenturistas habilitados, que será considerada como realizada na sede da Companhia, para deliberaram sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Concessão de anuência prévia (*waiver*) para realização de reorganização societária das SPEs (conforme definido na Escritura de Emissão) para que o cliente Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S/A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.728.029/0001-16 ("Anaconda") se torne titular de ações ordinárias classe "B" das SPEs para enquadramento como autoprodutor de energia elétrica, mediante a celebração de *"Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças",* permanecendo a Emissora titular de 100% (cem por cento) das ações ordinárias classe "A" das SPEs e, portanto, assegurando o Controle ("*Waiver* Reorganização Societária Anaconda"); e **2.** Autorização à Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizarem todos os atos e celebração de todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas nos itens acima, incluindo o aditamento ao *"Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças";* Informações adicionais sobre a AGD e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Companhia, por meio dos e-mails luciano.fujii@comerc.com.br, priscila.scola@comerc.com.br e barbara.brandine@comerc.com.br. **Informações Gerais:** Os Debenturistas serão considerados habilitados e poderão participar da AGD de forma remota através da plataforma digital acima indicada, observando o disposto no artigo 71, inciso II, da Resolução CVM 81: **(i) Participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista ou por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgante e do outorgado; e **(ii) Demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de ato societário que comprove a representação legal do debenturista e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração, acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identificação do debenturista e do outorgado. Os documentos para representação e participação na AGD deverão ser encaminhados previamente à Companhia por e-mail, para luciano.fujii@comerc.com.br, priscila.scola@comerc.com.br e barbara.brandine@comerc.com.br e ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente com, ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da AGD, sendo admitido até o horário da AGD, conforme Resolução CVM 81. A AGD será realizada por meio de plataforma eletrônica, nos termos da Resolução CVM 81, cujo acesso será disponibilizado pela Companhia aos Debenturistas que solicitarem participação previamente por e-mail, para priscila.scola@comerc.com.br, com, ao menos, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário de realização da AGD, e tendo comprovado poderes para participação, na forma descrita neste edital. **Instruções de Voto a Distância:** Os Debenturistas poderão exercer seu direito de voto de forma eletrônica por meio do preenchimento e envio, à Companhia e ao Agente Fiduciário nos e-mails luciano.fujii@comerc.com.br, priscila.scola@comerc.com.br, barbara.brandine@comerc.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, de boletim de voto a distância, conforme modelo a ser disponibilizado nas respectivas páginas da Companhia (www.mercuryrenew.com.br/), do Agente Fiduciário (www.pentagonotrustee.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (https://b3.com.br), na rede mundial de computadores ("Boletim de Voto a Distância"). Para que o Boletim de Voto a Distância seja considero válido, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; e (ii) a assinatura ao final do Boletim de Voto a Distância do debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. O Boletim de Voto a Distância deverá ser assinado, sendo aceitas as assinaturas através de plataforma digital, e deverá ser enviada preferencialmente em até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGD, podendo ser encaminhada até o horário de início da AGD, juntamente com os documentos listados acima, aos cuidados da Companhia, para os e-mails luciano.fujii@comerc.com.br, priscila.scola@comerc.com.br, barbara.brandine@comerc.com.br e ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br. Os Debenturistas que fizerem o envio do Boletim de Voto a Distância mencionado acima e este for considerado válida, não precisarão acessar o *link* para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio do Boletim de Voto a Distância de forma prévia pelo debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD através de acesso ao *link* e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada o Boletim de Voto a Distância anteriormente enviado. Os termos em letras maiúsculas que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à AGD. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas da Companhia (www.mercuryrenew.com.br/), do Agente Fiduciário (www.pentagonotrustee.com.br), da CVM (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://b3.com.br) na rede mundial de computadores. Várzea de Palma, 19 de agosto de 2024. **Hélio Valgas Solar Participações S.A.**

EMERGÊNCIA

Governo paulista reforça vigilância e monitoramento da mpox no estado

Divulgação



A doença infecciosa Mpox é transmitida pelo vírus Monkeypox, por meio de pessoas, animais ou objetos contaminados, e tem como principal sintoma erupções cutâneas e lesões na pele.

Após a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretar, na semana passada, a doença infecciosa mpox, transmitida pelo vírus Monkeypox, como emer-gência em saúde mundial, o governo de São Paulo passou a monitorar os casos com mais atenção e está elaborando notas informativas sobre a doença, conhecida popularmente como varíola dos macacos.

O objetivo é orientar a sociedade. Os serviços de saúde de todo o es-tado já têm recomendações técnicas divulgadas pela Secretaria de Esta-do da Saúde (SES) para o monitoramento e acompanhamento da doença, pa-ra ajudar a população preventivamente.

Segundo a OMS, com surto epidêmico em cerca de 15 países do continente africano, a versão atual do vírus que está se espalhando não é a mesma do surto mundial ocorrido em 2022.

De acordo com o governo paulista, um plano de contingência foi montado durante a alta de casos em 2022 e a rede de saúde está preparada para identificação e cuidados em relação à doença.

Segundo balanço recente, de janeiro a julho deste ano foram confirma-dos 315 casos da doença em São Paulo, número bastante inferior aos 4.129 casos confirmados em 2022, quando a doença atingiu o pico no es-tado. Em 2023, no mesmo período, foram confirmados 88 casos.

"A mpox se tornou uma nova emergência de saúde pública global devido à cepa 1b, que pode ter potencial transmissor ainda maior. Mesmo não ha-vendo motivos para alarde em São Paulo, é fundamental a vigilância e monitoramento, além de seguirmos as recomendações para que a doença não se propague.

Como referência para o atendimento de casos da doença, o governo pau-lista conta com o Hospital Emílio Ribas, informou a coordenadora de saúde da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD) da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Regiane de Paula.

A Mpox é transmitida pelo vírus Monkeypox, por meio de pessoas, ani-mais ou objetos contaminados, e tem como principal sintoma erupções cutâneas e lesões na pele. O diagnóstico é feito em laboratório, pela secreção das lesões ou das crostas, quando o ferimento já está seco. Entre os sintomas estão linfonodos inchados, febre, dores no corpo, dor de cabeça, calafrio e fraqueza.

O tempo de intervalo entre o contato com o vírus e o início da mani-festação da doença é entre 3 a 16 dias. A partir do desaparecimento das erupções na pele, a pessoa infectada deixa de transmitir o vírus. As lesões podem ser planas ou com relevo, com a presença de líquido claro ou amarelado, e tendem a surgir em qualquer parte do corpo, so-bretudo no rosto, pés e na palma das mãos.

Para se prevenir a recomendação é a de evitar o contato com pessoas infectadas ou com suspeita da doença, ficar atento para o compar-tilha-mento de objetos pessoais, como toalhas, lençóis e escovas de dentes, lavar as mãos regularmente e higienizar adequadamente os itens de uso diário.

Outra medida de prevenção é a vacinação em duas doses, com intervalo de quatro semanas entre as aplicações.

A prioridade é para pessoas com maior risco de evolução para as formas graves da doença, que são aquelas que tiveram contato próximo com ca-sos confirmados de mpox; profissionais de saúde que atendem casos sus-peitos ou confirmados; homens que fazem sexo com homens (HSH), especi-almente aqueles que têm múltiplos parceiros; pessoas imunocomprometi-das, que têm maior risco de complicações graves.

Segundo a secretaria, a doença tende a ser leve e geralmente os paci-entes se recuperam sem tratamento específico, apenas com repouso, hi-dratação oral e medicação para aliviar os sintomas, como a dor e fe-bre, e assim evitar sequelas.

UMIDADE BAIXA

Cidade de São Paulo deve ter semana de altas temperaturas

Rovena Rosa - Agência Brasil



Temperaturas devem permanecer altas em São Paulo até a próxima sexta-feira

Uma forte onda de calor seguirá afetando cidades do Centro-Sul do Bra-sil pelo menos até sexta-feira, 23, quando uma nova massa de ar frio deve derrubar as temperaturas a partir do próximo fim de semana, de acordo com a agência de meteorologia MetSul.

"Agosto terá ainda mais uma incursão de polar e que se dará no fim desta semana com nova queda acentuada da temperatura em diversos Esta-dos que terão uma semana muito quente sob uma onda de calor", projeta a empresa de meteorologia.

Uma massa de ar frio deve avançar a partir da Argentina e do Uruguai, alcançando os três Estados do Sul do Brasil entre sexta-feira e sába-do, 24. "O ar frio, então, vai se mover para Norte na sequência rumo ao Centro-Oeste e o Sudeste do Brasil com queda maior da temperatura no próximo fim de semana nestas regiões, encerrando o período muito quente", acrescenta a MetSul.

Antes da chegada do ar frio, são esperados vários dias de calor exces-sivo no Sudeste e no Centro-Oeste do Brasil com máximas de 40°C a 43°C entre o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul. Em São Paulo, o calor tam-bém predomina até sexta-feira.

A nova incursão de ar frio, no entanto, não trará temperaturas tão baixas como na onda de frio anterior para o Centro Oeste e o Sudeste do País. Já no Sul, o impacto do ar frio será parecido com o do último evento, mas com mínimas um pouco mais altas que na incursão de ar po-lar entre os dias 9 e 11 de agosto.

Na capital paulista, onde o forte calor deve predominar até sexta-feira, quando a frente fria derruba as temperaturas e traz chuva. Conforme a Meteoblue, há expectativa para precipitações ao longo do próximo fim de semana.

No Rio Grande do Sul, o ar frio começa a ingressar na quinta e toma conta do Estado já na sexta-feira.

"A nova incursão de ar polar, com a atmosfera mais seca, vai trazer geada em um grande número de cidades do Sul do Brasil e que talvez possa se estender a localidades mais ao sul do Mato Grosso do Sul e de parte do interior de São Paulo, sobretudo mais ao sul do território paulista", estima a MetSul.

O Centro de Gerenciamento de Emergências da Defesa Civil (CGE) de São Paulo emitiu alerta via SMS 40199 para 16 regiões do Estado sobre o risco de incêndios florestais. Receberam a mensagem usuários cadastra-dos na capital paulista, Região Metropolitana de SP, Araçatuba, Arara-quara, Barretos, Bauru, Campinas, Franca, Itapeva, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, São Jose dos Campos, São Jose do Rio Preto e Sorocaba.

Em nota, o meteorologista do CGE Willian Minhoto disse que a umidade relativa do ar poderá atingir níveis críticos ao longo do dia.

Segundo ele, com exceção do Litoral Paulista, todo o Estado atingirá níveis abaixo dos 20% de umidade relativa do ar.

As temperaturas também subirão bastante. Na capital paulista, há pre-visão de máxima de 32ºC. Em Ribeirão Preto e Araçatuba, as máximas po-dem chegar aos 36ºC.

"A Operação SP Sem Fogo, do governo de São Paulo, está desde junho na fase vermelha, em que as ações de prevenção e combate a focos de in-cêndio são intensificadas. O reforço nas ações ocorre durante o perío-do mais seco do ano, que vai até outubro", diz a nota.

Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.

Companhia Aberta – CVM nº 2612-3 - CNPJ/MF nº 12.104.241/0004-02

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2024

1. Data, Horário e Local. No dia 07 de agosto de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, em canal disponibilizado aos membros da Diretoria da **ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A.** ("Companhia"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 510, 2º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-906. **2. Convocação e Presença.** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. **3. Composição da Mesa.** Presidente: Sr. Bruno Lemos Ferrari; Secretária: Sra. Cinthia Maria Ambrogi. **4. Ordem do Dia.** Examinar, discutir e votar sobre a alteração do objeto social da filial da Companhia inscrita no CNPJ sob o n.º 12.104.241/0047-42, e registrada sob o NIRE 31920143071. **5. Deliberação.** Os membros da Diretoria aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, a alteração do objeto social da filial da Companhia inscrita no CNPJ sob o n.º 12.104.241/0047-42, e registrada sob o NIRE 31920143071, estabelecida na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Avenida João Cesar de Oliveira, n.º 5757, Loja 12, Térreo, Bairro Beatriz, CEP: 32.040-000, que terá como objeto social as atividades e serviços de (i) serviços de quimioterapia; (ii) atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; (iii) atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; (iv) atividade médica ambulatorial restrita a consultas; (v) atividades de enfermagem; (vi) atividades de profissionais de nutrição; (vii) atividade de psicologia e psicanálise; e (viii) atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes e assinada. **Mesa**: Bruno Lemos Ferrari – Presidente; Cinthia Maria Ambrogi – Secretária. **Membros da Diretoria Presentes**: Bruno Lemos Ferrari, Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva, Cristiano Affonso Ferreira de Camargo, André Paranzini Faria, Carlos Gil Moreira Ferreira, Cinthia Maria Ambrogi, Eduardo Cesar Alves, Giovane Reus Nichele da Costa, Guilherme Gimenes Ferri, Marcos Roberto Moura da Cunha, Ricardo da Silva Santoro. *Certifico a presente ser cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia.* **Cinthia Maria Ambrogi** -Secretária. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 304.987/24-4 em 15/08/2024. Protocolo: 2.197.406/24-3. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MILENIO CAPITAL

Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda.

CNPJ: 16.804.280/0001-20 - NIRE JUCESP: 35.2.3170106-2

Edital de Convocação - Assembleia de Sócios

Ficam convocados os quotistas da Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda. ("Sociedade"), na forma prevista no artigo 1.152, parágrafo terceiro da Lei nº 10.406/2002, para se reunirem, no dia 20 de setembro de 2024, às 09:00 horas, de forma exclusivamente presencial na sede da Sociedade, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, 17º andar, conjuntos 171 a 173, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na Cidade e Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado da Sociedade referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos dos balanços mencionados no item 1 acima; 3. Em relação à destinação do resultado da Sociedade relativa ao primeiro semestre do exercício social em curso, deliberar sobre (i) o pagamento de bônus por performance individual referente ao primeiro semestre do exercício social em curso, como distribuição de lucros intermediários da Sociedade de forma desproporcional e com base no balanço patrimonial de data-base de 30 de junho de 2024; e (ii) a ratificação do pagamento de dividendos, de forma desproporcional à participação no capital social, aos quotistas da Sociedade, realizados de 01 de janeiro de 2024 até 31 de julho de 2024; 4. Deliberar sobre a política de distribuição de lucros da Sociedade pelos próximos 12 (doze) meses, com a finalidade de estabelecer um valor máximo mensal que poderá ser distribuído sobre a forma de pagamento de lucros mensais, de forma desproporcional à participação no capital social, aos quotistas da Sociedade, sem a necessidade de aprovação prévia pela Assembleia de Sócios da Sociedade, condicionados à apuração de lucro no exercício; 5. Deliberar sobre a celebração de alteração do contrato social da Sociedade para formalizar as seguintes transferências de quotas da Sociedade, já aprovadas pelo Conselho de Administração da Milênio Holding S.A. ("Milênio Holding"): (i) cessão de 1 (uma) quota de emissão da Sociedade, de titularidade da Milênio Holding para (a) Talles Bernardo Kitosato de Souza Lessa, inscrito no CPF/MF sob o nº 315.712.968-67; (b) Matheus Moda Fortes Barbieri, inscrito no CPF/MF sob o nº 432.292.288-04; (c) Mario D'Alessandro Neto, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.470.726-24; e (d) Vitor Paixão de Souza Lopes, inscrito no CPF/MF sob o nº 101.302.696-97; (ii) condicionada à aprovação em sede de assembleia geral extraordinária da Milênio Holding, a cessão de 1 (uma) quota de emissão da Sociedade, de titularidade da Milênio Holding para (a) Paulo Gabriel da Silveira Sarlo, inscrito no CPF/MF sob o nº 164.916.097-66; e (b) Miguel Xavier de Brito Martins, inscrito no CPF/MF sob o nº 165.103.077-40; e (iii) aquisição, pela Milênio Holding, de 1 (uma) quota do capital social da Sociedade, de titularidade de Yuri Fernandes Mattos, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.227.947-25; 6. Deliberar sobre a ratificação da contratação do escritório FCDG (Ferro, Castro Neves, Daltro e Gomide Advogados) para prestação de serviços jurídicos à Milênio Holding e à Sociedade ("Partes Interessadas") e a determinados sócios executivos da Milênio Holding, nos termos da proposta de 31 de maio de 2024 e aditada em 23 de julho de 2024, a serem pagos parcialmente pela Sociedade, sendo o valor remanescente a ser pago pela Milênio Holding e/ou pelos sócios da Milênio Holding, de acordo com o escopo dos trabalhos; 7. Deliberar sobre a ratificação da contratação do escritório Chediak e Cristofaro Advogados para prestação de serviços jurídicos de assessoria corporativa à Milênio Holding e à Sociedade, nos termos da proposta de 22 de janeiro de 2024 e aditada em 23 de julho de 2024, cabendo o pagamento dos honorários tanto à Sociedade quanto à Milênio Holding, de acordo com o escopo dos trabalhos; 8. Deliberar sobre a ratificação da contratação da Crowe Macro Auditores Independentes Sociedade Simples, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.985.155/0001-67, para auditoria nas demonstrações contábeis da Milênio Holding e da Sociedade, nos termos da proposta datada de 14 de junho de 2024, já pagos e a serem integralmente pagos pela Sociedade por ser a sociedade operacional, que demanda escopo amplo da auditoria nas suas demonstrações contábeis. 9. Deliberar sobre a alteração do endereço da filial da Sociedade, situada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, para a Rua Visconde de Pirajá, n° 142, salas números 504, 505 e 506, Ipanema, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22440-030, e sobre a respectiva celebração de alteração do contrato social da Sociedade para refletir o novo endereço da filial; 10. Deliberar sobre a aprovação de concessão de autorização à diretoria da Sociedade para criação de uma política de benefícios e remuneração para os sócios executivos da Sociedade. Informações Gerais: Observado o disposto no artigo 1.078, §1º da Lei nº 10.406/2002, os documentos relativos às matérias constantes dos itens 1 e 2 da ordem do dia estão sendo postos à disposição dos sócios na presente data, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Comercial do Estado de São Paulo. Os quotistas poderão ser representados na assembleia na forma do §1º do artigo 1.074 da Lei nº 10.406/2002. Os quotistas que se fizerem representar por procuradores deverão enviar cópias digitalizadas dos instrumentos de mandatos e demais documentos comprobatórios dos poderes necessários às outorgas dos mandatos, ao e-mail fmarchetti@milenio.capital, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data da assembleia. São Paulo, 20 de agosto de 2024. Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda. - Fabrizzio Sollito Marchetti; Renata Marques Laguna Cardoso.

Comunicado

Sra. **JAKELINE CARDOSO DA SILVA -** Solicitamos o comparecimento da colaboradora **JAKELINE CARDOSO DA SILVA,** matrícula 408035 para o retorno ao posto de trabalho, no prazo de 24 horas no intuito de justificar suas faltas, sob pena de caracterização de abandono de emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho conforme dispõe o artigo 482, letra I da CLT - Hospital São Luiz Morumbi - Av. Engenheiro Oscar Americano, nº 840 - CEP 05673-050.